



Relatórios e Contas 2013

Toyota Caetano Portugal, S.A.

OO ÍNDICE

01	Geral	3
	Corpos Sociais	4
	Árvore do Grupo	5
	Informação Geral	6
02	Relatório Único de Gestão	7
	Relatório Único de Gestão	8
	Anexo ao Relatório Único de Gestão	24
03	Contas Individuais	28
	Demonstrações Financeiras	29
	Anexo às Demonstrações Financeiras	34
04	Contas Consolidadas	76
	Demonstrações Financeiras	77
	Notas às Demonstrações Financeiras	83
05	Pareceres	146
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	147
	Declaração do Conselho Fiscal	148
	Certificação Legal das Contas (Individual)	149
	Certificação Legal das Contas (Consolidada)	151
	Declaração da Comissão e Remunerações	153
06	Governo das Sociedades	154
128	Relatório Sobre o Governo da Sociedade	155

The background features a light blue gradient with a series of thin, horizontal, wavy lines. Overlaid on these are several thicker, dark blue, hand-drawn style wavy lines that create a sense of movement and depth. In the lower right quadrant, there is a faint, light blue grid pattern.

01

GERAL

01 CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

José Lourenço Abreu Teixeira **Presidente**
Manuel Fernando Monteiro da Silva **Vice-Presidente**
Maria Olívia Almeida Madureira **2º Secretário**

Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos **Presidente**
Takeshi Numa **Vogal**
Daniele Schillaci **Vogal**
Maria Angelina Martins Caetano Ramos **Vogal**
Salvador Acácio Martins Caetano **Vogal**
Miguel Pedro Caetano Ramos **Vogal**
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes **Vogal**
Yoichi Sato **Suplente**

Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes **Presidente**
Alberto Luís Lema Mandim **Vogal**
Akito Tamaki **Vogal**
Maria Livia Fernandes Alves **Suplente**
Takao Gonno **Suplente**

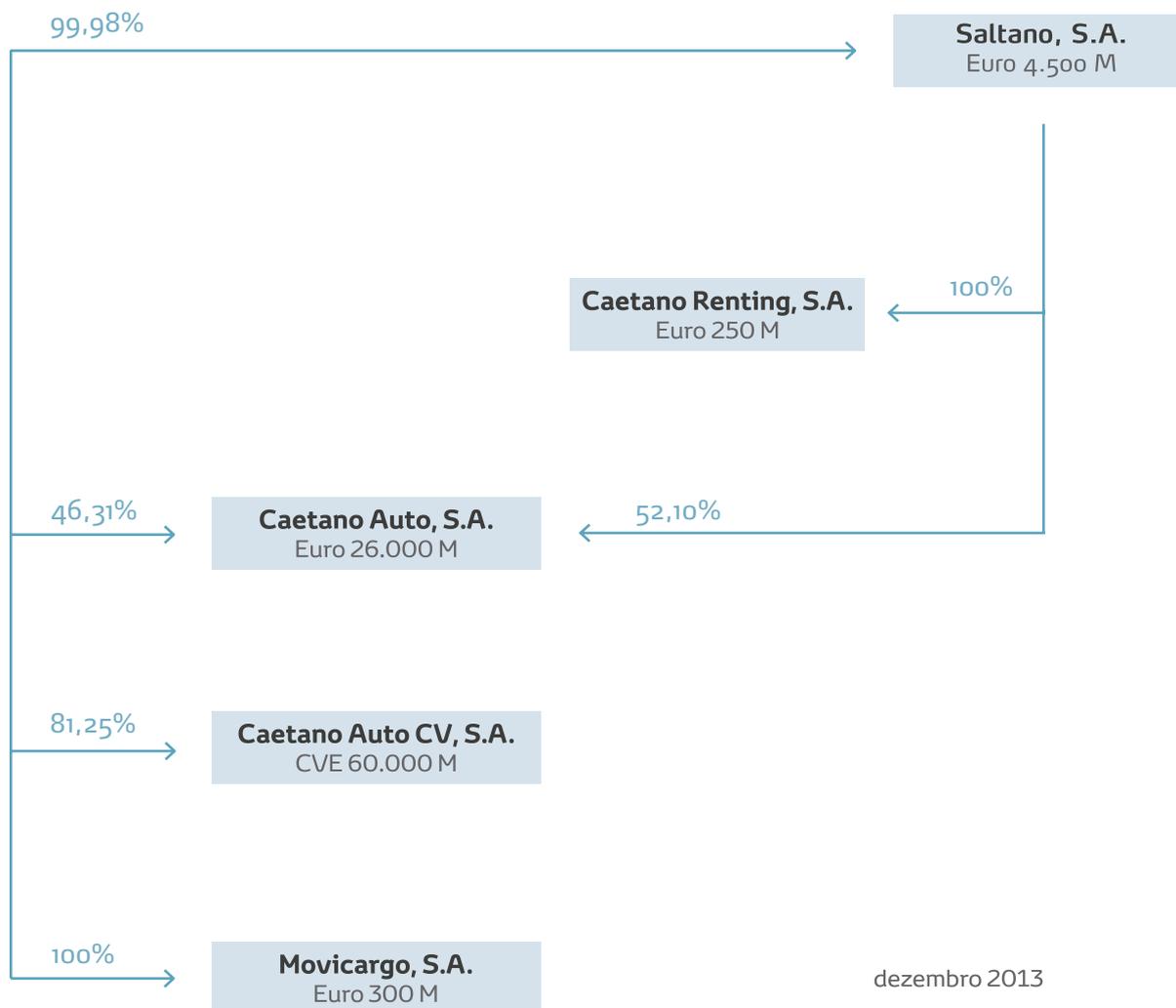
Revisor Oficial de Contas

José Pereira Alves **em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados**
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
António Joaquim Brochado Correia **Suplente**

01 ÁRVORE DO GRUPO

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Euro 35.000 M



01 INFORMAÇÃO GERAL

Sede

.....

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 227 867 000 – Fax 227 867 215

Unidade Fabril de Ovar

.....

Estrada Nacional 109 - Nr. 1427 - 3885 – 100 Arada
Telef. 256 790 000 - Fax. 256 790 008

Direção Regional Sul

.....

Carregado
Estrada Nacional 3 - Km 1 - 2580 - 595 Carregado
Telef. 263 857 244 - Fax 263 857 204

Data de Constituição: 4 de julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N^o 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa

The background features a light blue-to-white gradient with a fine grid pattern. Overlaid on this are several thick, dark blue, flowing lines that create a sense of movement and depth, resembling stylized waves or abstract shapes.

02

RELATÓRIO
ÚNICO
DE GESTÃO

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

José Ramos | Presidente | Toyota Caetano Portugal

Estamos a entrar num novo ciclo, estou convicto. Um ciclo de crescimento ainda ténue, mas efetivo.

A fase mais “difícil” da crise económica Nacional e Europeia parece ultrapassada. São vários os indicadores que me levam a concluir que estamos a entrar numa nova rota de crescimento. E o mercado Automóvel em geral e a Toyota Caetano Portugal (TCAP) em particular têm vindo a refletir essa mesma evolução.

A par do aumento das vendas de automóveis em 11,7% face a 2012, mas sempre aquém do vivido antes de se entrar neste período de recessão, o setor começa a assistir a uma redução do número de empresas com dificuldades ou em insolvência, ao mesmo tempo que as marcas continuam numa cadência de lançamentos, sem descuidarem o investimento em infraestruturas e pessoas.

Também a Toyota terminou 2013 com um incremento nas vendas de 18,7%, (5876 unidades vendidas) comparativamente com o ano transato e com um aumento da quota de mercado de 0,2p.p. (4,6%), porém, muito longe dos resultados alcançados antes de 2009.

A Toyota Caetano Portugal (TCAP), pelos seus próprios esforços e contando com o forte apoio da Toyota Motor Corporation (TMC) e da Toyota Motor Europe (TME), tem vindo, paulatinamente, a adaptar-se às novas condições do mercado.

À estratégia perseverante na gestão rigorosa dos recursos, na melhoria contínua e no combate ao desperdício e redução da despesa, numa procura do binómio rentabilidade/volume de vendas, Portugal tem acompanhado a Toyota a nível europeu na adequada renovação da sua gama de produtos, com enfoque significativo na tecnologia híbrida e introdução de versões atualizadas e bastante competitivas nos segmentos de maior volume, onde pontuam os modelos Yaris e Auris.

Por seu lado, a “equipa” Toyota (Distribuidor, Rede de Concessionários e parceiros de negócio) tem sabido interpretar a mudança e adequadamente ajustar-se à mesma, merecendo uma palavra de apreço por todo o trabalho desenvolvido, sobretudo porque interiorizou plenamente a necessidade de fazer mais e melhor, com vista a uma maior produtividade, alicerçada na melhoria contínua. Aliás, desta forma, estamos a calcorrear as premissas que levaram a Toyota a tornar-se numa das empresas mais prósperas do mundo e no maior construtor mundial de automóveis. E, de igual modo, estamos alinhados com a dinâmica que o Grupo Salvador Caetano está a demonstrar.

Atendendo às dificuldades que o País tem assistido nos últimos anos, a criação de postos de trabalho ou a manutenção dos existentes tem sido outra, talvez a mais importante, das preocupações da TCAP, nomeadamente nas áreas industriais.



02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Esta situação obrigou a uma redefinição dos modelos de negócio de modo a permitirem a rentabilização dessas áreas (industriais) e a ocupação de muito do tempo despendido, trazendo para dentro de portas algumas das funções até então subcontratadas. A par desta estratégia e do enorme esforço da equipa de colaboradores, as soluções encontradas para garantirem o futuro da atividade industrial Toyota em Portugal mostram agora alguns desenvolvimentos, mais uma vez com o forte apoio da TMC.

Deste modo torna-se expectável a continuidade da Unidade Industrial de Ovar com perspectivas de crescimento produtivo e melhoria de rentabilidade económica.

Por tudo isto, 2013 também foi um ano de “sucessos”, encarando-se 2014 como o ano de consolidação da recuperação agora encetada.

A favor disso temos uma conjuntura económica global a revelar já alguns indicadores de melhoria, fruto do fim do Programa de Ajustamento da Troika e do comportamento tendencialmente positivo de alguns dos indicadores económicos nacionais e internacionais, nomeadamente o aumento das exportações e o índice de confiança dos consumidores.

Por tudo isto, acredito que 2014 será também o início de uma caminhada para uma nova e promissora história do setor Automóvel em geral e da Toyota em particular.

Melhoria contínua, maior eficiência na utilização dos recursos e capacitação dos recursos humanos por via da produtividade serão a pedra de toque num contexto que se perspectiva de renovação.

Todavia, tal como tenho vindo a afirmar, reforço que, para se conseguir uma efetiva reviravolta da economia nacional em sentido positivo, é determinante um pacto de regime entre os dois maiores partidos, com vista a uma estabilidade de longo prazo no campo político, social, económico e fiscal.

Só entraremos num verdadeiro novo ciclo de crescimento se também assistirmos a uma mudança de atitude política.

José Ramos
(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código Soc. Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no período e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Atividade Industrial

Unidade Fabril de Ovar

Em 2013, foram produzidas 1.111 unidades Toyota, o que correspondeu a uma quebra de 20% face a igual período de 2012. Com a produção de um único modelo – Dyna, o mercado de exportação apresentou um decréscimo de 16% e o mercado nacional um aumento de 1% relativamente a 2012.

De realçar, o início da produção do novo modelo da Dyna 200 a partir do segundo semestre, que esperamos ter boa aceitação por parte dos seus mercados de destino.

Na atividade de Transformações e PDI (Pre-Delivery Inspections) foram preparadas 2.339 viaturas, o que correspondeu a um aumento de 7,5% face a igual período de 2012.

Produção	2013	2012	2011	2010	2009
Unidades Físicas Toyota	1.111	1.381	2.025	2.553	1.967
Unidades Físicas Mini Autocarros	0	0	12	91	86
Unidades Físicas Transformadas	2.339	2.174	4.274	6.316	5.677
Total Colaboradores	181	190	214	297	340

O abrandamento da atividade obrigou a adaptar a capacidade instalada com a alteração do takt time e adequação dos Recursos Humanos à realidade produtiva.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

O ano de 2013 foi ainda marcado por vários acontecimentos:

- Auditoria da APCER aos nossos sistemas de Gestão da Qualidade e Ambiente (ISO 9001:2008 e ISO 14001:2012) e da Toyota Motor Europe a primeira auditoria ao Sistema Ambiental Toyota;
- Visita do Sr. Numa, Executive Vice-Presidente da Toyota Motor Europe e do Sr. Hayashi, STE da Toyota Motor Corporation.

Finalmente, uma palavra para as perspectivas futuras da Unidade Fabril de Ovar, a qual de acordo com as nossas melhores expectativas, nos permitirá pelo menos a manutenção dos postos de trabalho existentes bem como de volumes de produção crescentes, que conduzirão a expectativas de melhoria de resultados.

Atividade Comercial

Enquadramento do Mercado Total

O ano de 2013 apresentou um crescimento face ao verificado em 2012, com um acréscimo de 12%, totalizando 126.707 unidades comercializadas.

As viaturas de passageiros e as viaturas comerciais registaram um comportamento positivo face ao período homólogo, com uma variação positiva de 11% e 15%, respetivamente.

De destacar, como fatores justificativos da performance de mercado:

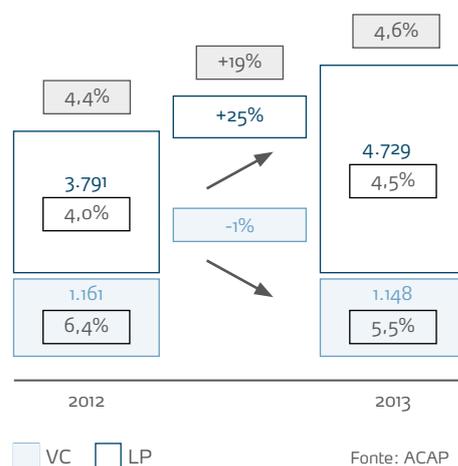
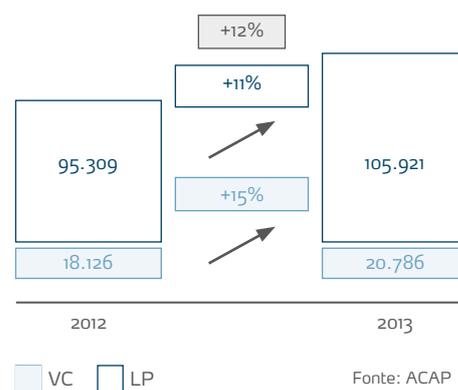
No ano de 2013, **Portugal registou uma melhoria nos principais indicadores macroeconómicos**, que acabaram por registar valores mais positivos face às previsões iniciais; salientando em particular a evolução dos índices de confiança do consumidor e do comércio por grosso e retalho.

- Esta melhoria nos indicadores macroeconómicos teve especial impacto no mercado empresarial, resultando num crescimento mais acentuado das viaturas comerciais .

Viaturas Toyota

Em 2013, as matrículas Toyota apresentaram um crescimento de 19% no seu total, atingindo as 5.877 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado de 4,6% (acrécimo de 0,2 p.p. face a 2012). O desempenho Toyota fica a dever-se essencialmente:

1. À boa performance do modelo Yaris ao longo do ano;
2. Ao lançamento da Nova Geração Auris, modelo que viu reforçado os seus argumentos com o lançamento da Touring Sports em julho permitindo a presença da marca num dos sub-segmentos mais importantes do mercado;



02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

3. Ao lançamento de novas gerações nos modelos Corolla e RAV4, bem como o novo modelo Proace;
4. Ao desempenho dos modelos Verso e Avensis, que incrementaram a sua quota de mercado respetivamente no segmento Monovolumes e segmento D;
5. Ao desempenho dos modelos comerciais Hilux e Dyna, que incrementaram a sua quota de mercado e terminaram como líder de vendas nos respetivos segmentos;
6. No caso do modelo Dyna, produzido localmente na fábrica de montagem de Ovar, manteve a liderança pelo 7º ano consecutivo no segmento Chassis-Cabine.

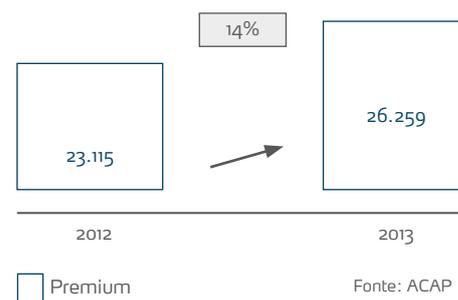
De salientar a forte pressão concorrencial sentida nos Segmentos B & C (campanhas promocionais agressivas ao longo de todo o ano).

Para 2014, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas - Yaris e Auris, baseado no recente lançamento da Auris Touring Sports;
- Potenciar as vendas ao cliente empresa (segmento mais representativo do mercado automóvel);
- Reforçar a imagem e valor marca através da tecnologia Híbrida, posicionando-a como a solução mais eficaz para a mobilidade sustentável.

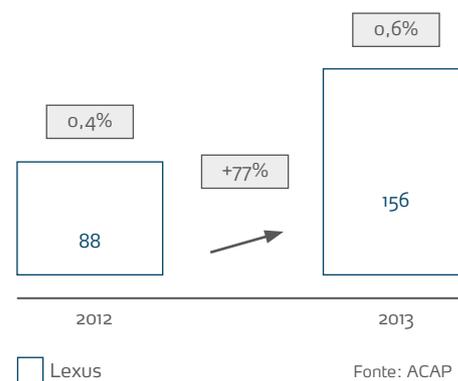
Enquadramento do Mercado Premium

O Mercado Premium registou também uma evolução positiva face ao ano anterior, apresentando um crescimento de 14% e totalizando 26.259 unidades comercializadas. Este crescimento foi ligeiramente superior ao registado pelo total das marcas generalistas, tendo representado, em 2013, cerca de 25% da totalidade do mercado de passageiros.



Viaturas Lexus

Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus ficou acima do comportamento do mercado, apresentando um crescimento de 77%. Em 2013, a Lexus registou 156 matrículas, traduzindo-se numa quota de 0,6% no mercado premium (+0,2 p.p. vs. 2012).



O acréscimo acentuado nas vendas da Lexus em 2013, ficou a dever-se ao lançamento da nova geração do modelo IS, bem como à competitividade da série especial "Move ON" do modelo CT 200h.

Para 2014, os objetivos globais definidos passam por:

- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada e exclusiva de viaturas híbridas com design avançado;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – CT 200h e IS 300h, baseado no lançamento do novo CT 200h e no primeiro ano completo de comercialização do IS 300h;
- Tornar a marca uma referência em termos de design e reforçar o seu apelo emocional, através da renovação e alargamento da gama de modelos.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Perspectivas 2014

Dada a conjuntura económica atual e atendendo às previsões do Banco de Portugal publicadas no último Boletim de inverno, o ano de 2014 perspectiva-se como sendo um ano particularmente desafiante dados os pressupostos macroeconómicos assumidos:

Projeções do Banco de Portugal 2013-2015

Taxa de variação, em percentagem

	BE inverno		
	2013	2014	2015
PIB	-1,5	0,8	1,3
Consumo Privado	-2,0	0,3	0,7
Consumo Público	-1,5	-2,3	-0,5
FBCF	-8,4	1,0	3,7
Procura interna	-2,7	0,1	0,9
Exportações	5,9	5,5	5,4
Importações	2,7	3,9	4,5
IHPC	0,5	0,8	1,2

Com a exceção do consumo público, é expectável para a totalidade dos indicadores uma evolução positiva quando comparada com o ano de 2013, destacando-se a projeção para o comportamento do PIB e do consumo privado. Apesar de um cenário macroeconómico um pouco mais favorável, enfrentamos ainda um contexto adverso e com riscos significativos.

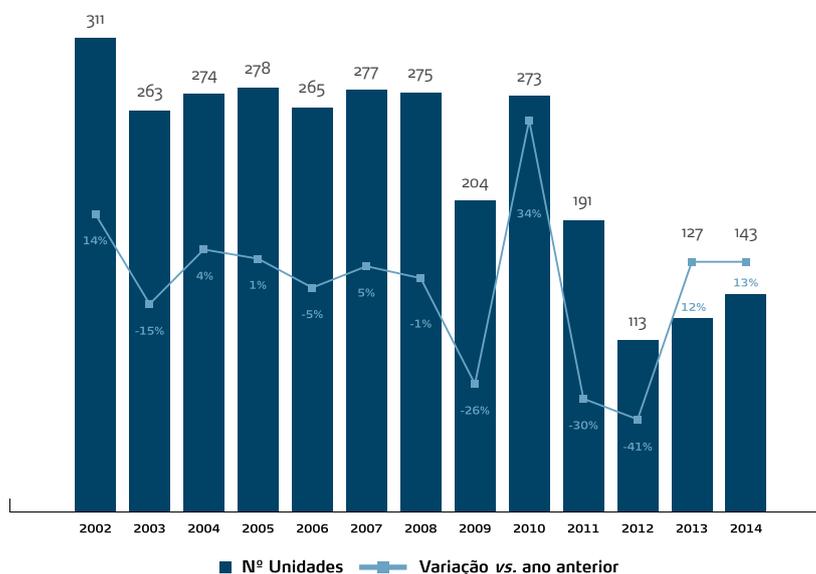
Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2014 assume um crescimento de 13% face ao ano anterior, situando-se em torno das 143.000 unidades.

Face às condições descritas, o objetivo Toyota para 2014 é de 6.800 unidades, representando este valor um acréscimo de 16% comparativamente ao ano de 2013, resultando numa quota de mercado de 4,8% (+0,2 p.p. vs 2013).

Relativamente à Lexus, o objetivo situa-se nas 280 unidades, objetivo que representa um crescimento de cerca de 80% face ao resultado obtido em 2013.

Evolução Mercado Automóvel

em milhares



02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA+BT				
	'12	'13	Variação	'12		'13		Variação
			%	Qtd.	Quota	Qtd.	Quota	%
Empilhadores Contrabalançados	664	722	8,7	152	22,9	142	19,7	-6,6
Equipamento de Armazém	861	1.225	42,3	192	22,3	313	25,6	63,0
Total MMC	1.525	1.947	27,7	344	22,6	455	23,4	32,3

Fonte: ACAP

Mercado

No ano de 2013 o mercado de **Máquinas de Movimentação de Carga** inverteu a trajetória descendente dos últimos anos, registando um crescimento de 27,7%. Esta inversão registou-se essencialmente no 2º semestre sentindo-se uma aceleração da atividade económica e os efeitos dos incentivos fiscais.

Analisando por tipo de equipamento verificou-se que o crescimento não foi da mesma ordem de grandeza no que respeita aos 2 grandes segmentos: Empilhadores Contrabalançados (8,7%) e Equipamentos de Armazém (42,3%). Esta disparidade deve-se ao facto dos empilhadores contrabalançados estarem mais dirigidos à indústria, setor cuja recuperação está a ser mais lenta, e suportada pelo aumento das exportações.

Os Equipamentos de Armazém destinados essencialmente à Logística, setor onde a crise económica não foi tão severa, registaram um crescimento assinalável justificado pela renovação de algumas frotas que vinha sendo adiada.

Vendas Toyota + BT

Relativamente às vendas de **Empilhadores Contrabalançados Toyota** registou-se uma quebra nas vendas de 6,6% comparativamente com igual período do ano anterior, situando a nossa quota de mercado nos 19,7%.

Quanto às vendas de **Equipamentos Armazém BT**, verificou-se um crescimento de 63%, essencialmente devido à conclusão de vários negócios de frota, atingindo uma quota de mercado de 25,6%.

Em termos de ranking de vendas, a **Toyota + BT** ficou em 2º lugar com uma quota de mercado de 23,4%.

Após-Venda

Vendas globais

(milhares Euros)

Produto	Vendas 2012	Vendas 2013	Cresc. % 2013/2012
Peças/Acessórios/Merchandising	36,1	34,1	-5,40%
Serviços Extracare/Eurocare	0,6	0,7	26,10%
Total	36,6	34,9	-4,90%

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

A Divisão de Após-Venda Toyota apresentou no final de 2013, um volume de negócios de 34 milhões de Euros, em peças, acessórios e merchandising. Este valor corresponde a um decréscimo de 5,4% relativamente ao ano de 2012.

Já quanto aos serviços Extracare e Assistência Total regista-se um crescimento de 26,1% face ao ano de 2012. A faturação destes serviços está diretamente relacionada com a venda de viaturas novas, apresentando tendencialmente uma variação semelhante a esta atividade.

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após-Venda. Para este cliente destinou-se, em 2013, 92,3% da faturação global, o equivalente a cerca de 32 milhões de Euros. Este valor representa contudo um decréscimo de 6,1% quando comparado com o realizado em 2012.

O ano de 2013 continuou a caracterizar-se pela conjuntura económica de retração, instalada no setor automóvel já desde 2011. Para além disso, outros fatores como o envelhecimento do parque automóvel, a diminuição da rodagem média das viaturas e venda de menos veículos comerciais, são adversos ao desenvolvimento do Após-Venda do ramo automóvel.

Num contexto em que o mercado automóvel é especialmente atingido, a Toyota Caetano Portugal manteve-se empenhada em dinamizar programas que contrariam os resultados deste clima económico desfavorável.

Destacamos algumas das medidas tomadas, com especial incidência para a retenção dos clientes à oficina Toyota:

- Oferta do contrato de manutenção 3 anos/45.000 km na aquisição dos modelos Auris e Verso;
- Ação de Retenção de Clientes "Plano 5+" que decorreu durante o ano de 2013, com preços especiais na mudança de óleo e filtro e outras ofertas;
- Introdução dos "Contratos de Manutenção" para a NG RAV4, NG Auris Touring Sport, Proace e NG Corolla;
- Lançamento dos "Contratos de Manutenção" para as viaturas usadas, até 5 anos ou 150.000 km. Mais uma vez fica garantido, durante o período do contrato, o encaminhamento da viatura para a realização das manutenções nas oficinas Toyota;
- Disponibilidade de um novo portal que possibilita contactos proativos ao cliente, no momento em que está previsto que este possa necessitar dos serviços Toyota;
- Campanha de incentivo às vendas do "Seguro em Circulação" para viaturas Toyota e Lexus, em que se ofereceu um aumento dos descontos concedidos;
- Dinamização do programa Toyota Apoio 24, com oferta do documento de declaração amigável de acidente, aos clientes da oficina.

Adicionalmente foram tomadas outras medidas no sentido de dinamizar a atividade do Após-Venda, tais como:

- Lançamento do Programa Premium Trade 2013, destinado aos clientes de peças do Balcão Público. Este programa promove a dinamização das vendas itinerantes;
- Campanha de Para-brisas, com início em dezembro de 2012 e que se manteve durante 2013. Esta campanha ofereceu atrativos preços nestas peças de colisão (redução de 25% no preço);
- Lançamento do Catálogo de Acessórios Online, onde podem ser consultados os acessórios disponíveis para todos os modelos em comercialização. Este catálogo é atualizado diariamente;
- Contínuo acompanhamento e incentivo à venda dos produtos considerados "oportunidades de negócio". Com esta ação procura-se dinamizar o conceito de vendas adicionais, gerando-se assim maior rentabilidade para as Concessões;
- Permanente divulgação ao longo do ano, do negócio dos pneus, inserido por exemplo nas campanhas de retenção de clientes.

Na área de atividade do Após-Venda perspectiva-se para 2014 uma nova quebra nos volumes de negócios, sendo que mais uma vez tudo faremos para evitar que a rentabilidade da Empresa seja posta em causa.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Recursos Humanos

Na área de Recursos Humanos, procuramos contribuir diretamente para as tomadas de decisão, disponibilizando dados significativos e relevantes em termos de resultados através do melhoramento constante das aplicações de gestão de Recursos Humanos, adequando-as para o estabelecimento de combinações de análise, parâmetros de rendimentos e indicadores de pessoal, aperfeiçoando a qualidade e a precisão da informação, possibilitando ainda a projeção e análise do impacto de eventuais cenários.

Numa ótica de simplificação, automatização de processos administrativos e otimização de recursos, demos ainda continuidade ao projeto do "Portal do Empregado", com novas funcionalidades extensivas a toda a TCAP e que permitem nomeadamente a alteração de dados pessoais, a visualização do absentismo, acesso aos recibos de retribuição, declaração de rendimentos, etc. Importa ainda referir que o acesso a este sistema abrange a quase totalidade dos colaboradores da Toyota Caetano Portugal.

Na procura de inovação, flexibilidade e integração demos continuidade ao processo BPM (Business Process Management) alinhando e promovendo eficiência, procurando continuamente a melhoria. Trata-se de uma aposta forte num sistema que permite a automatização dos processos administrativos ou de suporte à produção.

Num ano marcado pela crise, o quadro de pessoal manteve-se relativamente estável apresentando apenas um pequeno decréscimo em comparação com 2012, como resultado da contínua necessidade de adaptação aos novos volumes de atividade.

Nº Colaboradores	2012	2013	Varição
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - GAIA	247	241	-6
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - OVAR	190	181	-9
TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - LISBOA	71	73	2
Total	508	495	-13

Iniciamos a reorganização da Área de Recrutamento & Seleção, alocando os devidos meios humanos e alterando formas de trabalho e de organização. Procedeu-se à criação de uma nova aplicação para gerir de forma integral a área de R&S através do site da Toyota Caetano.

Num contexto difícil e de grande incerteza, demos continuidade ao projeto de integração de estagiários e que se evidenciam no quadro seguinte:

Nº Estágios	2012	2013
Estágios profissionais	9	7
Estágios curriculares	14	7
Total	23	14

Demos continuidade ao projeto de atualização de Descrição, Análise e Qualificação de Funções, com o objetivo de poder dispor de instrumentos que permitam uma gestão cada vez mais justa e eficaz das pessoas no seu envolvimento profissional. Este projeto é decisivo para as auditorias dos processos de certificação da qualidade.

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica, não se verificaram alterações salariais.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO AUTO, S.A.

A situação global da crise económica e financeira, cujos reflexos já eram por demais evidentes no tecido empresarial Português, mantiveram-se ainda ao longo do ano de 2013, embora já com alguns indicadores no fim do ano a quererem anunciar uma ligeiríssima retoma. Contudo, Portugal mantém-se ainda sob o olhar atento do FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, que continuam a recomendar medidas de austeridade e de condicionalismos específicos de políticas económicas tendentes a reduzir o défice orçamental e o crescimento da dívida pública.

Neste contexto, a Caetano Auto foi responsável em 2013 pela matrícula de 3.484 unidades de veículos novos, contra as 2.772 unidades de 2012, evidenciando assim uma melhoria de mais de 25%.

Quanto ao negócio das viaturas usadas este é fortemente influenciado pela atividade dos novos, considerando as designadas “retomas” que servem de pagamento parcial dessas unidades novas, logo, é também um negócio que regista os constrangimentos dos novos.

Para combater esta tendência de degradação do negócio, sublinhe-se, fortemente condicionada pela atual conjuntura, a Caetano Auto continua a desenvolver novos canais de venda, nomeadamente a internet, através da participação em leilões de sites da especialidade.

Do esforço atrás relatado surgiram já efeitos, permitindo à Caetano Auto registar vendas de 4.199 unidades usadas em 2013, representando um acréscimo de cerca de 9% face ao ano anterior.

Os serviços de Após-Venda, também se ressentiram neste período de crise generalizada, não conseguindo ainda o desejado crescimento, mas registando somente uma ligeira redução do volume de negócios afeto a esta atividade. De facto, quer a atual redução do parque circulante da Toyota em Portugal, quer a tendência de alargamento dos períodos de manutenção da marca, quer também e ainda o facto de as viaturas circularem menos, tudo isto dificulta o crescimento deste negócio.

Finalmente e no que respeita aos financiamentos que proporcionamos aos nossos clientes, área que tradicionalmente constitui na nossa empresa uma atividade acessória com impacto de relevo nos resultados, registaram em 2013 proveitos de 1,4 milhões de Euros contra os 1,2 milhões de Euros obtidos em 2012.

Em consequência das dificuldades resumidamente aqui descritas, a Empresa decidiu ajustar as taxas de depreciação utilizadas no seu equipamento oficial, aos novos períodos de vida útil que a tendência de abrandamento do negócio evidencia.

Desta alteração resulta um impacto nos resultados de cerca de 200 mil Euros.

Como nota final cumpre-nos ainda informar que em 2013, a Caetano Auto incorporou por fusão as quatro seguintes participadas, que já detinha a 100%:

1. Cais B – Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.
2. Caetano Retail (Norte) II S.G.P.S., S.A.
3. Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.
4. Caetano Colisão (Norte), S.A.

Assim e porque esta fusão teve reporte contabilístico a 1 de janeiro de 2013, o relato da atividade aqui produzido regista sempre a atividade conjunta destas empresas somadas à própria Caetano Auto, quer quando se refere a 2013, quer quando se refere a 2012.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO AUTO CV, S.A.

Viaturas

SEGMENTO	MARCA	2013	2012	Variação	
				Qtd.	%
Veículos Ligeiros Passageiros	Toyota	37	73	-36	-49,32%
	Daihatsu	8	14	-6	-42,86%
Veículos Comerciais Ligeiros	Toyota	142	175	-34	-18,86%
Veículos Comerciais Pesados	Toyota	10	18	-7	-44,44%
		197	280	-83	-29,64%

Ano marcado pela não abertura do Estado à isenção dos táxis o que, além da quebra nas vendas, obrigou a estagnação do stock dos Corollas.

De salientar ainda a dificuldade dos particulares em obterem financiamento e, para os que o conseguem, o processo continua muito demorado.

Devido à retração da economia, o modelo Land Cruiser, vocacionado para clientes com poder de compra, vendeu poucas unidades (11). O aparecimento do Yaris no final do ano, mesmo com pouco stock, veio mostrar que será um modelo a apostar (8 unidades vendidas em 3 meses). A Hilux, embora com forte quebra devido à inexistência de obras públicas, foi o modelo mais vendido com 86 unidades, seguido pela Hiace com 55 unidades. A Hiace, contrariamente aos restantes modelos, viu o número de unidades vendidas ser superior ao ano 2012. O cliente alvo deste modelo continuam a ser os taxistas e empresas de turismo.

Após-Venda

SEGMENTO	2013	2012	Variação	
			Qtd.	%
Peças/Acessórios	139.130	156.210	-17.080	-10,93%
Oficina (Mão de Obra)	28.124	33.749	-5.625	-16,67%
	167.254	189.959	-22.705	-11,95%

(Valores em Milhares ECV)

Devido à quebra do número de passagens diárias nas nossas oficinas, a empresa viu-se forçada a reajustar o pessoal, quer direto, quer indireto.

Também foi grande o esforço feito ao nível da realização de campanhas promocionais obrigando a alguma redução das margens de comercialização, principalmente ao nível das peças aplicadas.

Realizou-se o dia do "taxista" com o intuito de voltar a conquistar este tipo de cliente.

Para aumentar a taxa de ocupação oficial a Caetano Auto CV realizou uma parceria com a ENACOL com a finalidade de exploração dos serviços rápidos nos postos de abastecimento desta. O projeto arrancará em fevereiro do próximo ano no lugar de Nhagar na Assomada.

As dificuldades na logística das peças, tem sido também um obstáculo à entrega atempada das viaturas em reparação na colisão.

Durante o ano de 2014, vamos desenvolver esforços no sentido de melhorar os tempos de entrega da viatura ao cliente, assegurando ao mesmo tempo uma viatura de substituição.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

CAETANO RENTING, S.A.

O Volume de Negócios atingiu o valor de 3,6 milhões de Euros, o que em comparação com o exercício anterior, representa uma diminuição de cerca de 21%.

Esta redução, tem a ver com o facto da frota média da Empresa também ter diminuído, tendo se situado nas 1077 unidades, ou seja, menos 27% do que no ano anterior.

No termo do exercício, o total em frota era ainda mais baixo do que a média atingindo as 826 unidades, conforme a estrutura infra:

- Veículos Ligeiros de Passageiros : 542 uts (65,62%)
- Veículos Comerciais Ligeiros: 22 uts (2,66%)
- Máquinas Industriais: 262 uts (31,72%)

Sendo certo que os principais clientes foram mantidos, a verdade é que a taxa de ocupação da frota baixou, tendo no entanto a Empresa mantido a diversificação dos produtos objeto do negócio, nomeadamente no que aos equipamentos industriais diz respeito.

Como consequência de redução dos custos com reintegrações e encargos financeiros associados à atividade, a Empresa pôde apresentar resultados líquidos positivos, perspectivando-se também o seu equilíbrio futuro.

CAETANO COMPONENTS, S.A.

O exercício de 2013, culminou com a extinção em definitivo de todas as atividades desenvolvidas pela Caetano Components, que de alguma forma apresentavam interesses para outras áreas de negócio do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Na lógica subjacente às atividades que este Grupo desenvolve, e atendendo ao facto que durante este exercício tínhamos assistido nesta Empresa a operações totalmente desenquadradas da atividade global Toyota e que por si só não perspectivavam a sua rentabilização, entendemos colocar a sociedade em processo de dissolução com liquidação, evento que veio a realizar-se formalmente a 31.12.2013.

SALTANO, S.A.

A Saltano, no desenvolvimento da sua atividade de gestão de participações sociais e no exercício em análise manteve inalteradas as suas participações, excepcionando-se o facto de a 31 de dezembro de 2013 ter ocorrido a liquidação da Empresa participada Caetano Components, a qual regularizou os empréstimos concedidos à data no montante de 1,99 milhões de Euros.

Este montante servirá para serem regularizados parcialmente os suprimentos existentes com a empresa mãe, Toyota Caetano Portugal, S.A., os quais atingem no final do presente exercício o valor de 6,15 milhões de Euros.

A empresa não tem qualquer dívida, nem se encontra em mora no pagamento de impostos, contribuições e taxas, ao Setor Público Estatal e Segurança Social.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

MOVICARGO

O exercício de 2013 limitou-se a apresentar o registo de alguns movimentos contabilísticos de regularização de situações passadas, nomeadamente alguns custos com fornecimentos e serviços externos, tendo-se a Movicargo mantido totalmente inativa.

De referir a inexistência de quaisquer dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

ATIVIDADE FINANCEIRA

Análise consolidada

No decorrer do exercício de 2013 o perímetro de consolidação do grupo Toyota Caetano Portugal comportou diferentes alterações, designadamente, saídas da Caetano Components S.A., por via da liquidação por dissolução, e das empresas CAISB – Companhia Imobiliária Administradora São Bernardo, S.A., Auto Partner S.G.P.S., S.A., Caetano Colisão, S.A. e Auto Partner Comércio de Automóveis S.A. devido ao processo de fusão na empresa Caetano Auto S.A., a qual produziu efeito desde o início do ano. Contudo, esta variação não teve um impacto significativo na análise comparativa do desempenho do Grupo.

A recuperação associada ao mercado de trabalho, com a taxa de desemprego numa trajetória descendente, iniciada em janeiro de 2013, e a retoma económica relacionada com o consumo interno a ganhar novo fôlego, ainda que ténue, com as vendas a retalho progressivamente a abandonar os níveis mínimos observados durante o período 2011 e 2012, foram condições fundamentais à viragem de ciclo que se apurou no Grupo, onde se registou um volume de negócios de 223 milhões de Euros, que representa um crescimento de 3,1%, face a 2012, ano em que se tinha verificado uma retração de 26%, comparativamente com o período homólogo anterior.

Para o nível de atividade conseguido, e não obstante algum sacrifício da margem de comercialização, foi possível alcançar um EBITDA consolidado de 15,1 milhões de Euros, correspondente a 6,8% do volume de negócios, revelando uma ligeira melhoria face ao período homólogo, ano em que este mesmo rácio se situou em 6,5%. A contribuir favoravelmente para esta evolução esteve a continuada política de contenção de gastos, tendo-se conseguido uma redução da rubrica de fornecimentos e serviços externos em 10%, face a 2012, situando-se os mesmos em 31,6 milhões de Euros.

No que respeita ao resultado antes de impostos, positivos em cerca de 460 mil Euros, acompanharam a trajetória positiva tendo sido possível inverter o ciclo de prejuízos que se vinha a registar nos últimos exercícios.

O crescimento de atividade acompanhada de contenção de gastos, quer ao nível dos fornecimentos quer de adequação de estrutura de pessoal, o registo de menores encargos financeiros e uma forte redução das amortizações do período, foram condições determinantes para o lucro alcançado, tendo sido possível gerar um Cash-Flow 13 milhões de Euros, superior em cerca de 2 milhões de Euros ao conseguido em período homólogo.

Os resultados financeiros, negativos em 1,7 milhões de Euros, refletem uma evolução favorável face ao ano anterior, onde se registaram gastos líquidos de 2,9 milhões de Euros, consequência de menores níveis de financiamento mas sobretudo devido a uma maior diversificação das linhas de financiamento pelas entidades bancárias, com obtenção de melhores condições de preço para a dívida financeira.

O grau de autonomia financeira de 64%, superior em 4 p.p. ao obtido em 2012, evidencia a sustentável solidez da estrutura de capitais.

Para 2014, a expectativa do Grupo é de manutenção do ritmo de crescimento de atividade, consubstanciada que se encontra nos dados reais do primeiro trimestre do ano. Estima-se por isso que se continue a atuar em zona de resultados positivos.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

GESTÃO DE RISCOS

Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo geograficamente diversificado, com subsidiárias localizadas em Cabo Verde, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório do Governo da Sociedade.

AÇÕES PRÓPRIAS

A sociedade não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de dezembro de 2013, a sociedade não detinha ações próprias.

DECLARAÇÃO

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2013, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor de 219.893,00 Euros expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal sejam transpostos para a conta de Resultados Transitados.

Mais ainda se propõe que considerando a existência, no final do exercício, de resultados transitados negativos, num total de €2.642.591,00, e considerando ainda a existência de reservas livres suficientes para a cobertura de tais resultados transitados negativos, se faça o uso de reservas livres no montante de €2.642.591,00 para a cobertura dos mencionados resultados transitados.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde a conclusão do ano de 2013 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes que devam ser mencionados.

OUTROS ASSUNTOS/AGRADECIMENTOS

Este relatório não ficaria concluído sem expressarmos o nosso reconhecimento às pessoas ou entidades que, de algum modo contribuíram para o desenvolvimento da atividade da Empresa ou para os resultados que foram alcançados, designadamente:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela confiança revelada aos nossos produtos e pela distinção da sua preferência que continua a constituir o melhor estímulo;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração demonstrada em todos os momentos;
- A todos os Colaboradores que através da sua dedicação continuaram a demonstrar o seu empenhamento na prossecução dos objetivos da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 3 de abril de 2014

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos – Presidente
Takeshi Numa
Daniele Schillaci
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

02 ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO E TRANSAÇÕES DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea a) do artigos 9.º e do número 7 do artigo 14.º ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Conselho de Administração

ENG. JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

TAKESHI NUMA (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

DR.ª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual o cônjuge é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COVIM - Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 393.252 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual é Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

ENG. SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vice-Presidente do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada. A COCIGA - Construções Civis de Gaia, S.A. da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que, em 31 de dezembro de 2013 detinha 290 ações, com o valor de um euro cada.

ENG. MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A., da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013, detinha 21.288.281 ações, com o valor nominal de um euro cada.

DR. RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações. A FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, da qual é Vogal do Conselho de Administração, não teve movimentos, pelo que em 31 de dezembro de 2013 detinha 138.832 ações, com o valor nominal de um euro cada.

YOICHO SATO (Suplente do Conselho de Administração): Não tem ações nem obrigações.

02 ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

Conselho Fiscal

Dr. José Domingos da Silva Fernandes: Não tem ações nem obrigações.

Akito Takami: Não tem ações nem obrigações.

Alberto Luis Lema Mandim: Não tem ações nem obrigações.

Maria Livia Fernandes Alves (Suplente do Conselho Fiscal): Não tem ações nem obrigações.

Takao Gonno (Suplente do Conselho Fiscal): Não tem ações nem obrigações.

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. José Pereira Alves ou pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques: Não tem ações nem obrigações.

02 RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do Artigo 447.º do Código das Sociedade Comerciais)

Em cumprimento do disposto artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, no exercício de 2013, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. não foram detentores de ações ou obrigações da Sociedade.

02 ANEXO AO RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do Artigo 448º do C.S.C.)

Participações superiores a um décimo do capital

Acionistas	Ações Detidas em 31.12.2012	Ações Adquiridas em 2013	Ações Vendidas em 2013	Ações Detidas em 31.12.2013
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do capital

Acionistas	Ações Detidas em 31.12.2012	Ações Adquiridas em 2013	Ações Vendidas em 2013	Ações Detidas em 31.12.2013
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.	21.288.281			21.288.281

Lista de participações qualificadas superiores a 2% do capital social

Acionista	Ações	% dos direitos de voto
Grupo Salvador Caetano - SGPS, S.A.	21.288.281	60,824
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros De)	1.399.255	3,998

Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A.,
em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:

Millennium Ações Portugal	630.540	1,80
Millennium PPA	473.468	1,35
Millennium Poupança PPR	71.826	0,21
Millennium Investimento PPR	41.205	0,12
Millennium Aforro PPR	9.896	0,03

The background features a light blue gradient with several dark blue, wavy, hand-drawn lines that create a sense of movement and depth. A faint, light blue grid pattern is visible in the upper portion of the image, partially obscured by the wavy lines.

03

CONTAS
INDIVIDUAIS

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDICADORES FINANCEIROS

	DEZ '13	DEZ '12
Volume de Negócios	171.036.184	158.287.327
Cash-Flow Bruto	8.384.903	7.980.543
Resultado Líquido	219.893	-2.642.591
Gastos de Financiamento Líquidos	2.148.750	3.206.572
Gastos com o Pessoal	14.010.672	13.619.666
Investimento Líquido	3.309.006	3.218.005
Fundo de Maneio Bruto	66.873.087	64.620.614
VAB	28.742.109	27.468.750
Unidades Vendidas	9.766	9.007
Volume de Emprego	495	508

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço individual em 31 de dezembro de 2013

Ativo	Notas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Ativos Não Correntes:			
Ativos fixos tangíveis	5	19.101.288	23.341.238
Propriedades de investimento	6	14.587.883	13.968.539
<i>Goodwill</i>	7	611.997	611.997
Ativos intangíveis	8		
Participações financeiras	9	42.541.411	44.226.137
Outros ativos financeiros	10	59.504	39.904
Clientes	13 e 19	309.391	
Outras contas a receber	15		313.000
Ativos por impostos diferidos	11	2.231.483	2.591.402
Total de ativos não correntes		79.442.956	85.092.217
Ativos Correntes:			
Inventários	12 e 19	27.625.802	31.198.793
Clientes	13 e 19	69.605.977	67.261.521
Adiantamento a fornecedores		613.730	18.064
Estado e outros entes públicos	11	583.119	
Acionistas	14	592.489	439.669
Outras contas a receber	15	361.596	1.494.009
Outros ativos financeiros	10	6.148.199	6.148.199
Diferimentos	16	270.147	404.982
Caixa e depósitos bancários	4	1.692.993	1.048.425
Total de ativos correntes		107.494.052	108.013.662
Total do Ativo		186.937.008	193.105.879
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio:			
Capital realizado		35.000.000	35.000.000
Reservas legais		7.498.903	7.498.903
Outras reservas		75.561.244	75.561.244
Resultados transitados		-2.642.591	
Ajustamentos em ativos financeiros		7.098.991	7.098.991
Excedentes de revalorização		6.195.184	6.195.184
Outras variações no capital próprio		108.293	111.281
Resultado líquido do período		219.893	-2.642.591
Total do Capital Próprio	17	129.039.918	128.823.013
Passivo:			
Passivo Não Corrente:			
Financiamentos obtidos	20	9.805.675	11.647.982
Acionistas	14	340.000	340.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	25		1.051.264
Passivos por impostos diferidos	11	479.093	639.490
Total de passivos não correntes		10.624.768	13.678.736
Passivo Corrente:			
Fornecedores	22	17.630.963	11.274.477
Adiantamento de clientes		76.181	289.013
Estado e outros entes públicos	11	4.299.445	4.288.086
Acionistas		16.772	20.950
Financiamentos obtidos	20	13.288.532	22.818.663
Outras contas a pagar	15	6.630.368	6.815.549
Diferimentos	16	5.210.538	4.492.784
Passivos financeiros detidos para negociação	23	119.522	604.608
Total de passivos correntes		47.272.322	50.604.130
Total do Passivo		57.897.090	64.282.866
Total do Capital Próprio e do Passivo		186.937.008	193.105.879

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2013

	Notas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Vendas e serviços prestados	26	171.036.184	158.287.327
Subsídios a exploração	18	2.045.820	1.770.151
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9	-1.438.538	-2.804.257
Variação nos inventários da produção	12	-2.385.758	-5.883.924
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-137.148.574	-123.094.886
Fornecimentos e serviços externos	28	-31.033.331	-30.286.099
Gastos com o pessoal	29	-14.010.672	-13.619.666
Imparidade de inventários	12.19		710.510
Imparidade de dívidas a receber	13.19	-194.664	-50.533
Aumentos/reduções de justo valor	23	485.085	-216.252
Outros rendimentos e ganhos	31	28.471.362	29.010.241
Outros gastos e perdas	31	-5.881.653	-5.198.281
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.945.260	8.624.330
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6 e 8	-6.929.613	-7.985.531
Imparidades de activos depreciáveis/amortizáveis			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.015.647	638.799
Juros e rendimentos similares obtidos	32	587.885	163.208
Juros e gastos similares suportados	32	-2.736.636	-3.369.780
Resultado antes de impostos		866.897	-2.567.772
Imposto sobre o rendimento do período	11	-647.004	-74.819
Resultado líquido do período		219.893	-2.642.591
Resultado por ação	33	0,01	-0,08

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2013

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.000.000	7.498.903	75.193.514	339.480	9.157.473	6.195.184	127.608	-2.030.231	131.481.931
Alterações no período									
Aplicação do resultado			28.251		-2.058.482			2.030.231	0
Outras alterações no Capital Próprio			339.480	-339.480			-16.327		-16.327
Resultado Líquido do período			367.731	-339.480	-2.058.482		-16.327	2.030.231	-16.327
Resultado Integral								-2.642.591	-2.642.591
Operações com detentores de capital no período								-2.642.591	-2.642.591
Dividendos distribuídos									
Saldos em 31 de dezembro de 2012	35.000.000	7.498.903	75.561.244	0	7.098.991	6.195.184	111.281	-2.642.591	128.823.013
Saldos em 31 de dezembro de 2012	35.000.000	7.498.903	75.561.244	0	7.098.991	6.195.184	111.281	-2.642.591	128.823.013
Alterações no período									
Aplicação do resultado				-2.642.591				2.642.591	0
Outras alterações no Capital Próprio							-2.988		-2.988
Resultado Líquido do período			0	-2.642.591	0		-2.988	2.642.591	-2.988
Resultado Integral								219.893	219.893
Operações com detentores de capital no período								219.893	219.893
Dividendos distribuídos									0
Saldos em 31 de dezembro de 2013	35.000.000	7.498.903	75.561.244	-2.642.591	7.098.991	6.195.184	108.293	219.893	129.039.918

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira
O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2013

Atividades operacionais	2013		2012	
Recebimentos de Clientes	232.013.224		218.368.696	
Pagamentos a Fornecedores	-199.958.516		-177.041.558	
Pagamentos ao Pessoal	-9.807.790		-10.909.011	
Fluxo gerado pelas Operações		22.246.918		30.418.127
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-1.034.526		1.239.023
Outros Recebimentos/Pagamentos		-6.781.558		-3.458.234
Fluxo das Atividades Operacionais		14.430.833		28.198.916

Atividades de investimento

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros				
Ativos Fixos Tangíveis	3.105.101		2.765.836	
Ativos Intangíveis				
Subsídios de Investimento				
Juros e Rendimentos Similares	591		770	
Dividendos	66.723	3.105.691		2.766.606
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros			-1.750.000	
Ativos Fixos Tangíveis	-1.770.476		-420.323	
Ativos Intangíveis		-1.770.476		-2.170.323
Fluxo das Atividades de Investimento		1.335.215		596.283

Atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos				
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	-11.887.461		-27.436.409	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	-1.056.003		-1.020.032	
Juros e Gastos Similares	-2.173.837		-2.885.494	
Dividendos	-4.178	-15.121.480	-2.565	-31.344.500
Fluxo das Atividades de Financiamento		-15.121.480		-31.344.500

Caixa e equivalentes

Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 4)	1.048.425		3.597.726	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 4)	1.692.993		1.048.425	
Varição de Caixa e Seus Equivalentes	644.568		-2.549.301	

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota, Lexus e BT para Portugal, encabeçando um Grupo ("Grupo Toyota Caetano") que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2013:

Empresas	Sede
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano")	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. ("Movicargo") ⁽ⁱ⁾	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Caetano Auto CV, S.A. ("Caetano Auto CV")	Praia (Cabo Verde)

(i) Empresa que não teve qualquer atividade no período.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, verificaram-se as seguintes variações na composição do Grupo Toyota Caetano:

- a) Dissolução da Caetano Components, S.A.
- b) A Caetano-Auto, S.A. incorporou por fusão, a Caetano Retail (Norte)II S.G.P.S., S.A., a Auto-Partner-Comércio de Automóveis, S.A., Caetano Colisão, S.A. e CAISB, S.A.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a estrutura entendida como mais adequada a uma correta leitura e apreensão das principais políticas contabilísticas adotadas, bem como dos factos mais relevantes ocorridos no período em análise respeitando o Sistema de Normalização Contabilística em vigor no exercício de 2013. Deste modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aprovadas pelo Decreto-Lei nº 158/2009.

Aqueles factos que não estão relatados neste Anexo foram considerados como não relevantes para a correta leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente Anexo encontram-se expressos em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a empresa opera.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor no exercício de 2013. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derrogadas pela empresa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) e estabelecidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor no exercício de 2013. De referir que não há quaisquer disposições do SNC que tenham sido derrogadas pela empresa.

a) Ativo intangível

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e compreendem exclusivamente Programas de Software Informático que se encontram totalmente amortizados (Nota 8).

As amortizações correspondentes são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com um período de vida útil estimado de três anos.

b) Ativo fixo tangível e propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis, bem como as propriedades de investimento, têm como critério de mensuração o custo de aquisição deduzido de depreciações e imparidades. No entanto, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1997 contêm efeitos de reavaliações de acordo com as seguintes disposições legais:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de fevereiro

Os referidos itens foram mensurados na data de transição de acordo com o descrito na NCRF 3.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 14
Outras ativos tangíveis	4 - 8

Como resultado do efeito das reavaliações legais incluídas no custo (conforme referido acima), as reintegrações do período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 40% das depreciações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos (Nota 11).

Quando o valor líquido contabilístico excede o valor recuperável do ativo, é efetuada o seu reajustamento para o valor recuperável estimado, através de reconhecimento de uma imparidade de ativos.

Os ganhos ou perdas resultantes do abate ou alienação são apurados pela diferença entre o valor recebido e a quantia escriturada do ativo e reconhecidos como rendimento ou gasto na demonstração de resultados.

c) Locação financeira

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, conseqüentemente, o custo do ativo é registado como investimento e as correspondentes responsabilidades são registadas como financiamentos obtidos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o investimento amortizado de acordo com a vida útil dos bens (Notas 5 e 21).

d) Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo encontram-se registados ao MEP.

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), os investimentos em participações financeiras são registadas pelo custo, ajustado pelo valor correspondente da participação da Empresa nos resultados líquidos das Empresas participadas e pelos dividendos recebidos.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa como uma redução direta ao valor da sua participação financeira uma vez que o seu equivalente já tinha sido reconhecido pela apropriação em MEP dos resultados das subsidiárias.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas realizados em transações entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa subsidiária, associada ou empreendimentos conjuntos, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade

Inclui todos os ativos financeiros, passivos financeiros e instrumentos de capital próprio que satisfaçam pelo menos uma das seguintes condições:

- a entidade designa os referidos ativos e passivos, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade, sendo que os mesmos cumprem com os seguintes critérios: a) sejam instrumentos à vista ou com maturidade definida; b) os retornos para o detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- contratos para conceder ou contrair empréstimos que: a) não possam ser liquidados em base líquida; b) quando executados, se espera que reúnem as condições para reconhecimento ao custo ou custo amortizado menos perdas por imparidade; e c) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Suprimentos concedidos à Saltano, S.G.P.S., S.A. (Outros Ativos Financeiros - Nota 10);
- Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Receber e a Pagar (Notas 13, 14, 15, 22 e 34).

Instrumentos financeiros ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados

Um ativo ou passivo financeiro é classificado nesta categoria se não preencher as condições para ser classificado como instrumento financeiro ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Apresentamos, de seguida, os instrumentos financeiros da Toyota Caetano Portugal que se enquadram nesta classe:

- Instrumentos financeiros derivados não designados para efeitos de contabilidade de cobertura (Nota 23).

f) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor recuperável.

Encontram-se também constituídos ajustamentos para depreciação de inventários tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas (Nota 12).

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

g) Subsídios e apoios do governo

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos são registados, na rubrica de Outras variações no Capital Próprio, quando recebidos, e reconhecidos na Demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados (Nota 18).

Os subsídios à exploração são registados nos exercícios em que são recebidos (Nota 18).

h) Benefícios dos empregados

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades ("Associados") por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das prestações devidas, a empresa segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 25).

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

i) Impostos sobre o rendimento

O montante total de imposto sobre o rendimento a pagar é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no perímetro fiscal Toyota Caetano Portugal, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do referido perímetro (Nota 11).

O imposto corrente sobre o rendimento reconhecido como gasto é calculado com base no resultado tributável da Toyota Caetano Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

j) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento de recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de Diferimentos, Outras Contas a Pagar (credores por acréscimos de gastos) e Outras Contas a receber (devedores por acréscimos de rendimentos) (Notas 15 e 16).

l) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um gasto operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram pagas indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no montante de, aproximadamente, 325.000 Euros (aproximadamente 407.000 Euros em 31 de dezembro de 2012).

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 19).

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Toyota Caetano Portugal sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Toyota Caetano Portugal, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registados como ganho ou perda na Demonstração dos Resultados do exercício.

q) Rédito

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito da venda é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para a Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

r) Juízos de valor, julgamentos e estimativas e pressuposto relativos ao futuro

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- Teste de imparidade realizado ao *Goodwill*;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

s) Eventos subsequentes e principais fontes de incerteza das estimativas

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras incorporam estimativas que não apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Numerário	81.051	92.344
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	1.610.691	953.508
Equivalentes a Caixa	1.251	2.573
Caixa e Depósitos Bancários	1.692.993	1.048.425

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo final 31/12/2012	3.365.354	31.385.731	49.442.340	34.777.812	5.984.317	2.866.768	918.123	128.740.446
Aumentos	952.379		704.951	3.396.282	46.598	19.072	324.126	5.443.408
Alienações	-54.560		-483	-5.081.191	-205	-238		-5.136.677
Transferências e abates	-355.125						-903.473	-1.258.598
Saldo final 31/12/2013	3.908.048	31.385.731	50.146.808	33.092.903	6.030.711	2.885.603	338.776	127.788.580
Depreciações								
Saldo final 31/12/2012		27.980.315	46.609.574	22.189.209	5.865.417	2.754.692		105.399.207
Aumentos		431.434	1.030.703	4.969.891	57.072	37.183		6.526.283
Alienações			-483	-3.237.272	-205	-238		-3.238.198
Transferências e abates								
Saldo final 31/12/2013		28.411.749	47.639.795	23.921.827	5.922.284	2.791.637		108.687.292
Valor líquido	3.908.048	2.973.982	2.507.014	9.171.075	108.426	93.966	338.776	19.101.288

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico e Ferramentas	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo final 31/12/2011	3.365.354	31.297.738	49.295.390	34.487.633	5.976.839	2.849.312	972.269	128.244.535
Aumentos		19.196	146.951	4.965.726	7.478	17.457	14.650	5.171.458
Alienações				-4.675.547				-4.675.547
Transferências e abates		68.796					-68.796	0
Saldo final 31/12/2012	3.365.354	31.385.731	49.442.340	34.777.812	5.984.317	2.866.768	918.123	128.740.446
Depreciações								
Saldo final 31/12/2011		27.385.196	45.260.060	19.089.673	5.795.708	2.667.885		100.198.523
Aumentos		595.119	1.349.514	5.821.630	69.709	86.806		7.922.779
Alienações				-2.722.095				-2.722.095
Transferências e abates								-
Saldo final 31/12/2012		27.980.315	46.609.574	22.189.209	5.865.417	2.754.692		105.399.207
Valor líquido	3.365.354	3.405.416	2.832.766	12.588.603	118.900	112.077	918.123	23.341.238

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 1.610.265 Euros.

A 31 de dezembro de 2013 os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como se segue:

	Valor Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas industriais	5.336.387	3.249.953	2.106.434

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os ganhos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" e ascenderam a 3.174.981 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (2.968.155 Euros em 31 de dezembro de 2012).

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Total
Ativo bruto			
Saldo final 31/12/2012	9.355.667	30.535.116	39.890.783
Aumentos	140.164	527.385	667.549
Alienações			
Transferências e abates	355.125		355.125
Saldo final 31/12/2013	9.850.956	31.062.501	40.913.457
Depreciações			
Saldo final 31/12/2012		25.922.244	25.922.244
Aumentos		403.330	403.330
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2013		26.325.574	26.325.574
Valor líquido	9.850.956	4.736.927	14.587.883

2012	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Total
Ativo bruto			
Saldo final 31/12/2011	8.869.130	31.021.653	39.890.783
Aumentos			
Alienações			
Transferências e abates	486.537	-486.537	
Saldo final 31/12/2012	9.355.667	30.535.116	39.890.783
Depreciações			
Saldo final 31/12/2011		25.859.493	25.859.493
Aumentos		62.751	62.751
Alienações			
Transferências e abates			
Saldo final 31/12/2012		25.922.244	25.922.244
Valor líquido	9.355.667	4.612.872	13.968.539

A transferência em 2013 deve-se à reclassificação do terreno sito em Azoia de Ativo Fixo Tangível para Propriedades de Investimento.

De referir que o custo de aquisição considerado no âmbito da transição para o normativo NCRF contém um efeito líquido de reavaliações legais no valor de 4.340.379 Euros.

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas com referência a 31 de dezembro de 2012 e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 60,9 milhões de Euros. As avaliações externas realizadas em fins de 2013, a alguns imóveis, não identificaram qualquer nova situação de imparidade.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013, à inexistência de sinistros relevantes em 2013 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2013, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	Local	Tipo de Avaliação	DEZ' 13		DEZ' 12	
			Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação a 31/12/2013	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação a 31/12/2012
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	757.476	9.048.000	854.709	9.048.000
Instalações Fabris	V.N. Gaia	Interna	641.180	802.000		
Instalações Fabris	Carregado	Interna	6.096.936	23.828.000	6.190.975	23.828.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	Interna	1.250.234	6.003.000	1.353.476	6.003.000
Instalações Comerciais	Lisboa	Interna	1.258.758	1.247.000	1.288.147	1.247.000
Terreno	Leiria	Externa	355.000	797.000		
Instalações Comerciais	Cascais	Interna	142.022	834.000	150.368	834.000
	Cascais	Interna	304.754	950.000	318.140	950.000
	Prior Velho	Interna	2.943.103	14.655.000	2.943.104	14.655.000
	Loures	Interna	209.221	849.000	213.271	849.000
	Vila Franca Xira	Interna	502.614	1.648.000	524.693	1.648.000
	Benavente	Interna	126.459	302.000	131.656	302.000
			14.587.883	60.963.000	13.968.539	59.364.000

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que é objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica *Goodwill*.

A rubrica *Goodwill* diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da filial Movicargo, cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis da empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2013, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se no seguinte quadro:

	Divisão de Equipamentos Industriais
<i>Goodwill</i>	611.997
Período Utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de Crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	10,62%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*.

² Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o *Goodwill* (1 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (4,6 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

2013	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Programas de Computador	Total
Ativo bruto			
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2013	0	992.122	992.122
Depreciações			
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2013	0	992.122	992.122
Valor líquido	0	0	0
2012	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Programas de Computador	Total
Ativo bruto			
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
Depreciações			
Saldo final 31/12/2011	0	992.122	992.122
Aumentos			0
Alienações			0
Transferências e abates			0
Saldo final 31/12/2012	0	992.122	992.122
Valor líquido	0	0	0

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, as participações financeiras são como se segue:

	Movicargo	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Saltano	MEP Ajustmentos	Total
31 dezembro 2011	403.859	19.106.518	5.034.492	23.263.077	-948.405	46.859.541
Aquisições						
Ganhos/Perdas	12.479	-996.912	-121.780	-1.489.594	-208.452	-2.804.257
Outros Movimentos no Capital						
Alienações						
Outros (Margens Passivo)					170.853	170.853
Dividendos Recebidos						
31 dezembro 2012	416.338	18.109.606	4.912.712	21.773.483	-986.004	44.226.137
Aquisições						
Ganhos / Perdas	-15.748	-893.200	-195.784	-1.307.249	973.444	-1.438.538
Outros Movimentos no Capital		-142.147			142.147	0
Alienações/Liquidações						
Outros (Margens Passivo)					-246.188	-246.188
Outros	7.863	-95.841	-62.660	-467.332	617.970	0
Dividendos Recebidos						
31 dezembro 2013	408.453	16.978.418	4.654.269	19.998.077	501.369	42.541.411

Apresenta-se em seguida, a evolução de percentagens de participação em empresas do grupo:

	Movicargo		Caetano Auto		Caetano Auto CV		Saltano	
	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Capital Próprio	408.453	424.201	36.670.448	38.906.387	5.729.036	5.970.032	20.002.903	21.746.905
Resultado Líquido	-15.748	12.479	-1.928.926	-2.152.898	-240.994	-149.902	-1.474.001	-1.489.926
% Direta	100%	100%	46,30%	46,30%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%
% Indireta	100%	100%	98,40%	98,39%	81,24%	81,24%	99,98%	99,98%

Resumem-se em seguida as posições financeiras e resultados das operações das subsidiárias em 31/12/2012 e 31/12/2013:

31-12-2013	Movicargo	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Saltano
Ativo:				
Corrente	68.453	42.465.872	5.031.310	4.778.338
Não Corrente	340.000	52.992.449	1.644.632	21.484.440
Passivo:				
Corrente		53.435.997	946.907	6.259.875
Não Corrente		5.351.876		
Capital Próprio	408.453	36.670.448	5.729.036	20.002.903
Rendimentos	13.855	149.375.682	6.661.459	395
Gastos	-29.603	-151.304.608	-6.902.453	1.474.396
Resultado Líquido	-15.748	-1.928.926	-240.994	-1.474.001

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31-12-2012	Movicargo	Caetano Auto	Caetano Auto CV	Saltano
Ativo:				
Corrente	84.202	38.313.192	5.601.758	4.064.981
Não Corrente	340.000	54.420.941	1.794.873	23.630.403
Passivo:				
Corrente		48.197.246	1.426.608	6.218.486
Não Corrente		5.630.501		
Capital Próprio	424.201	38.906.387	5.970.032	21.476.905
Rendimentos	15.795	126.029.288	8.744.212	1.250
Gastos	-3.316	-128.182.186	-8.894.113	-1.491.175
Resultado Líquido	12.479	-2.152.898	-149.902	-1.489.926

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

	2013	2012
Ativos Não Correntes		
Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas	59.504	39.904
Ativos Correntes		
Suprimentos concedidos a Saltano, S.G.P.S., SA (Nota 14)	6.148.199	6.148.199

O aumento na rubrica Investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas deve-se a pequenos investimentos da Caetano Components transferidos aquando da dissolução da referida Empresa.

Ambos os ativos financeiros mencionados encontram-se mensurados ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Refira-se, no entanto, que relativamente aos investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007.

Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, Saltano e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O detalhe dos montantes e natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados no período findo em 31 de dezembro de 2013, pode ser resumido como se segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	Imposto diferido ativo	Imposto diferido passivo	Refletido em resultados	Refletido em Capital próprio
Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais	405.471		123.327	
40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efetuadas		(61.292)	(9.941)	
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações		(233.603)	(76.846)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(11.301)	(7.035)	
Reserva cativa		(96.230)		(7.855)
Valorização de instrumentos derivados	29.283		130.938	
Prejuízos Fiscais RETGS	1.758.648		84.993	
Ajustamentos de transição Provisões e ajustamentos constituídos e não aceites como custos fiscais		(44.075)	(51.190)	
Subsídio ao Investimento		(32.592)		(7.530)
Bens não capitalizáveis	24.315		28.284	
Anulação custos diferidos	6.793		7.902	
Bens intangíveis	6.973		8.111	
Total	2.231.483	(479.093)	238.543	(15.385)

A linha de prejuízos fiscais de RETGS no valor de 1.758.648 Euros resulta dos prejuízos fiscais reconhecidos pelas empresas pertencentes ao regime.

Refira-se que os resultados futuros orçados pelas empresas que compõem o perímetro fiscal evidenciam total capacidade de recuperação do montante de ativo por imposto diferido relevado em Balanço.

Adicionalmente, a rubrica da demonstração dos resultados "Impostos sobre o rendimento" foi determinada como se segue:

Imposto sobre o rendimento do período findo em 31 de dezembro de 2013	408.461
Impostos diferidos líquidos do período	238.543
	647.004

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é como se segue:

Rubricas	2013	2012
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas 2013 (imposto estimado)	-186.176	
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas 2013 (retenções na fonte suportadas, pagamento especial por conta e pagamento por conta)	970.449	
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas (RETGS)	-201.154	
Total Ativo	583.119	
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas 2012 (imposto estimado)		483.808
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas 2013 (retenções na fonte suportadas, pagamento especial por conta e pagamento por conta)		-282.437
Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas (retgs)		142.376
Imposto s/ veículos		713.497
Direitos aduaneiros		60.594
Imposto sobre o valor acrescentado	3.728.902	2.649.536
Outras contribuições e impostos	570.543	520.711
Total Ativo	4.299.445	4.288.086

O imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (RETGS) decompõe-se em:

Saltano	1.990
Caetano Renting	-115
Caetano Auto	199.279
	201.154

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de dezembro de 2013, não inclui dívidas em situação de mora.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A reconciliação do encargo de imposto efetivo com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, pode ser analisada como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Resultado antes de imposto	866.897	-2.576.772
Variações patrimoniais - regime transitório	24.314	24.314
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-114.989	-941.459
Reversão de perdas por imparidades tributadas	-360.908	-710.540
Mais valias contabilísticas	-1.024.972	-701.861
Eliminação de dupla tributação económica dos lucros distribuídos (art.º 51)		
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)	-485.085	
Benefícios fiscais	-142.978	-485.322
Rendimentos não sujeitos a imposto	-2.128.932	-2.839.182
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º18,nº18)	1.438.538	2.804.257
Depreciações e amortizações (art.º 34, nº1), perdas por imparidades de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35, nº4) e desvalorizações excecionais (art.º38) não aceites como gastos	231.796	303.871
50% mais valias fiscais	403.938	212.146
Pagamento de impostos não dedutíveis e insuficiência de estimativa para impostos	360	38.165
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49)		216.252
Outros	52.226	65.533
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	2.126.858	3.640.224
Lucro tributável	889.137	
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal 25%	222.284	
Derrama municipal 1,5 %	13.337	
Encargo imposto teórico	235.621	
Imposto diferido do exercício	238.543	-408.989
Tributação autónoma	172.839	483.808
Encargo de imposto efetivo	647.004	74.819

O valor de Imposto estimado referido no detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é como se segue:

Derrama Municipal 1,5 %	13.337
Tributação Autónoma	172.839
	186.176

O valor do imposto calculado acima referido, no montante de 222.284 Euros, regularizou o Imposto diferido ativo por prejuízos fiscais registado em períodos anteriores.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Rubricas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Mercadorias	24.184.971	24.228.065
Matérias-primas, subsidiária e de consumo	2.634.224	3.778.362
Produtos acabados e intermédios	668.429	2.378.823
Produtos e trabalhos em curso	515.640	1.191.005
Perdas por imparidade - mercadorias (nota 19)	-377.462	-377.462
	27.625.802	31.198.793

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2013 é como se segue:

Rubricas	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	24.228.065	3.778.362	28.006.428
Compras	120.804.950	15.156.390	135.961.341
Existências finais	24.184.971	2.634.224	26.819.194
	120.848.045	16.300.529	137.148.574

A demonstração da variação da produção ocorrida no período findo a 31 de dezembro de 2013 é como se segue:

Rubricas	Produtos Acabados e Intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso	Total
Existências finais	668.429	515.640	1.184.069
Existências iniciais	2.378.823	1.191.005	3.569.828
	-1.710.394	-675.365	-2.385.758

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rubricas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Ativo não corrente		
Clientes	309.391	
Ativo corrente		
Clientes	75.879.873	74.095.140
Perdas em imparidade acumuladas (nota 19)	6.273.895	6.833.619
	69.605.977	67.261.521

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. EMPRESAS DO GRUPO TOYOTA CAETANO PORTUGAL

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2013 e 2012 se encontram refletidas nas rubricas do balanço "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas" e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como se segue:

	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Contas a receber	44.162.051	42.487.982
Contas a pagar	-666.246	-517.977
ACIONISTAS		
Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Notam)		
Saltano, S.G.P.S., S.A.	109.586	68.196
Caetano Components, S.A.		-354.976
Caetano Renting, S.A.	-469.743	-459.585
Caetano Auto, S.A.	952.646	1.186.034
	592.489	436.669
Financiamentos Obtidos		
Movicargo, Lda.	-340.000	-340.000
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 10)		
Suprimentos Concedidos		
Saltano, S.G.P.S., S.A.	6.148.199	6.148.199

Clientes e Fornecedores (Notas 13 e 22)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

2013	Dividas Comercias		Produtos		Ativos Fixos Tangiveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
CAETANO AUTO CV, S.A.	271.588	590.595	4.277.850				11.300		3.125
CAETANO RENTING, S.A.	6.413.628	64.351	6.573.571	7.543.561			69.862	122.554	595.028
CAETANO AUTO, S.A.	37.476.836	11.300	90.071.467	661.401	-2.553.620		7.109.080	4.859.786	1.534.784
MOVICARGO MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, S.A.								12.822	
Total	44.162.051	666.246	100.922.889	8.204.962	-2.553.620		7.190.242	4.995.163	2.132.937

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012	Dividas Comercias		Produtos		Ativos Fixos Tangiveis	Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
CAETANO COMPONENTS, S.A.	150.792	30.363	2.413	75.919			330		85.173
CAETANO AUTO CV, S.A.	999.486		6.194.587		-19.100				56.369
CAETANO RENTING, S.A.	9.130.910	40.160	8.961.566	12.652.240	16.300		78.616		1.565.886
CAETANO AUTO, S.A.	31.240.525	341.825	70.457.512	1.377.724	-721.745		6.789.620		2.748.831
AUTO PARTNER - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	949.106	37.306	3.796.730	325	-39.310		357.973		85.710
CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.	17.163	40.928		92.998			54.105		69.827
COMP. ADMIN. IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO, S.A.									
MOVICARGO - MOVIMENTAÇÃO INDUSTRIAL, S.A.		27.395						15.792	
Total	42.487.982	517.977	89.412.808	14.199.207	-763.855		7.280.644	15.792	4.611.796

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

O detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar e a Receber é o seguinte:

Outras contas a pagar	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Juros a liquidar	152.852	56.319
Campanhas de promoção de vendas	1.866.025	1.194.198
Encargos com férias e subsídios de férias	1.758.758	1.765.549
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	1.570.854	647.848
Outros fornecimentos externos	550.022	2.118.151
Garantias	41.139	48.200
Imposto s/ veículos de viaturas vendidas e não matriculadas	396.149	283.824
Pessoal	11.617	261.479
Publicidade	30.830	271.515
Royalties	62.275	49.599
Seguros	189.847	118.866
Total	6.630.368	6.815.549
Outras contas a receber - ativo corrente		
Recuperação de campanhas de promoção de vendas	18.276	643.436
Recuperação juros indemnizatórios		352.203
Aluguer equipamentos	21.229	
Outros devedores diversos	322.091	498.370
Total	361.596	1.494.009
Outras contas a receber - ativo não corrente		
Outros devedores diversos		313.000

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe destas rubricas era como se segue:

Gastos a reconhecer	2013	2012
Seguros	142.695	167.123
Juros de papel comercial	67.223	90.276
Outros gastos a reconhecer	60.230	147.583
Total	270.147	404.982

Rendimentos a reconhecer	2013	2012
Juros debitados a clientes	5.472	13.079
Recuperação sinalética	743.862	875.318
Diferimento margem intra-grupo	2.891.667	3.137.855
Contratos de manutenção de viaturas	1.336.950	191.771
Outros rendimentos a reconhecer	232.587	274.761
Total	5.210.538	4.492.784

A rubrica de "Outros rendimentos a reconhecer" refere-se essencialmente a recebimentos antecipados de rendas de máquinas de aluguer.

A rubrica de "Contratos de manutenção de viaturas" refere-se a Plano de Manutenção Programa adquiridos pelos Clientes aquando da compra de viaturas por um prazo máximo de 5 anos ou de km, que iniciou no final de 2012.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A.	60,82%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

De referir que a empresa-mãe Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. se encontra sediada na Avenida Vasco da Gama, n.º 1410, Oliveira do Douro, Gaia.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dividendos

Em relação a 2013 o Conselho de Administração não apresenta qualquer proposta no sentido de serem pagos dividendos. Esta proposta deve ser aprovada em Assembleia Geral.

Reserva legal

A Reserva Legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que num mínimo de 5% dos Resultados Líquidos anuais seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Correspondem a Reservas Livres criadas pela empresa (75.272.557 Euros) acrescidas de uma Reserva Cativa referente a Prémio FEDER líquido de imposto diferido (288.688 Euros).

Excedentes de revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Ajustamentos de transição resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Outras variações no capital próprio

Inclui os Subsídios ao Investimento reconhecidos conforme exigido pela NCRF 22 (Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo).

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo Resultado Líquido do Período apresentam um total de 72.629.966 Euros nas seguintes rubricas:

- Reservas Livres no valor de 75.272.557 Euros;
- Resultados Transitados no valor de -2.642.591 Euros.

Proposta de aplicação de resultados 2013

Em conformidade com o disposto na alínea b), n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, a administração propõe que os resultados líquidos apurados no exercício, no valor de 219.893,00 Euros expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal sejam transpostos para a conta de Resultados Transitados.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O detalhe do registo contabilístico dos subsídios e apoios do Governo recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como se segue (Nota 3 g):

Programa	Subsídios recebidos em períodos anteriores	Subsídio recebido no período	Reconhecido no período	Diferido para períodos futuros
POE1.2 – SIME A candidatura 00/07099	144.397		11.367	133.030
SIME IDT - OPTIMO SEVEN	7.005		7.006	0
FEDER	392.773			392.773
Sub-total incentivo ao investimento	544.176		18.373	525.803
Programa Formação de Aprendizagem e Ativos		2.045.820	2.045.820	
Sub-total incentivo à exploração		2.045.820	2.045.820	

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de Imparidades e Provisões:

Rubricas 31/DEZ/2013	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldos finais
Imparidade Clientes	6.833.619	238.746	-754.388	-44.082	6.273.895
Imparidade Inventários	377.462				377.462
	7.211.081	238.746	-754.388	-44.082	6.651.357
Rubricas 31/DEZ/2012	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldos finais
Imparidade Clientes	7.035.872	337.600	-252.786	-287.067	6.833.619
Imparidade Inventários	1.087.972			-710.510	377.462
	8.123.844	337.600	-252.786	-997.578	7.211.081

Os reforços e reversões de ajustamentos evidenciados em 2013 e 2012 no quadro supra, resultam de avaliação interna efetuada à quantia recuperável de contas a receber e de inventários.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do financiamento obtido era como se segue:

	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Financiamento c/ corrente caucionada	10.000.000	
Papel comercial		19.500.000
Financiamento bancário	1.842.105	1.842.105
Locações financeiras	901.070	931.202
Outros financiamentos obtidos	545.356	545.356
Passivo corrente	13.288.532	22.818.663
Financiamento bancário	7.894.737	9.736.842
Locações financeiras	1.638.260	1.093.106
Outros financiamentos obtidos	272.678	818.034
Passivo não corrente	9.805.675	11.647.982

Os financiamentos obtidos encontram-se mensurados pelo custo amortizado, sendo que a taxa efetiva implícita nos referidos financiamentos coincide com a respetiva taxa nominal.

Os juros respeitantes aos Programas de Papel Comercial e Financiamentos Bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, sendo acrescidos de um "spread" que varia entre 200 e 590 pontos percentuais.

A linha de Outros Financiamentos Obtidos é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2009, com o seguinte plano de reembolso:

2014	545.356
2015	272.678
	818.034

Apresenta-se em seguida detalhe da maturidade dos financiamentos em aberto a 31 de dezembro de 2013:

	2014	2015	2016	2017	> 2017	Total
Financiamento bancário c/ corrente caucionada	10.000.000					10.000.000
Financiamento bancário	1.842.105	1.842.105	1.842.105	1.842.105	2.368.422	9.736.842
Locações financeiras	901.070	535.636	552.321	386.012	164.291	2.539.330
Outros financiamentos obtidos	545.356	272.678				818.034

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe dos gastos suportados com os financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue (Nota 32):

	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Papel comercial	494.968	1.097.118
Financiamentos bancários correntes	201.458	198.263
Financiamentos bancários não corrente	691.379	437.138
Locações financeiras	85.679	34.017
Instrumentos financeiros derivados	460.731	283.183
Outros	29.458	92.341
	1.963.672	2.142.060

O detalhe das condições contratualizadas no âmbito dos instrumentos financeiros supra enunciados encontra-se enunciado na Nota 23.

Detalhamos, em seguida, o valor em aberto em balanço relativo a financiamentos obtidos para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis:

- Financiamento Bancário: 9.736.842

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira de equipamento de transporte de movimentação de carga no montante de 2.539.331 Euros, as quais se encontram incluídas na rubrica "Financiamentos Obtidos" (Nota 20).

Apresenta-se em seguida o plano de pagamentos dos contratos de locação financeira em aberto a 31 de dezembro de 2013:

Contrato	Médio/Longo Prazo						Total
	Bem Locado	Curto Prazo	2015	2016	2017 e Seguintes	Total	
Diversos	Equipamento Industrial						
	Capital	901.070	535.636	552.321	550.303	1.638.260	2.539.330
	Juros	94.827	71.964	47.470	25.613	145.047	239.874

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

22. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Toyota Caetano existentes em 31 de dezembro de 2013 respeitam a:

Swaps Taxa de Juro

Trata-se de instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 era negativo em 119.522 Euros (em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 598.885 Euros) e compreende à data de 31 de dezembro de 2013 uma exposição de 9.736.842 Euros desde 22 de dezembro de 2013 pelo prazo remanescente de 4 anos.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2013 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados.

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

24. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Por fianças prestadas	2.500.000	10.580.910
Outras garantias financeiras	926.180	996.562
Total	3.426.180	11.577.472

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 26,5 milhões de Euros, dos quais estão utilizados cerca de 9,7 milhões de Euros a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 25,9 milhões de Euros.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído previa, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006, foi solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias de marches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito, foi enviado em 18 de dezembro 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou, na referida aprovação, que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008, tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de Benefício Definido no exercício de 2013 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1 janeiro 2013	17.084.506
Custo dos serviços correntes	52.630
Custo dos juros	738.686
(Ganhos) e perdas atuariais	497.369
Pagamentos de pensões	(1.338.521)
Responsabilidades em 31 dezembro 2013	17.034.670

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos acima referidos, durante o exercício de 2013, foi como se segue:

Rúbrica	Plano Benefício Definido	Plano Contribuição Definido	Total
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2012	16.255.677	3.356.709	19.612.385
Contribuições	1.340.869	173.903	1.514.772
Retorno real dos ativos do plano	750.917	155.806	906.723
Pagamentos de pensões	-1.338.521	- 8.816	-1.347.337
Utilização de conta reserva			
Transferências entre associados		15.521	15.521
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2013	17.008.942	3.693.122	20.702.064

A 31 de dezembro de 2013, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de Pensões que cobre o Plano de Benefício Definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2013
Ações	13,6%	2.313.216
Obrigações	35,4%	6.021.165
Imobiliário	37,7%	6.412.371
Liquidez	3,6%	612.322
Outros Ativos	9,7%	1.649.868
Total	100%	17.008.942

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefício Definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

	2013	2012
Valor da responsabilidade	17.034.670	17.084.506
Valor do fundo	17.008.942	16.255.677

A 31 de dezembro de 2012 a responsabilidade líquida da Toyota acima evidenciada mostrava-se acautelada através de provisão em cerca de 1 milhão de Euros na rubrica Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego.

26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2013 e 2012 foi como se segue:

	2013	2012	Variação %	2013	2012	Variação %	2013	2012	Variação %
	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
Viaturas ligeiras	109.994.500	90.314.218	22%	14.666.815	19.278.649	-24%	124.661.315	109.592.866	14%
Veículos pesados	563.048	2.527.680	-78%	274.894	263.775	4%	837.942	2.791.455	-70%
Máquinas industriais	6.821.088	5.731.287	19%	384.884	244.662	57%	7.205.972	5.975.948	21%
Peças e acessórios	34.732.551	36.323.186	-4%	566.931	578.643	-2%	35.299.482	36.901.829	-4%
Outros	3.016.613	3.016.383	0%	14.859	8.845	68%	3.031.473	3.025.229	0%
	155.127.801	137.912.754	12%	15.908.383	20.374.574	-22%	171.036.184	158.287.327	8%

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31/DEZ/2012	NACIONAL						EXTERNO						Total											
	Veículos Automóveis			Equipamento Industrial			Veículos Automóveis			Equipamento Industrial														
	Indústria	Comércio	Máquinas	Comércio	Serviço Oficial	Aluguer	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviço Oficial	Aluguer													
Réditos																								
Vendas e serviços prest.	15.384.750	114.374.588	5.953.214	2.203.462		9.806.250	14.354.756	5.766.311	241.402	8.845						158.287.327			9.809.510					
Prov. suplem. alug. máq.																			3.260					
Resultados																								
Resultados op. s/feito mep	-2.000.608	4.464.164	-142.293	1.376.414	1.166.855		-1.897.477	457.158	10.466	8.130	249					3.443.057								
Encargos de fin. Líq.	213.922	1.975.050	74.885	33.837	604.311		213.680	85.085	5.695	109	59					3.206.572								
Resultados em associadas	-317.646	-2.331.432	12.479					-121.780								-2.804.257								
Resultados líquidos	-2.214.530	2.450.148	-217.178	1.321.559	553.738		-2.111.157	366.248	4.755	7.896	187					-2.642.591								
Outras informações																								
Ativos	42.796.062	111.261.308	3.563.100	121.982	35.363.426											193.105.879								
Passivos	14.246.348	37.037.690	1.186.117	40.607	11.772.103											64.282.866								
Investimentos fin. ⁽¹⁾																								
Dispendios de cap. fixo ⁽²⁾	641.452	955.758	52.592	3.166	1.565.037											3.218.005								
Depreciações ⁽³⁾	1.591.772	2.371.728	130.509	7.857	3.883.665											7.985.531								

⁽¹⁾ Pelo Método de Equivalência Patrimonial

⁽²⁾ Investimento: (Variação Líquida do Ativo Fixo Tangível e Intangível) + (Depreciações do Exercício)

⁽³⁾ Do Exercício

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Subcontratos	46.286	81.142
Trabalhos especializados	3.093.678	3.256.889
Publicidade e propaganda	9.246.720	9.046.147
Vigilância e segurança	399.295	426.690
Honorários	666.399	637.008
Comissões	124.238	133.849
Conservação e reparação	632.802	479.972
Outros	1.906.094	1.659.033
Serviços especializados	16.069.225	15.639.588
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	46.156	51.055
Livros e documentação técnica	176.170	137.597
Material de escritório	146.784	92.072
Artigos para oferta	11.347	6.651
Outros	10.163.163	9.715.316
Materiais	10.543.619	10.002.690
Eletricidade	378.440	375.053
Combustíveis	456.731	496.019
Água	57.928	45.140
Energia e fluidos	893.100	916.212
Deslocações e estadas	763.361	728.196
Transporte de pessoal	89.758	86.224
Transporte de mercadorias	572.678	566.240
Deslocações, estadas e transportes	1.425.797	1.380.660
Rendas e alugueres	447.266	474.586
Comunicação	354.073	355.644
Seguros	689.536	677.972
Royalties	282.284	335.225
Contencioso e notariado	11.106	10.245
Limpeza, higiene e conforto	271.039	412.137
Serviços diretos	2.055.304	2.265.809
Total fornecimentos e serviços externos	31.033.331	30.286.099

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

29. GASTOS COM O PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os principais gastos com pessoal foram como se segue:

Descrição	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Remunerações órgãos sociais	357.223	377.476
Remunerações ao pessoal	8.456.010	8.612.784
Benefícios pós-emprego	530.473	-118.978
Indemnizações	324.916	407.318
Encargos sobre remunerações	2.584.025	2.462.903
Seguros acidentes de trabalho	175.482	201.134
Gastos de ação social	943.670	996.483
Outros gastos com o pessoal	638.872	680.548
Total gastos com o pessoal	14.010.672	13.619.666

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Rubrica	DEZ' 13	DEZ' 12
Empregados	379	376
Pessoal afeto à produção	124	150
	503	526

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações fixas dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram como se segue:

Órgãos sociais	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Conselho de administração	347.183	367.780
Conselho fiscal	8.400	8.400

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As rubricas Outros Gastos e Rendimentos Operacionais da Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 detalham-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Impostos	623.248	1.015.706
Descontos de pronto-pagamento concedidos	83	13.536
Dividas incobráveis		530
Perdas em inventários	519.464	44.906
Perdas em investimentos não financeiros	100.416	419.148
Outros gastos e perdas	4.638.442	3.704.455
	5.881.653	5.198.281

A rubrica de “outros gastos e perdas” inclui gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidos aos concessionários.

Outros rendimentos e ganhos	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Rendimentos suplementares	26.544.803	26.316.328
Descontos de pronto-pagamento obtidos	6.330	7.925
Recuperação de dividas incobráveis	531	
Ganhos em inventários	573.684	108.619
Ganhos em investimentos não financeiros	1.113.253	1.174.497
Outros rendimentos e ganhos	232.761	1.402.870
	28.471.362	29.010.241

Os rendimentos suplementares referem-se a rendas de aluguer de equipamento e edifícios, serviços prestados (ex: gráfica do grupo) e recuperação de despesas diversas (ex: garantias).

Os ganhos em investimentos não financeiros referem-se a mais-valias de alienação de imobilizado.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

32. RESULTADOS FINANCEIROS

Juros e gastos similares	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Juros suportados	1.963.672	2.142.060
Outras gastos e perdas financeiros	772.963	1.227.719
	2.736.636	3.369.780

Juros e rendimentos similares	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Juros obtidos	587.885	163.208

33. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

Resultado	DEZ/2013	DEZ/2012
Básico	219.893	-2.642.591
Diluído	219.893	-2.642.591
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,01	-0,08

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34. OUTRAS PARTES RELACIONADAS

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e as entidades relacionadas para além das referidas na Nota 14, pode ser resumido como se segue:

Outras Partes Relacionadas	Dividas comerciais		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos	
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	368								2.162	
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	373.567	25.510	2.650.023	6.966	-9.508		144.250	162.986	296.275	
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	-193		490						278	
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	-630		155						147	
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE), S.A.	3.663		2.115						10.059	
CAETANO FORMULA (NORTE), S.A.	-885		3.812						4.342	
CAETANO MOTORS, S.A.	-783		1.934						2.869	
CAETANO PARTS, LDA.	289	5.675	3.729						1.929	
CAETANO POWER, S.A.	3.549		4.660						9.765	
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, S.A.									-18	
CAETANO RETAIL S.G.P.S., S.A.	10.634		683						49.737	
CAETANO SPAIN, S.A.	371.074	648								
CAETANO STAR (SUL), S.A.	964		1.452						2.118	
CAETANO TECHNIK E SQUADRA, LDA.	-1.996		1.992						2.277	
CAETANO UK LIMITED		4.840								
CAETANO BUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	8.513.203	232.491	550.642	171.572	81.109		184.757	73.842	2.630.753	
CAETANO AERONAUTIC	1.055		289		24.460				34.133	
CAETSU, S.A.	-1.838	687.035		4.787			2.187.585	2.400	237	
CARPLUS - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.	2.832	1.363	1.670						9.119	
CHOICE CAR - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, S.A.									693	
COBUS INDUSTRIES		172.913			157.358		11.722			
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	739				129		7.936	824	6.586	
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	750	108.219		158.220	3.533		371.666	40.232	2.175	
GUERIN RENT-A-CAR, S.L.								100.382		
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.		113					92			
GUERIN RENT-A-CAR (DOIS), LDA.	2.353								302.314	
IBERICAR AUTO NIPON, S.A.	15.525						224	1.268		

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outras Partes Relacionadas	Dividas comerciais		Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos	
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	200.354	36.265	204.739	32.210	3.680		139.772	750	42.132	
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS, S.A.	-349	59.256		-7			729.715		16.972	
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	306.688	1.872	220.142				19.430		62.208	
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	37.201	590.338	943	99	41.171		2.210.644	18	297.453	
SALVADOR CAETANO AUTO ÁFRICA, S.G.P.S., S.A.										
VAS ÁFRICA	891								3.962	
ROBERT HUDSON ,LTD									10.542	
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	4								3	
CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.	4								3	
ATLÁNTICA	5.111									
GRUPO SOARES DA COSTA	30.451									
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	24.990	37.851	1.397		31.755		292.997		18.765	
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	551								70	
POAL	17.806									
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.					17.014		1.745			
ALBITIN - CIMFT, LDA		1.299		4.066						
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.		681								
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.		26.755			6.396		119.245		251	
NOVEF - S.G.P.S.	19.500									
LUSO ASSISTÊNCIA	142								1.191	
IS.L.AND RENT	116								1.288	
OESTE MAR	111								1.148	
CIBERGUJA	9.954									
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	149								729	
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	319.813									
TOYOTA MOTOR CORPORATION		160.368		1.624.658			248.070			
TOYOTA MOTOR EUROPE	1.299.531	9.533.127	10.391.582	108.684.237				449.118	9.441.067	

35. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram recuperados cerca de 934.000 Euros, registados na rubrica de "outros ganhos operacionais", referentes a:

- decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC do exercício de 1995, no valor de 570.591 Euros de liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores e 352.203 Euros dos respetivos juros indemnizatórios;
- 363.183 Euros relativos às impugnações judiciais relacionadas com as liquidações adicionais aos exercícios de 1997, 1998 e 1999

Processos judiciais em curso

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a Empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão.

Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2013, a Empresa foi notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão quais quer tipo de responsabilidades para a Empresa decorrentes do desfecho deste processo.

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

36. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A Empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

37. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2013 foi como se segue:

03 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de abril de 2014.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2013, e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

O TÉCNICO DE CONTAS

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis Da Silva Ramos – Presidente

Takishi Numa

Daniele Schillaci

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Rui Manuel Machado De Noronha Mendes

The background features a light blue gradient with several dark blue, wavy, hand-drawn lines that sweep across the page. A faint, light blue grid pattern is visible in the upper left corner, partially obscured by the wavy lines.

04

CONTAS
CONSOLIDADAS

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

	DEZ '13	DEZ '12
Vendas	222.923.191	216.271.646
Cash-Flow Bruto	13.004.089	11.127.691
Encargos Financeiros Líquidos	1.743.901	2.903.825
Custos com o Pessoal	34.924.650	36.178.916
Investimento Líquido	4.791.647	8.702.901
Volume de Emprego	1.478	1.571
Resultado Líquido com Int Minoritarios	-2.416	-3.089.055
Resultado Líquido sem Int Minoritarios	60.656	-2.853.034
Grau de Autonomia Financeira	64,01%	60,40%

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	12/DEZ/2013	12/DEZ/2012
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
<i>Goodwill</i>	8	611.997	611.997
Ativos intangíveis	5	584.075	735.848
Ativos fixos tangíveis	6	74.570.014	83.466.849
Propriedades de investimento	7	16.502.727	16.002.786
Investimentos disponíveis para venda	9	3.341.376	3.181.038
Outras dívidas de terceiros	12		313.000
Ativos por impostos diferidos	14	2.871.892	3.440.928
Clientes	11	521.364	111.718
Total de ativos não correntes		99.003.445	107.864.164
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	10 e 24	43.293.137	44.835.859
Clientes	11 e 24	44.361.619	42.891.844
Outras dívidas de terceiros	12	6.486.025	7.657.930
Estado e outros entes públicos	21	7	228.104
Outros ativos correntes	13	1.325.550	2.995.638
Caixa e equivalentes a caixa	15	7.676.781	7.507.699
Total de ativos correntes		103.143.119	106.117.074
TOTAL DO ATIVO		202.146.564	213.981.238
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	35.000.000	35.000.000
Reserva legal	16	7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação	16	6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão	16	(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor	9 e 16	260.693	102.455
Outras reservas	16	80.429.549	84.174.774
Resultado consolidado líquido do exercício		60.656	(2.853.034)
		127.749.747	128.423.044
Interesses não controlados	17	1.646.250	812.346
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		129.395.997	129.235.390
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	13.135.539	15.442.693
Responsabilidades por pensões	23		1.051.264
Provisões	24	323.424	315.464
Passivos por impostos diferidos	14	2.089.843	2.499.172
Total de passivos não correntes		15.548.806	19.308.593
PASSIVO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	18	13.586.846	24.991.635
Fornecedores	19	22.792.534	18.105.176
Outras dívidas a terceiros	20	1.619.969	2.445.622
Estado e outros entes públicos	21	5.067.123	5.925.322
Outros passivos correntes	22	14.015.767	13.364.892
Instrumentos financeiros derivados	25	119.522	604.608
Total de passivos correntes		57.201.761	65.437.255
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		202.146.564	213.981.238

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Rendimentos operacionais:			
Vendas	29	205.085.083	197.059.500
Prestações de serviços	29	17.838.108	19.212.146
Outros rendimentos operacionais	32	34.555.626	34.886.448
Variação da produção	10	(3.259.473)	(6.114.953)
Total de rendimentos operacionais		254.219.344	245.043.141
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	10	(169.605.168)	(155.872.816)
Fornecimentos e serviços externos	30	(31.583.581)	(34.975.394)
Gastos com o pessoal	31	(34.924.650)	(36.178.916)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(13.179.976)	(16.263.166)
Provisões e perdas por imparidade	24	285.735	1.094.655
Outros gastos operacionais	32	(3.008.281)	(3.883.945)
Total de gastos operacionais		(252.015.921)	(246.079.582)
Resultados operacionais		2.203.423	(1.036.441)
Gastos e perdas financeiros	33	(2.618.681)	(3.599.476)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	874.780	695.651
Resultados antes de impostos		459.522	(3.940.266)
Impostos sobre o rendimento	26	(461.938)	851.211
		(2.416)	(3.089.055)
Resultado líquido consolidado do exercício		(2.416)	(3.089.055)
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		60.656	(2.853.034)
a interesses não controlados		(63.072)	(236.021)
		(2.416)	(3.089.055)
Resultados por ação:			
de operações continuadas	27	0,002	-0,088
de operações descontinuadas			
Básico		0,002	-0,088
de operações continuadas	27	0,002	-0,088
de operações descontinuadas			
Diluído		0,002	-0,088

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL ATRIBUÍVEL À EMPRESA-MÃE											
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	SUBTOTAL	INTERESSES NÃO CONTROLADO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	1.695.238	14.396	86.270.795	98.284.040	(2.218.405)	131.065.635	1.058.180	132.123.815
Alterações no período											
Aplicação do resultado consolidado de 2011						(2.218.405)	(2.218.405)	2.218.405			0
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda					88.059		88.059		88.059		112.572
Outros						122.384	122.384		122.384	(9.812)	200.631
Resultado líquido consolidado					88.059	(2.096.021)	(2.007.962)	2.218.405	210.443	(9.812)	(9.812)
Rendimento integral consolidado do exercício					88.059			(2.853.034)	(2.853.034)	(236.022)	(3.089.056)
Operações com detentores de capital						122.384	210.443	(2.853.034)	(2.642.591)	(236.022)	(2.878.613)
Aquisição a interesses não controlados											
Saldos em 31 de dezembro de 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390
Saldos em 31 de dezembro de 2012	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	102.455	84.174.774	96.276.078	(2.853.034)	128.423.044	812.346	129.235.390
Alterações no período											
Aplicação do resultado consolidado de 2012						(2.853.034)	(2.853.034)	2.853.034			0
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda					158.238		158.238		158.238		158.238
Outros											
Resultado líquido consolidado					158.238	(2.853.034)	(2.694.796)	2.853.034	158.238		158.238
Rendimento integral consolidado do exercício					158.238			60.656	60.656	(63.072)	(2.416)
Operações com detentores de capital					158.238		158.238	60.656	218.894	(63.072)	155.822
Aquisição a interesses não controlados						(892.191)	(892.191)		(892.191)	896.976	4.785
Saldos em 31 de dezembro de 2013	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	260.693	80.429.549	92.689.091	60.656	127.749.747	1.646.250	129.395.997

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações consolidadas do rendimento integral em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em Euros)

	31/DEZ/2013	31/DEZ/2012
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	(2.416)	(3.089.055)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, passíveis de serem reciclados por resultados:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	158.238	88.059
Impacto fiscal da variação de justo valor de investimentos disponíveis para venda		
Outros		122.383
Rendimento integral consolidado do período	155.822	(2.878.613)
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	218.894	(2.642.592)
Interesses não controlados	(63.072)	(236.021)

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

(Montantes expressos em Euros)

Atividades Operacionais	2013		2012	
Recebimentos de clientes	249.146.952		246.958.919	
Pagamentos a fornecedores	(200.896.491)		(173.011.967)	
Pagamentos ao pessoal	(29.069.764)		(29.816.408)	
Fluxo gerado pelas operações		19.180.697		44.130.544
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(1.047.761)		1.051.891
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(2.684.038)		(20.050.820)
Fluxo das atividades operacionais		15.448.898		25.131.615

Atividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros			107.000	
Ativos fixos tangíveis	14.383.126		19.516.969	
Ativos intangíveis				
Subsídios de investimento	27.572		23.786	
Juros e rendimentos similares	170.661		274.058	
Dividendos	-	14.581.359		19.921.813
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(1.055)		(5.117.220)	
Propriedade de investimento	(119.693)			
Ativos fixos tangíveis	(11.879.960)		(11.955.468)	
Ativos intangíveis	(17.374)	(12.018.082)	(594)	(17.073.282)
Fluxo das atividades de investimento		2.563.277		2.848.531

Atividades de Financiamento

Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos				
Subsídios e doações				
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(13.857.127)		(30.727.065)	
Amortização de contratos de locação financeira	(1.133.345)		(3.730.035)	
Juros e gastos similares	(2.838.122)		(3.917.458)	
Dividendos	(14.500)	(17.843.094)	(3.985)	(38.378.543)
Fluxo das atividades de financiamento		(17.843.094)		(38.378.543)

Caixa e Equivalentes

Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 4)	7.507.699		18.006.246	
Varição do perímetro (nota 5)			100.150	
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 4)	7.676.780		7.507.699	
Varição de caixa e seus equivalentes	169.081		(10.398.397)	

O Técnico de Contas: Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O Conselho de Administração: José Reis da Silva Ramos – Presidente; Takeshi Numa; Daniele Schillaci; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos; Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua atividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.c).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Impacto de adoção de normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2013:**(i) Normas:**

IAS 1 (alteração), "Apresentação de demonstrações financeiras". Esta alteração modifica a apresentação de itens contabilizados como Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao exigir às Entidades que separem os itens contabilizados em ORI, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. A adoção desta alteração está refletida nas Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral.

IAS 12 (alteração), "Imposto sobre o rendimento". Esta alteração requer que uma Entidade mensure o imposto diferido relacionado com um ativo, atendendo à forma como a Entidade espere vir a realizar o valor contabilístico do ativo através do uso ou da venda. A alteração também incorpora as orientações contabilísticas da SIC 21 na IAS 12, sendo esta primeira revogada. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

IAS 19 (revisão), "Benefícios dos empregados". Esta revisão à IAS 19 introduz alterações significativas no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros Rendimento Integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas. Os benefícios de cessação de emprego apenas são reconhecidos, quando cessa a obrigação do empregado prestar serviço no futuro. A adoção desta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

Melhoria às normas 2009 – 2011, O ciclo de melhorias anuais, afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (segunda adoção da IFRS 1 e respetivas isenções), IAS 1 (apresentação de demonstrações financeiras adicionais quando uma alteração de política contabilística é obrigatória ou voluntária), IAS 16 (classificação de peças de reserva e equipamento de serviço quando a definição de ativo fixo tangível é cumprida), IAS 32 (classificação de impactos fiscais relacionados com transações que envolvem Capitais próprios ou Dividendos), e IAS 34 (isenção de divulgação de ativos e passivos por segmento). A adoção destas alterações não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

IFRS 1 (alteração) "Adoção pela primeira vez das IFRS". Esta alteração cria uma isenção adicional, para os casos em que uma Entidade que tenha sido sujeita a hiperinflação severa, apresenta Demonstrações Financeiras IFRS pela primeira vez. A outra alteração reporta-se à substituição de referências a uma data fixa por "data de transição para IFRS", nas isenções à adoção retrospectiva. A adoção desta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.

IFRS 1 (alteração), "Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do Governo". Esta alteração clarifica a forma como um adotante pela primeira vez contabiliza um empréstimo do Governo com taxas de juro inferiores às taxas de juro de mercado, na transição para IFRS. A alteração introduz uma exceção à aplicação retrospectiva das IFRS, atribuindo a mesma dispensa de aplicação que havia sido concedida aos preparadores de Demonstrações Financeiras em IFRS em 2009. A adoção desta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.

IFRS 7 (alteração) "Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros". Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos financeiros" do IASB, e introduz novos requisitos de divulgação sobre o direito de uma Entidade compensar (ativos e passivos), as quantias compensadas, e os seus efeitos na exposição ao risco de crédito. A adoção desta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IFRS 13 (nova), "Justo valor: mensuração e divulgação". A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar transversalmente a todas as IFRS. A adoção deste normativo não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

(ii) Interpretações:

IFRIC 20 (nova), "Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto". Esta interpretação refere-se à contabilização dos custos de remoção de resíduos, verificados durante a fase de produção (fase inicial) de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção de desperdícios gera dois tipos de benefícios potenciais: extração imediata de recursos minerais e melhoria do acesso a quantidades adicionais de recursos minerais, a serem extraídos no futuro. A adoção desta interpretação não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para a Entidade, para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014, ou em data posterior, que a Entidade não adotou antecipadamente:

IFRS 10 (nova), "Demonstrações financeiras consolidadas" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. A Entidade irá aplicar a IFRS 10 no período anual em que esta se tornar efetiva.

IFRS 11 (nova), "Acordos conjuntos" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. A Entidade irá aplicar a IFRS 11 no período anual em que esta se tornar efetiva.

IFRS 12 (nova), "Divulgação de interesses em outras entidades" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. A Entidade irá aplicar a IFRS 12 no período anual em que esta se tornar efetiva.

Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, "Regime de transição" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. A Entidade irá aplicar estas alterações no início do período anual em que se tornar efetivas.

IAS 27 (revisão 2011), "Demonstrações financeiras separadas" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IAS 28 (revisão 2011), "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de janeiro de 2014). A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A Entidade irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os minoritários absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

(i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os "interesses não controlados" pela proporção do valor dos ativos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

(ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transações com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor da rubrica "*Goodwill*" (Nota 8). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2013 e 2012, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

31-12-2013	Moeda	Câmbio Final 2013	Câmbio Histórico Médio 2013	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2012
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31-12-2012	Moeda	Câmbio Final 2012	Câmbio Histórico Médio 2012	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2011
Caetano Auto CV, S.A.	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Caetano Auto CV, S.A.		Contas Balanço exceto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	7 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 14
Equipamento administrativo	3 - 14
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" na demonstração consolidada dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Outros rendimentos operacionais" na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2012, que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

As avaliações externas realizadas em fins de 2013, a alguns imóveis, não identificaram qualquer nova situação de imparidade.

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013, à inexistência de sinistros relevantes em 2013 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2013, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como locações financeiras. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a), exceto se o prazo de locação for mais curto do que a vida útil estimada.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam (Nota 35).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

e) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios não reembolsáveis

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos como ganho na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

Subsídios reembolsáveis

O benefício de um financiamento governamental com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio governamental. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser medido como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a IAS 39 e os proveitos recebidos. O benefício é contabilizado em conformidade com a IAS 20. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

g) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiriam. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

(i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: “Investimentos registados ao justo valor através de resultados”, “Investimentos detidos até ao vencimento” e “Investimentos financeiros disponíveis para venda”. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: “ativos financeiros detidos para negociação” e “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos financeiros derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se forem designados para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Ativos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 9).

Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex.: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados).

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os "investimentos financeiros disponíveis para venda" e os "investimentos registados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

Os "Investimentos detidos até à maturidade" são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para “Investimentos financeiros disponíveis para venda”, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

(ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

(iii) Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

(v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a "Swaps" de taxa de juro e "forwards" cambiais e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em financiamentos obtidos e variações da taxa de câmbio em transações futuras em moeda estrangeira.

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto.

Para cada transação, e aquando da sua origem, o grupo prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura. O grupo documenta também, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IAS 39, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura é apresentado na Nota 25. Os movimentos na reserva de cobertura são apresentados na demonstração consolidada de alterações no capital próprio. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa aplicou "hedge accounting", são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, e posteriormente reavaliados ao justo valor, sendo as variações deste registadas em "Reservas de Justo Valor", no caso de Cobertura de fluxos de caixa e em Resultados do exercício no caso de cobertura de justo valor.

Os instrumentos derivados, em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", embora tenham sido contratados com objetivos de cobertura económica, são registados inicialmente pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

(vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, em 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónimo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.).

Entretanto, na sequência de pedido de alteração ao funcionamento daquelas compensações, solicitado ao ISP – Instituto de Seguros de Portugal, este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de janeiro de 2008, apenas os atuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os atuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

Adicionalmente, e na sequência das alterações acima referidas e introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efetua contribuições para um Fundo Autónimo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) correspondentes a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respetivos beneficiários.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos atuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros deduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 23). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos na rubrica de outras reservas.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Impostos sobre o rendimento

Com exceção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, Caetano Renting, Saltano e Caetano Auto.

Para a única empresa do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de *goodwill* ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo Toyota Caetano Portugal e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período de contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

p) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

q) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

r) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existiam ativos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *goodwill*;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

(i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus *cash flows*. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados (*forwards* cambiais), como forma de gestão do risco cambial.

A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2.c), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.675.939	7.396.636	946.903	1.426.606
Libra Esterlina (GBP)	348.887	302.278	545	
Coroa Dinamarquesa (DKK)	188.709	146.150		
Coroa Norueguesa (NOK)	80.142	1.918		
Coroa Sueca (SEK)	40.849	55.732	2.176	
Yene Japonês (JPY)			161.573	39.216
Dólar Americano (USD)			9.258	

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	DEZ' 13		DEZ' 12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Escudo de Cabo Verde (CVE)	5%	(12.050)	286.452	(7.495)	298.502
Libra Esterlina (GBP)	5%	17.417		15.114	
Coroa Dinamarquesa (DKK)	5%	9.435		7.307	
Coroa Norueguesa (NOK)	5%	4.007		96	
Coroa Sueca (SEK)	5%	1.934		2.787	
Yene Japonês (JPY)	5%	(8.079)		(1.961)	
Dólar Americano (USD)	5%	(463)			

(ii) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2013 e 2012, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos disponíveis para venda". Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2013 e 2012 unicamente por Unidades de Participação do Címovel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos disponíveis para venda", o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j) para aquele tipo de instrumento financeiro.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos financeiros disponíveis para venda pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	DEZ' 13		DEZ' 12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Fundo Cível	10%		327.464		311.640
Fundo Cível	-10%		(327.464)		(311.640)

(iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("*natural hedge*"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Variação	DEZ' 13		DEZ' 12	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Empréstimos - mútuo	1 p.p	97.368		115.789	
Contas correntes caucionadas	1 p.p	100.000			
Descobertos bancários	1 p.p			2.197	
Papel comercial	1 p.p			210.000	
Total		197.368		327.987	
Empréstimos - mútuo	(1 p.p)	(97.368)		(115.789)	
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	(100.000)			
Descobertos bancários	(1 p.p)			(2.197)	
Papel comercial	(1 p.p)			(210.000)	
Total		(197.368)		(327.987)	

A análise acima não entra em consideração com o efeito de instrumentos financeiros derivados de cobertura contratados pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 25).

(iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEZ' 13	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	13.586.846	2.955.208	5.252.436	4.927.895	26.722.385
Fornecedores	22.792.534				22.792.534
Outras dívidas a terceiros	1.619.970				1.619.970
	37.999.350	2.955.208	5.252.436	4.927.895	51.134.889

DEZ' 12	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	24.991.635	3.314.566	5.026.116	7.102.011	40.434.328
Fornecedores	18.105.176				18.105.176
Outras dívidas a terceiros	2.445.622				2.445.622
	45.542.433	3.314.566	5.026.116	7.102.011	60.985.126

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 19.045.604 Euros e 32.926.629 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 15) contratados junto de diversas instituições.

(v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida/(dívida remunerada líquida + capital próprio).

	DEZ' 13	DEZ' 12
Financiamento obtido	26.722.385	40.434.328
Caixa e equivalentes de caixa	7.676.781	7.507.699
Endividamento líquido	19.045.604	32.926.629
Capital próprio	129.395.996	129.235.390
Rácio de alavancagem financeira	12,83%	20,3%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(vi) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efetua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias *"on first demand"*, cujo montante, em 31 de dezembro de 2013 era de, aproximadamente, 8.039.965 Euros (8.259.965 Euros em 31 de dezembro de 2012), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontram-se divulgados na Nota 24.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 24.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	DEZ' 13	DEZ' 12
Toyota Caetano Portugal, S.A.	empresa-mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Components, S.A.		99,98%
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	98,39%	98,39%
Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.		49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.		49,20%
Caetano Colisão (Norte), S.A.		49,20%
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%
Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.		98,39%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

SAÍDA POR FUSÃO	SAÍDA POR DISSOLUÇÃO
Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.	
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	
Caetano Colisão (Norte), S.A.	Caetano Components, S.A.
Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, verificou-se uma alteração da composição do perímetro de consolidação, derivada da aquisição da Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A.

Durante o ano de 2013 foram adquiridos os restantes 50% da participação na Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A. (que detinha a 100% as subsidiárias Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. e Caetano Colisão (Norte), S.A.), tendo a fusão destas sociedades com a Caetano Auto, S.A. ocorrido com efeitos a 1 de janeiro de 2013.

A dissolução da Caetano Components, S.A. ocorreu a 31 de dezembro de 2013.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31/12/2013	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Trespases	Programas de Computador	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	140.816	81.485	2.016.656	1.188	2.240.145
Adições			5.000	12.374	17.374
Alienações, abates e transferências			(153.233)	(1.188)	(154.421)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	140.816	81.485	1.868.423	12.374	2.103.098
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389		1.504.297
Amortização do exercício	23.295		146.518		169.813
Alienações, abates e transferências	(390)		(154.697)		(155.087)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	117.328	81.485	1.320.210		1.519.023
Valor líquido	23.488		548.213	12.374	584.075

31/12/2012	Propriedade Industrial e Outros Direitos	Trespases	Programas de Computador	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Ativo bruto					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	140.816	81.485	2.016.656	594	2.239.551
Adições				594	594
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	140.816	81.485	2.016.656	1.188	2.240.145
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	71.519	81.485	1.180.059		1.333.063
Amortização do exercício	23.295		148.330		171.625
Alienações, abates e transferências	(391)				(391)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	94.423	81.485	1.328.389		1.504.297
Valor líquido	46.393		688.267	1.188	735.848

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

31/12/2013	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.134	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.356	231.217.627
Adições	68.321	378.734	969.428	14.383.221	58.078	26.742	1.689.100	17.573.624
Alienações e abates	(54.560)	(328.041)	(3.003.895)	(19.481.415)	(203.925)	(104.366)		(23.176.202)
Transferências	216.645	(1.226.694)				159.820	(1.745.157)	(2.595.386)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	16.867.925	91.144.133	57.516.232	43.398.838	7.546.027	4.167.209	2.379.299	223.019.663
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012		57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815		147.750.778
Amortização do exercício		2.518.656	1.354.917	8.298.765	136.629	166.054		12.475.021
Alienações, abates		(323.924)	(2.190.379)	(7.239.038)	(204.044)	(28.676)		(9.986.061)
Transferências		(1.847.296)				57.207		(1.790.089)
Saldo final em 31 de dezembro de 2013		58.171.836	53.041.445	26.102.086	7.275.882	3.858.400		148.449.649
Valor líquido	16.867.925	32.972.297	4.474.787	17.296.752	270.145	308.809	2.379.299	74.570.014

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31/12/2012	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	14.632.311	86.773.405	59.873.383	56.300.601	7.702.379	4.163.309	2.675.056	232.120.444
Adições		1.239.511	413.569	19.976.871	29.473	21.517	675.001	22.355.942
Alienações e abates	(251.329)	(664.525)	(737.343)	(28.312.144)	(39.978)	(99.813)	(543.407)	(30.648.539)
Variações de perímetro	1.270.000	4.807.679						6.077.679
Transferências	986.537	164.063	1.090	531.704			(371.293)	1.312.101
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	16.637.519	92.320.133	59.550.699	48.497.032	7.691.874	4.085.013	2.435.357	231.217.627
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011		55.566.616	52.409.163	23.568.102	7.214.027	3.529.173		142.287.081
Amortização do exercício		2.331.003	2.065.754	10.771.160	163.844	228.214		15.559.975
Alienações, abates e transferências		(73.219)	(598.010)	(9.296.903)	(34.574)	(93.572)		(10.096.278)
Saldo final em 31 de dezembro de 2012		57.824.400	53.876.907	25.042.359	7.343.297	3.663.815		147.750.778
Valor líquido	16.637.519	34.495.733	5.673.792	23.454.673	348.577	421.198	2.435.357	83.466.849

Os movimentos registados na rubrica "Equipamento de transporte" referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga ("Empilhadores") ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

A variação evidenciada na rubrica de variações de perímetro, a 31 de dezembro de 2012, refere-se à incorporação no consolidado do imóvel detido pela Caisb - Companhia Administradora Imobiliária São Bernardo, S.A. na Avenida da República.

O valor das transferências corresponde à reclassificação para Propriedades de Investimento do edifício que era utilizado pela Caetano Components e do terreno sito Azóia (Leiria).

O Grupo recorreu a entidades especializadas independentes de forma a determinar o justo valor de alguns dos seus Ativos Fixos Tangíveis para os quais, tendo em conta fatores internos e externos, existiam indícios de que poderiam estar escriturados por um valor superior ao seu justo valor.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

A 31 de dezembro de 2013, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

DEZ' 13	Valor Bruto	A. Acumuladas	Valor Líquido
Ativos Fixos Tangíveis	11.869.238	3.993.422	7.875.816

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos de imóveis ascenderam a 3.246.319 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2013 (2.682.933 Euros em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de dezembro de 2012, efetuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 51 milhões de Euros.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, pode ser detalhado como se segue:

Localização	31/12/2013		31/12/2012		Tipo
	Valor Líquido Contabilístico	Valor avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor avaliação	
Vila Nova de Gaia - Av. da República	157.957	1.192.400	205.940	1.192.400	Avaliação interna
Braga - Av. da Liberdade	1.007	1.355.000	1.208	1.355.000	Avaliação interna
Porto - Rua do Campo Alegre	599.820	1.576.000	633.947	1.576.000	Avaliação interna
Viseu - Teivas	2.571.342	2.740.000	2.650.800	3.160.000	Avaliação interna
Óbidos - Casal do Lameiro	69.426	1.400.000	78.447	1.321.000	Avaliação interna
Caldas da Rainha - Pataias	17.021	364.000	17.021	364.000	Avaliação interna
Castro Daire - Av. João Rodrigues Cabrilho	29.304	58.000	27.975	58.000	Avaliação interna
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17.531	85.000	17.531	85.000	Avaliação interna
Viseu - Quinta do Cano	1.691.315	1.550.000	1.691.968	1.550.000	Avaliação interna
Amadora - Rua Elias Garcia	194.852	149.000	198.311	149.000	Avaliação interna
Portalegre - Zona Industrial	204.383	173.000	209.524	173.000	Avaliação interna
Portimão - Cabeço do Mocho	424.782	410.000	424.782	410.000	Avaliação interna
Vila Real de Santo António - Rua de Angola	28.932	83.000	30.367	83.000	Avaliação interna
Rio Maior	107.000	107.000	107.000	107.000	Avaliação interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	757.476	9.048.000	854.709	9.048.000	Avaliação interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	1.250.234	6.003.000	1.353.476	6.003.000	Avaliação interna
Carregado - Quinta da Boa Água/Quinta do Peixoto	6.096.936	23.828.000	6.190.975	23.828.000	Avaliação interna
Lisboa - Av. Infante Santo	1.258.758	1.247.000	1.288.147	1.247.000	Avaliação interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereira	641.180	802.000			Avaliação interna
Leiria - Azóia	355.125	797.000			Avaliação externa
Outros	28.347		20.658		
TOTAL	16.502.727	52.967.400	16.002.786	51.701.400	

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada nos exercícios de 2012 por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo, Método do rendimento e Método do uso).

Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela Empresa para os demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013, à inexistência de sinistros relevantes em 2013 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção das Administrações de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2013, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2012.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como se segue:

31/12/2013

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial	9.384.013	31.950.557	41.334.570
Aumentos		119.693	119.693
Alienações e abates		(49.229)	(49.229)
Transferências	495.289	2.975.474	3.470.763
Saldo final	9.879.302	34.996.495	44.875.797

Depreciações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial		25.331.784	25.331.784
Aumentos		535.142	535.142
Alienações e abates		(49.229)	(49.229)
Transferências		2.555.373	2.555.373
Saldo final		28.373.070	28.373.070

31/12/2012

Valor Bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial	9.813.893	32.576.383	42.390.276
Aumentos	107.000	10.220	117.220
Alienações e abates	(36.880)	(427.611)	(464.491)
Transferências	(500.000)	(208.435)	(708.435)
Saldo final	9.384.013	31.950.557	41.334.570

Depreciações Acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo inicial		25.276.320	25.276.320
Aumentos		531.566	531.566
Alienações e abates		(361.136)	(361.136)
Transferências		(114.966)	(114.966)
Saldo final		25.331.784	25.331.784

A transferência ocorrida em 2013 deve-se à reclassificação de Ativo Fixo Tangível para Propriedades de Investimento do terreno sito em Azóia (Leiria) e do edifício que era utilizado pela Caetano Components.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica "Goodwill".

A rubrica "Goodwill" diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo cuja atividade foi transferida para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2013, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

	Divisão de Equipamentos Industriais
<i>Goodwill</i>	611.997
Período utilizado	Projeções de <i>cash flows</i> para 5 anos
Taxa de crescimento (g) ⁽¹⁾	0%
Taxa de desconto utilizada ⁽²⁾	10,62%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*.

² Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (1 milhão de Euros), não excede o seu valor recuperável (4.6 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os movimentos ocorridos na rubrica "Investimentos disponíveis para venda" foi como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Justo valor em 1 de janeiro	3.181.038	3.092.979
Aquisições durante o ano	2.100	
Aumento/(diminuição) no justo valor	158.238	88.059
Justo valor em 31 de dezembro	3.341.376	3.181.038

A 31 de dezembro de 2013, os "Investimentos disponíveis para venda" incluem o montante de 3.274.639 Euros (2012: 3.116.402 Euros) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2013 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 260.693 Euros. Os restantes "Investimentos disponíveis para venda" representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 do registo dos "Investimentos disponíveis para venda" ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Varição no justo valor	158.238	88.059
Efeito no capital próprio	158.238	88.059

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Matérias-primas, subsidiárias, e de consumo	2.634.224	5.149.542
Produtos e trabalhos em curso	560.642	1.380.575
Produtos acabados e intermédios	668.429	3.199.930
Mercadorias	40.766.744	36.870.898
	44.630.039	46.600.945
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(1.336.902)	(1.765.086)
	43.293.137	44.835.859

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A variação ocorrida em perdas por imparidade acumuladas refere-se essencialmente à reversão de ajustamentos de viaturas usadas reconhecida pela Caetano Auto.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi apurado como se segue:

	DEZ' 13			DEZ' 12		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	36.870.898	5.149.542	42.020.440	50.095.180	10.714.407	60.809.587
Compras líquidas	155.046.763	15.938.933	170.985.696	121.121.448	15.962.221	137.083.669
Existências finais	(40.766.744)	(2.634.224)	(43.400.968)	(36.870.898)	(5.149.542)	(42.020.440)
Total	151.150.917	18.454.251	169.605.168	134.345.730	21.527.086	155.872.816

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi apurada como se segue:

	Produtos Acabados, Intermédios e Produtos e Trabalhos em Curso	
	DEZ' 13	DEZ' 12
Existências finais	1.229.071	4.580.505
Regularização de existências	91.961	4.919
Existências iniciais	(4.580.505)	(10.700.377)
Total	(3.259.473)	(6.114.953)

11. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Ativos Correntes		Ativos Não Correntes	
	DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Cientes, conta corrente	44.132.891	44.815.712	521.364	111.718
Cientes, letras a receber		77.210		
Cientes cobrança duvidosa	10.863.083	9.877.836		
	54.995.974	54.770.758	521.364	111.718
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 24)	(10.634.355)	(11.878.914)		
	44.361.619	42.891.844	521.364	111.718

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A. e da Toyota Caetano Portugal, no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Antiguidade de contas a receber

2013	- 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	22.710.684	1.791.177	1.002.193	13.191.687	38.695.741
Funcionários		1.483		587.690	589.173
Concessionários independentes	5.116.939	155.514	43.191	53.697	5.369.341
Total	27.827.623	1.948.174	1.045.384	13.833.074	44.654.255

2012	- 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes	21.916.799	2.393.061	999.502	15.056.859	40.366.221
Funcionários	18		509	208.367	208.894
Concessionários independentes	3.876.010	177.315	112.458	263.742	4.429.525
Total	25.792.827	2.570.376	1.112.469	15.528.968	45.004.640

Maturidade das dívidas com reconhecimento de perda de imparidade

2013	- 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes cob. Duvidosa				10.863.083	10.863.083
Total				10.863.083	10.863.083

2012	- 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes cob. Duvidosa	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.877.836
Total	5.815	1.291	29.965	9.840.765	9.877.836

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Ativos Correntes		Ativos Não Correntes	
	DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Adiantamentos a fornecedores	815.462	27.679		
Outros devedores	5.670.563	7.630.251		313.000
	6.486.025	7.657.930		313.000

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica "Outras dívidas de terceiros" inclui o montante de, aproximadamente, 3,4 milhões de Euros (5,2 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2012) que corresponde a adiantamentos efetuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da atividade de retalho automóvel os quais foram integralmente faturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2013, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A. (800.000 Euros em 31 de dezembro de 2012).

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 937.500 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (1.430.686 Euros em 31 de dezembro de 2012).

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel	263.683	268.880
Reclamações de garantia	249.204	447.621
Comparticipação em frotas e campanhas	140.707	796.753
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	136.274	217.896
Fee's a debitar	71.057	
Cedência de pessoal	34.838	
Juros a receber	15.245	467.732
Seguros		20.835
Outros	106.849	182.863
	1.017.857	2.402.580
Gastos a reconhecer		
Seguros	171.823	187.065
Rendas	67.223	133.677
Juros		90.276
Custos oficinais		15.487
Outros	68.646	166.553
	307.692	593.058
Total	1.325.550	2.995.638

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser resumidos como se segue:

31/12/2013	DEZ' 12	Transferência de Saldos	Outras Variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	DEZ' 13
Ativos por impostos diferidos:						
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	735.612			(288.564)		447.048
Prejuízos fiscais reportáveis	1.825.674		17.967	(84.992)		1.758.649
Anulação de ativos fixos tangíveis	686.150			(70.781)		615.369
Anulação de gastos a reconhecer	18.521			(11.728)		6.793
Valorização de instrumentos derivados	174.971			(130.938)		44.033
	3.440.928		17.967	(587.003)		2.871.892
Passivos por impostos diferidos:						
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.077.444)		1.165	174.146		(902.133)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(310.448)			76.846		(233.602)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(95.267)			51.190		(44.077)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(18.334)			7.035		(11.299)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(997.679)			98.947		(898.732)
	(2.499.172)		1.165	408.164		(2.089.843)
Efeito líquido (Nota 26)				(178.839)		
31/12/2012						
	DEZ' 11	Transferência de Saldos	Outras Variações	Impacto em Resultados		DEZ' 12
Ativos por impostos diferidos:						
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	909.496			(173.884)		735.612
Prejuízos fiscais reportáveis	157.111			5.669	304.629	467.409
RETGS - IRC		549.099			809.166	1.358.265
Anulação de ativos fixos tangíveis	876.797				(190.647)	686.150
Anulação de gastos a reconhecer	27.781				(9.260)	18.521
Valorização de instrumentos derivados	117.664				57.307	174.971
	2.088.849	549.099		5.669	797.311	3.440.928
Passivos por impostos diferidos:						
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.090.890)			(26.719)	40.165	(1.077.444)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(368.225)				57.777	(310.448)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(142.899)				47.632	(95.267)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(24.445)				6.111	(18.334)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis				(997.679)		(997.679)
	(1.626.459)			(1.024.398)	151.685	(2.499.172)
Efeito líquido (Nota 26)					948.996	

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- (i) Prejuízos fiscais gerados até 31 de dezembro de 2009: 6 anos
- (ii) Prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011: 4 anos
- (iii) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados ativos por impostos diferidos eram como se segue:

	DEZ' 13		DEZ' 12		Data Limite de Utilização
	Prejuízo Fiscal	Impostos Diferidos Ativos	Prejuízo Fiscal	Impostos Diferidos Ativos	
Gerados em 2007					
Caetano Colisão, S.A.			1.100.930		2013
Auto Partner CA, S.A.			81.957		2013
Gerados em 2008					
Caetano Colisão, S.A.			117.929		2014
Auto Partner CA, S.A.			343.145		2014
Gerados em 2009					
Auto Partner CA, S.A.			409.584		2015
Gerados em 2011					
Caetano Colisão, S.A.			58.577		2015
Auto Partner CA, S.A.			193.548		2015
Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	2.127.585	506.297	2.196.396	549.099	2015
Gerados em 2012					
Auto Partner CA, S.A.			296.350		2017
Caisb, S.A.			21.391	5.669	2017
Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	5.391.483	1.240.041	5.083.624	1.270.906	2017
Gerados em 2013					
Consolidado fiscal Toyota Caetano Portugal	53.524	12.310			2018
	7.572.592	1.758.648	9.903.430	1.825.674	

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas (i), (ii) e (iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	DEZ' 13	DEZ' 12
Portugal	24,5% - 23%	26,5% - 25%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Com exceção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

15. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Numerário	118.683	147.923
Depósitos bancários	7.556.847	7.357.203
Equivalentes a caixa	1.251	2.573
	7.676.781	7.507.699

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de dezembro de 2013 no montante de, aproximadamente, 51.7 milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,82%
Toyota Motor Europe NV/S.A.	27,00%

Dividendos

Durante o exercício de 2013 e de 2012 não foram distribuídos quaisquer dividendos.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 9).

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Saldo inicial em 1 de janeiro	812.346	1.058.180
Varição resultante da aquisição dos restantes 50% de participação na Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.	897.056	
Outros	(80)	(9.813)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(63.072)	(236.021)
	1.646.250	812.346

Em 2013 foram adquiridos os restantes 50% dos capitais da Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A., sociedade já anteriormente controlada pelo Grupo. Esta aquisição teve um efeito nos capitais próprios consolidados antes de interesses não controlados de cerca de 890 milhares de Euros.

A decomposição do valor por empresa subsidiária consolidada integralmente nas Demonstrações Financeiras apresentadas é como se segue:

Subsidiária	% INC	Interesses Não Controlados	Resultado do Exercício de Interesses Não Controlados
Saltano S.G.P.S.	0,02%	4.049	(179)
Caetano Auto CV	18,76%	1.082.549	(45.230)
Caetano Renting	0,02%	453	138
Caetano Auto	1,60%	559.199	(17.802)
		1.646.250	(63.072)

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

Rubrica	Caetano Auto		Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S.		APCA		Caetano Colisão (Norte)		Cais B	
	2013	2012	(*)	2012	(*)	2012	(*)	2012	(*)	2012
Ativo não corrente	52.992.449	54.420.941				68.711		170.166		276.646
Ativo corrente	42.465.872	38.313.187		3.273.676		1.860.059		4.353.154		259.097
Total ativo	95.458.321	92.734.133		3.273.676		1.928.770		4.523.320		535.743
Passivo não corrente	5.351.876	5.630.501		352.145				1.392.275		28.273
Passivo corrente	53.435.997	48.197.241		4.737.091		2.462.220		2.949.739		66.411
Capital próprio	36.670.448	38.906.387		-1.815.561		-533.449		181.305		441.058
Vendas e prestações de serviços	141.953.959	117.487.509				5.925.649		5.165.458		830.899
Resultados operacionais	-836.551	-2.361.391		-354.052		-330.335		152.793		376.874
Resultados financeiros	-43.576	55.459		-1.995		-2.244		-1.263		-263.752
Impostos	-1.048.799	153.034				-165.110		-4.000		-30.000
Resultado líquido	-1.928.926	-2.152.898		-356.047		-497.689		147.529		83.122

Rubrica	Caetano Components		Caetano Renting		Saltano		Movicargo		Caetano Auto CV	
	2013	2012	(*)	2012	(*)	2012	(*)	2012	(*)	2012
Ativo não corrente		1.407.170	8.048.733	10.070.318	21.484.440	23.630.403	340.000	340.000	1.644.632	1.794.888
Ativo corrente		3.181.931	2.238.314	2.164.687	4.778.339	4.064.988	68.453	84.201	5.031.310	5.601.797
Total ativo		4.589.101	10.287.048	12.235.005	26.262.779	27.695.391	408.453	424.201	6.675.943	7.396.686
Passivo não corrente		169.367	200.014	200.014						
Passivo corrente		2.934.511	7.708.709	10.159.517	6.259.875	6.218.486			946.907	1.426.615
Capital próprio		1.485.223	2.378.325	1.875.474	20.002.903	21.476.905	408.453	424.201	5.729.036	5.970.070
Vendas e prestações de serviços	2.676.876	2.564.814	3.618.880	4.569.186					6.313.132	8.464.045
Resultados operacionais	-717.812	-419.753	879.969	288.899	-1.432.216	-1.448.036	-27.774	-3.086	-240.962	-149.477
Resultados financeiros	-7.014	-29.261	-387.176	-556.003			12.545	15.794	-31,92	-425
Impostos	-35.090	131.296	10.058	262.415	-41.785	-41.890	-519,25	-229		
Resultado líquido	-759.916	-317.718	502.851	-4.689	-1.474.001	-1.489.926	-15.748	12.479	-240.994	-149.902

(*) Empresas fusionadas em 2013.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica de Financiamentos Obtidos tem o seguinte detalhe:

	DEZ' 13		Total	DEZ' 12		Total
	Corrente	Não Corrente		Corrente	Não Corrente	
Empréstimos bancários	11.842.105	7.894.737	19.736.842	22.842.106	9.736.842	32.578.948
Descobertos bancários				219.731		219.731
Outros empréstimos	545.356	272.678	818.034	628.689	984.636	1.613.325
Locação financeira	1.199.385	4.968.124	6.167.509	1.301.109	4.721.215	6.022.324
	13.586.846	13.135.539	26.722.385	24.991.635	15.442.693	40.434.328

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respetivas condições, é como se segue:

2013 Descrição/Empresa Beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data Início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	7.894.737	7.894.737	22/06/2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	272.678	272.678	30/01/2009	6 anos
	8.167.415	8.167.415		
Corrente				
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000		
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22/06/2012	
Descobertos bancários		7.500.000		
Subsídios reembolsáveis	545.356	545.356	30/01/2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "confirming"		5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal		10.000.000	30/07/2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal		7.000.000	27/12/2012	5 anos
Caetano Auto		9.800.000	29/08/2007	7 anos
	12.387.461	51.687.461		
	20.554.876	59.854.876		

Detalhámos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (nota 37):

- Empréstimos - mútuo: 9.736.842
- Papel Comercial: 9.800.000

De referir que os 818.034 Euros de subsídio reembolsável dizem respeito ao programa SIME A.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2012 Descrição/Empresa Beneficiária	Montante Utilizado	Limite	Data Início	Prazo
Não corrente				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	9.736.842	9.736.842	22/06/2012	5 anos
Subsídio reembolsável:				
Toyota Caetano Portugal	818.034	818.034	30/01/2009	6 anos
Linha de crédito PME Invest III:				
Caetano Components	166.601	166.601	24/04/2009	5 anos
	10.721.478	10.721.478		
Corrente				
Empréstimos - mútuo	1.842.105	1.842.105	22/06/2012	
Descobertos bancários	219.731	17.500.000		
Subsídios reembolsáveis	628.690	628.690	30/01/2009	6 anos
Faturas descontadas em regime de "Confirming"		5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	15.000.000	30/07/2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	7.000.000	7.000.000	27/12/2012	5 anos
Caetano Auto	1.500.000	10.400.000	29/08/2007	7 anos
	23.690.526	57.370.795		
	34.412.004	68.092.272		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,00% e 6,5%.

Com o encerramento do projeto da candidatura n.º 00/07099 no âmbito do programa SIME A junto da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.) foi concedido um incentivo reembolsável com o seguinte plano de amortização:

DEZ' 13	2014	2015	Total
Subsídio reembolsável:			
Amortização	545.356	272.678	818.034

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica Locação Financeira (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

Contrato	Bem Locado	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo				TOTAL	TOTAL
			2015	2016	2017	> 2018		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	93.474	94.367	95.305	96.253	414.275	700.200	793.674
	Juros	7.357	6.505	5.566	4.618	8.805	25.494	32.851
559769	Instalações comerciais							
	Capital	60.187	60.623	61.061	61.503	744.570	927.757	987.944
	Juros	6.924	6.489	6.051	5.609	30.716	48.865	55.789
626064	Instalações comerciais							
	Capital	144.653	149.799	155.127	160.644	1.236.337	1.701.907	1.846.560
	Juros	61.722	56.577	51.249	45.732	148.406	301.964	363.686
Diversos	Equipamento industrial							
	Capital	901.071	535.636	552.321	386.012	164.291	1.638.260	2.539.331
	Juros	94.827	71.964	47.470	22.565	3.048	145.047	239.874
	Total Capital							
	Total Capital	1.199.385	840.425	863.814	704.412	2.559.473	4.968.124	6.167.509
	Total Juros	170.830	141.535	110.336	78.524	190.975	521.370	692.200

Maturidade da dívida

As maturidades dos financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

	2014	2015	2016	2017	> 2017	Total
Empréstimos – mútuo	1.842.105	1.842.105	1.842.105	1.842.105	2.368.422	9.736.842
Contas correntes caucionadas	10.000.000					10.000.000
Papel comercial						
Locações financeiras	1.199.385	840.425	863.814	704.412	2.559.473	6.167.509
Subsídios reembolsáveis	545.356	272.678				818.034
Total financiamentos	13.586.846	2.955.208	2.705.919	2.546.517	4.927.895	26.722.385

19. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos Correntes	
	DEZ' 13	DEZ' 12
Acionistas	19.001	33.501
Adiantamentos de clientes	1.033.267	689.470
Outros credores	567.702	1.722.651
	1.619.970	2.445.622

A rubrica de Outros Credores inclui, a 31 de dezembro de 2012, 215.154 Euros relativos a responsabilidades por pensões.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos refletida no Passivo a 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

Estado e outros Entes Públicos:	Passivos Correntes	
	DEZ' 13	DEZ' 12
Retenção de impostos sobre o rendimento	345.879	277.937
Imposto sobre o valor acrescentado	4.556.146	3.805.230
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (imposto estimado) (nota 26)	458.641	843.437
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (pagamentos por conta e ret. Fonte)	(1.107.197)	(589.872)
Imposto automóvel		713.497
Direitos aduaneiros		60.594
Contribuições para a Segurança Social	603.097	596.122
Outros	210.557	218.375
	5.067.123	5.925.322

Apresenta-se em seguida a decomposição do imposto corrente do período (ver informação adicional na nota 26):

Imposto Corrente	DEZ' 13	DEZ' 12
Insuficiência de estimativa de imposto	104.482	197.057
Restituição de impostos	(241.926)	(934.446)
Excesso de estimativa de imposto	(38.098)	(8.263)
Estimativa de imposto do ano	458.641	843.437
	283.099	97.785

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

O valor, a 31 de dezembro de 2012, da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos refletido no Ativo respeita a IVA a recuperar de caráter corrente.

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a rubrica “Outros Passivos Correntes” pode ser detalhada como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Credores por acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídios de férias	4.587.247	4.517.130
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.896.855	1.122.253
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	1.570.854	647.848
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	1.247.227	1.030.404
Antecipação de encargos com FSE's	605.678	465.123
Gastos de aprovisionamento	503.227	266.792
Comissões a liquidar	328.089	799.671
Imposto automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	313.825	283.824
Seguros a liquidar	239.433	201.243
Juros a liquidar	152.852	57.000
Contribuição Autárquica/IMI	89.028	84.180
Royalties	62.275	49.599
Reclamações de garantia		48.200
Responsabilidades por pensões		975.081
Comissões de gestão do fundo de pensões		651.788
Outros	554.261	195.351
	12.150.850	11.395.487
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de Manutenção/Assistência	322.145	
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	743.862	875.318
Subsidio ao investimento	525.802	553.373
Juros debitados a clientes	5.472	13.079
Outros	267.636	527.635
	1.864.917	1.969.405
Total	14.015.767	13.364.892

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 23 de dezembro de 2002 e em 30 de março de 2009.

Em 31 de dezembro de 2013, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP - Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008 foi rececionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos atuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0%, 0% e 4,5%, respetivamente.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2013 e 2012 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidade 1/1/2012	29.686.944
Custos dos serviços correntes	308.792
Custos dos juros	1.288.368
(Ganhos) e perdas atuariais	479.551
Pagamentos de pensões	(2.113.121)
Responsabilidade 31/12/2012	29.650.534
Responsabilidade 1/1/2013	29.650.534
Custos dos serviços correntes	145.782
Custos dos juros	1.284.662
(Ganhos) e perdas atuariais	616.153
Transferências (dissolução Caetano Components)	(432.684)
Pagamentos de pensões	(2.204.989)
Responsabilidade 31/12/2013	29.059.458

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2013 e de 2012, foi como se segue:

Rubrica	Plano Beneficio Definido	Plano Beneficio Definido	Total
Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2011	26.541.223	8.291.845	34.833.068
Contribuições	661.322	21.765	683.087
Retorno real dos ativos do plano	3.023.932	955.242	3.979.174
Pagamentos de pensões	(2.113.121)		(2.113.121)
Transferências da quota-parte de outro associado		54.105	54.105
Transferências para a quota-parte de outro associado	(43.746)	(95.883)	(139.629)
Utilizações de conta reserva	374.844	(374.844)	
Valor do fundo em 31 de dezembro de 2012	28.444.454	8.852.230	37.296.684
Contribuições	1.740.011	383.671	2.123.682
Retorno real dos ativos do plano	1.309.229	409.651	1.718.880
Pagamentos de pensões	(2.204.989)	(8.816)	(2.213.805)
Transferências da quota-parte de outro associado		13.764	13.764
Transferências para a quota-parte de outro associado	(445.663)	(139.579)	(585.242)
Utilizações de conta reserva	12.177	(12.177)	
Valor do fundo em 31 de dezembro de 2013	28.855.219	9.498.744	38.353.963

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a decomposição da carteira de ativos do Fundo de pensões que cobre o plano de benefício definido, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2013	Peso Carteira	Valor 31-12-2012
Ações	13,6%	3.924.309	13%	3.652.268
Obrigações	35,4%	10.214.748	35%	10.069.337
Imobiliário	37,7%	10.878.417	37%	10.441.959
Liquidez	3,6%	1.038.788	11%	3.211.379
Subscrições e resgates em processamento	1%	288.552		
Outros Ativos	8,7%	2.510.405	4%	1.069.511
Total	100%	28.855.219	100%	28.444.454

A 31 de dezembro de 2013 os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de pensões que cobre o plano de benefício definido, apresenta-se como se segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	37,7%	10.878.417

De referir que a 31 de dezembro de 2013, o fundo de Pensões detinha cerca de 623.626 ações da Toyota Caetano Portugal, S.A. (623.626 ações em 31 de dezembro de 2012), cuja valorização na carteira do fundo ascendia a cerca de 486.428 Euros (598.681 Euros em 31 de dezembro de 2012).

A evolução das responsabilidades do Grupo com o Plano de benefício definido e da situação patrimonial do Fundo de pensões afeto pode ser resumido como se segue:

Plano Benefício Definido	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor da responsabilidade	29.059.458	29.650.534	29.686.944	29.550.745	29.035.762	28.358.503	28.258.700
Valor do fundo	28.855.219	28.444.454	26.541.223	28.812.418	28.901.854	28.067.165	27.916.070

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

31/12/2013	Saldos Iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras Regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995				1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	11.878.914	362.825	(305.713)	(1.301.671)	10.634.355
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	1.765.086	27.777	(455.961)		1.336.902
Provisões	315.464	85.338		(77.378)	323.424

31/12/2012	Saldos Iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras Regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.781.995				1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 11)	12.555.905	760.587	(1.184.792)	(252.786)	11.878.914
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 10)	2.489.764	228.636	(953.314)		1.765.086
Provisões	345.026	54.228		(83.790)	315.464

A variação ocorrida na rubrica de perdas por imparidade acumuladas em contas a receber refere-se essencialmente ao *write-off* de imparidades de clientes.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo existentes em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 respeitam a:

Swaps Taxa de juro

Trata-se de dois instrumentos financeiros derivados contraídos com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos (*cash flow hedges*), que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a otimização do custo do funding, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura. O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2013 era negativo em 119.522 Euros (em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 598.885 Euros) e compreende à data de Balanço uma exposição total de 9,7 milhões de Euros desde 22 de dezembro de 2013 pelo prazo remanescente de 4 anos a contar desde 26 de junho de 2012.

Estes instrumentos financeiros derivados foram avaliados a 31 de dezembro de 2013 pela entidade bancária com quem os mesmos foram contratados, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – *inputs* indiretamente observáveis no mercado).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

É intenção da Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros a serem gerados pelos referidos instrumentos.

Forward Cambial

Trata-se de um instrumento financeiro derivado contraído com o objetivo de cobertura do risco cambial de transações futuras altamente prováveis, que contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de câmbio GBP:EUR, NOK:EUR e DKK:EUR, não tendo sido designados para efeitos de contabilidade cobertura.

O justo valor dos referidos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 era negativo em 5.723 Euros compreendendo um valor nominal 120.222 GBP, 424.428 NOK e 2.624.769 DKK pelo prazo de 1 ano (vencimentos mensais) a contar de 17 de janeiro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 deixou de ser detido este instrumento.

Este instrumento financeiro derivado foi avaliado a 31 de dezembro de 2012 pela entidade bancária com quem o mesmo foi contratado, tendo em consideração *cash flows* futuros e risco estimados (nível 2 de hierarquia de justo valor conforme parágrafo 27-A da IFRS 7 – *inputs* indiretamente observáveis no mercado).

Refira-se que as variações de justo valor de instrumentos financeiros derivados detidos pelo Grupo encontram-se reconhecidas em gastos ou rendimentos financeiros (Nota 33).

Apresenta-se em seguida quadro-resumo de instrumentos financeiros derivados detidos a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Derivado	JV 2013	JV 2012	Tipo	Taxa Swap	Taxa a Receber
Swap taxa de juro BBVA	(119.522)	(231.817)	Negociação	1,10%	Euribor 3 M
Swap taxa de juro Barclays	0	(277.641)	Negociação	1,9975%	Euribor 3 M
Swap taxa de juro Santander	0	(89.427)	Negociação	1,935%	Euribor 3 M
Forward cambial Deutsche Bank	0	(5.723)	Negociação	N/A	N/A
Total	(119.522)	(604.608)			

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são detalhados como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Imposto corrente (Nota 21)	283.099	97.785
Imposto diferido (Nota 14)	178.839	(948.996)
Prejuízo fiscal (RETGS)	84.992	(1.270.906)
Outros	93.847	321.910
	461.938	(851.211)

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 pode ser analisada como se segue:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Resultados antes de impostos	459.522	(3.940.266)
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Encargo de Imposto Teórico	121.773	(1.044.170)
Imposto corrente do período		
Tributação autónoma	458.641	831.208
Excesso/insuficiência estimativas de imposto	66.384	188.794
Restituição de impostos	(241.926)	(934.446)
Outros		12.229
Total	283.099	97.785
Impostos Diferidos do Período		
Prejuízos fiscais reportáveis	84.992	(1.113.795)
Perdas por imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	288.564	173.884
Anulação de ativos fixos tangíveis	70.781	190.647
Anulação de gastos a reconhecer	11.728	9.260
Valorização de instrumentos derivados	130.938	(57.307)
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(174.146)	(40.165)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienação de ativos fixos tangíveis	(76.846)	(57.777)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(51.190)	(47.632)
Imputação do justo valor de ativos fixos tangíveis	(98.947)	
Mais valia fiscal de acordo com nº 7 artº 7 lei 30/g 2000	(7.035)	(6.111)
Total	178.839	(948.996)
Encargo de Imposto Efetivo	461.938	(851.211)

27. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Resultado		
Básico	60.656	(2.853.034)
Diluído	60.656	(2.853.034)
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,002	(0,082)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

	NACIONAL										EXTERNO						ELIMINAÇÕES		CONSOLIDADO			
	Veículos Automóveis					Equipamento Industrial					Outros		Veículos Automóveis		Equipamento Industrial							
	Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços	Aluguer	Outros	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços		Aluguer		
2013																						
Rébito																						
Volume de negócios	3.587.096	259.453.944	15.062.609	4.910.397	6.881.655	1.957.877	10.633.901					11.231.634	14.449.324	378.144	14.859	6.740					(105.975.902)	232.592.276
Resultados																						
Resultados operacionais	(2.066.895)	2.478.086	(88.766)	642.530	61.291	1.273.898	2.226.936			(3.746)		(1.962.680)	(5.132)	7.946	9.432	1.422					(324.901)	2.203.422
Resultados financeiros	(15.761)	(120.465)	(4.624)	(282.037)	19.278	(6.549)	(1.276.291)					(32.006)	(23.068)	(2.451)	(8)	(24)					114	(1.743.901)
Resultados líquidos com interesses minoritários	(2.117.746)	1.073.412	(204.677)	357.783	69.094	1.122.424	859.833			(1.474.001)		(1.994.685)	(124.524)	4.866	8.338	1.124					2.406.343	(2.417)
Outras informações																						
Ativos	32.217.602	206.548.394	10.128.998	7.525.230	3.058.085	407.628	32.662.269			26.262.779		9.210.454									(125.874.875)	202.146.564
Passivos	9.709.601	89.441.743	6.237.929	5.785.478	813.523	125.653	10.936.788			6.259.875		2.484.488									(59.044.509)	72.750.568
Dispendios de capital fixo (1)	(613.559)	6.423.728	693.195	1.663.205	59.699	15.320	1.093.298					199.388									(4.902.965)	4.631.309
Depreciações (2)	1.551.136	3.636.229	277.694	2.816.023	125.021	32.084	3.667.678					243.176									295.793	12.644.834
2012																						
Rébito																						
Volume de negócios	17.860.022	221.986.655	16.066.946	8.481.851	5.953.214	2.203.462	10.846.112			830.899		14.444.297	17.952.367	241.402	8.845	3.260					(90.798.176)	226.081.156
Resultados																						
Resultados operacionais	(2.418.586)	1.308.264	(188.634)	199.498	(145.379)	1.376.414	1.232.603			(1.590)		(1.902.171)	231.859	10.466	8.130	249					(747.563)	(1.036.441)
Resultados financeiros	(339.587)	(1.200.749)	7.012	(343.288)	(59.091)	(33.837)	(730.847)			(262.765)		(214.357)	(83.366)	(5.635)	(109)	(59)					262.851	(2.903.825)
Resultados líquidos com interesses minoritários	(2.526.877)	40.797	(177.135)	57.254	(204.699)	1.321.559	552.671			(299.023)		(2.116.528)	147.514	4.755	7.896	187					102.574	(3.089.055)
Outras informações																						
Ativos	47.968.779	194.585.943	12.780.481	11.317.037	4.013.852	123.646	38.630.140			36.291.428		10.333.877									(142.063.943)	213.981.238
Passivos	17.319.123	85.943.532	8.506.652	9.793.572	1.160.956	40.499	14.098.451			14.749.903		3.131.898									(69.998.708)	84.745.848
Dispendios de capital fixo (1)	432.411	1.835.463	38.824	(1.787.234)	52.592	3.166	1.995.544					400.512									6.223.167	9.194.446
Depreciações (2)	1.836.275	4.807.511	375.947	4.273.906	130.509	7.857	4.315.033					303.044									(318.482)	15.731.600

(1) Investimento: (Variação do Ativo Líquido Corpóreo e Incorporado) + (Amortizações do Exercício). (2) Do Exercício

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 8.964.064 Euros (9.809.510 Euros em 2012) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros Rendimentos Operacionais (nota 32).

A coluna "Eliminações" inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento "Veículos Automóveis".

29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi como se segue:

Mercado	DEZ' 13		DEZ' 12	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	199.131.136	89,33%	189.816.060	87,77%
Bélgica	10.438.105	4,68%	11.905.022	5,50%
PALOPs	8.717.069	3,91%	11.863.668	5,49%
Alemanha	232.612	0,10%	1.757.680	0,81%
Reino Unido	205.610	0,09%	181.056	0,08%
Espanha	36.554	0,02%	35.065	0,02%
Outros mercados	4.159.105	1,87%	713.095	0,33%
	222.923.191	100,00%	216.271.646	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por atividade é como se segue:

Mercado	DEZ' 13		DEZ' 12	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	156.485.712	69,46%	145.787.821	67,41%
Peças	47.417.959	21,28%	48.718.860	22,53%
Reparações	17.838.108	8,00%	19.212.146	8,88%
Outros	1.181.412	0,53%	2.552.819	1,18%
	222.923.191	100,00%	216.271.646	100,00%

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Subcontratos	1.957.943	1.712.164
Serviços especializados	14.316.169	17.251.167
Trabalhos especializados	5.438.905	5.597.776
Publicidade e propaganda	6.140.207	8.880.936
Vigilância e segurança	504.581	607.571
Honorários	798.281	760.501
Comissões	148.191	172.632
Conservação e reparação	1.286.004	1.231.751
Materiais	508.298	390.189
Energia e Fluidos	2.904.279	2.937.298
Deslocações, Estadas e Transportes	1.729.426	1.747.364
Deslocações e estadas	964.392	980.762
Transportes de pessoal	91.587	90.464
Transportes de mercadorias	673.447	676.138
Serviços Diversos	10.167.466	10.937.212
Rendas e alugueres	2.282.467	2.674.145
Comunicação	695.527	749.740
Seguros	1.092.622	1.032.230
Royalties	282.284	335.225
Contencioso e notariado	26.010	31.191
Limpeza, higiene e conforto	567.408	778.832
Outros serviços	5.221.148	5.335.849
	31.583.581	34.975.394

31. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ' 13	DEZ' 12
Remunerações dos órgãos sociais	357.223	377.476
Remunerações do pessoal	23.705.543	24.889.907
Pensões	766.335	84.099
Indemnizações	891.021	1.482.684
Encargos sobre remunerações	6.106.682	6.102.032
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	315.155	357.226
Outros gastos com o pessoal	2.782.691	2.885.492
	34.924.650	36.178.916

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em dezembro de 2013 e 2012, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	DEZ' 13	DEZ' 12
Empregados	1.054	1.058
Assalariados	424	513
	1.478	1.571

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outros Rendimentos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros Rendimentos Operacionais	DEZ' 13	DEZ' 12
Aluguer de equipamento	8.958.064	9.839.938
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	9.528.669	9.526.865
Rendas cobradas	3.246.319	2.682.933
Serviços prestados	1.745.635	2.151.200
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	1.626.022	2.122.524
Subsídios à exploração	2.056.696	1.802.810
Recuperação de despesas	2.567.324	1.553.940
Trabalhos para a própria empresa	1.693.664	1.400.474
Mais - valias na alienação de ativo fixo tangível	1.274.484	1.394.839
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	1.671.653	1.368.251
Correções relativas a exercícios anteriores	187.098	1.042.673
	34.555.626	34.886.448

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica "Serviços Prestados" se refere essencialmente a débitos de fees administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica "Recuperação de despesas" inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Outros Gastos Operacionais” tem a seguinte composição:

Outros Gastos Operacionais	DEZ' 13	DEZ' 12
Impostos	1.071.876	1.267.366
Dívidas incobráveis	240.212	442.797
Perdas em Inventários	521.003	55.960
Descontos pronto pagamento concedidos	3.854	16.560
Perdas nos restantes investimentos financeiros	23	
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	94.085	366.883
Outros	1.077.228	1.734.379
Correções relativas a exercícios anteriores	132.615	150.420
Donativos	7.159	6.018
Quotizações	18.278	13.768
Multas e penalidades	37.541	88.412
Outros não especificados	881.635	1.475.761
	3.008.281	3.883.945

33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	DEZ' 13	DEZ' 12
Juros suportados	2.043.620	2.884.892
Outros gastos e perdas financeiros	575.061	714.584
	2.618.681	3.599.476

Rendimentos e Ganhos	DEZ' 13	DEZ' 12
Juros obtidos	389.695	695.651
Rendimentos de imóveis		
Outros ganhos e rendimentos financeiros	485.085	
	874.780	695.651

A rubrica de Outros Ganhos e Rendimentos Financeiros inclui variações de justo valor de derivados no valor de 485.085 Euros (Nota 25).

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do grupo a 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Descrição	Nota	Ativos Financeiros		Passivos Financeiros	
		DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Instrumentos financeiros derivados	25			119.522	604.608
Investimentos disponíveis para venda	9	3.341.376	3.181.038		
Clientes	11	44.882.983	43.003.562		
Outras dívidas de terceiros – corrente	12	6.486.025	7.657.930		
Outras dívidas de terceiros – não corrente	12		313.000		
Empréstimos bancários	18			19.736.842	32.578.948
Locações financeiras	18			6.167.509	6.022.324
Descobertos bancários	18				219.731
Outros empréstimos	18			818.034	1.613.326
Dívidas a terceiros	20			1.619.970	2.445.622
Fornecedores	19			22.792.534	18.105.176
Caixa e equivalentes a caixa	15	7.676.781	7.507.699		
		62.387.165	61.663.229	51.254.411	48.747.629

Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição	Nota	Ativos Financeiros		Passivos Financeiros	
		DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Instrumentos financeiros derivados	25			(119.522)	(604.608)
Investimentos disponíveis para venda	9	3.341.376	3.181.038		
		3.341.376	3.181.038	(119.522)	(604.608)

Classificação e Mensuração

Descrição	Ativo Disponível Para Venda		Instrumentos Derivados		Nível
	ao Justo Valor	ao Custo	Cobertura De Fluxos De Caixa	Negociação	
Fundo Cível	3.274.639				1)
Diversos		66.737			3)
Swap taxa juro				(119.522)	2)
Forward cambial					2)

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 27-A da IFRS 7, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- a) nível 1 - preços cotados - ativos financeiros disponíveis para venda: 3.274.639 Euros (3.116.402 Euros em 2012);
- b) nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços) - derivadas de negociação (*swaps* e *forward*): -119.522 Euros (-604.608 Euros em 2012);
- c) nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs não observáveis*).

Impacto na Demonstração de Resultados Consolidada e no Capital Próprio

Descrição	Impacto em Cap. Próprio		Impacto em Resultados	
	DEZ' 13	DEZ' 12	DEZ' 13	DEZ' 12
Instrumentos financeiros derivados			(485.085)	216.252
Investimentos disponíveis para venda	158.238	88.059		
	158.238	88.059	(485.085)	216.252

35. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Durante o período de 2013, os pagamentos mínimos relativos a locações operacionais ascenderam a cerca de 9,12 milhões de Euros. Do referido montante, 1,7 milhões referem-se a pagamentos com maturidade de um ano, 5,2 milhões respeitam a pagamentos a ocorrer no período entre dois a cinco anos e 2,3 milhões referem-se a pagamentos de maturidade superior a cinco anos.

Pagamentos Mínimos de Locação Operacional	DEZ' 13	DEZ' 12
Não mais de um ano	1.652.476	1.860.352
Mais de um ano e não mais de cinco	5.168.222	5.679.718
Mais de cinco	2.295.528	3.436.300
	9.116.226	10.976.370

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações entre a empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

Empresa Relacionadas	Dividas comerciais		Produtos		Activos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	368									2.162
ATLÂNTICA - COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, S.A.	5.111									
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, S.A.		51.015						302.490		
CAETANO BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	373.567	95.885	2.828.865	393.971	(9.508)		14.278	127.969	162.986	296.275
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	42.235	433	6.983	27.999			1.312	1.243		24.857
CAETANO AERONAUTIC, S.A.	9.455		772		24.460		10.671			34.133
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE), S.A.	39.968		18.154				41.999	97.271		26.172
CAETANO DRIVE, SPORT E URBAN, S.A.	195.700	142.902	70.820	259.939	1.377.081	1.189.711	52.117	172.214		190.821
CAETANO FORMULA, S.A.	98.146	158.148	20.583	224.548	147.238	94.825	39.154	9.564		109.869
CAETANO FÓRMULA EAST ÁFRICA, S.A.	4									3
CAETANO MOTORS, S.A.	16.166	51.895	5.327	7.354		16.699	7.677	13.370		168.575
CAETANO PARTS, LDA.	234.060	819.114	1.783.517	4.331.036			17.441	17.414		176.818
CAETANO POWER, S.A.	4.762	340.298	19.096	127.735	634.165	357.500	18.295	3.737		172.806
CAETANO RETAIL SERVIÇOS, S.A.										(18)
CAETANO SPAIN, S.A.	371.074	648								
CAETANO STAR, S.A.	72.558	71.405	61.789	84.122			23.413	20.696		37.340
CAETANO TECHNIK, S.A.	18.567	99.722	18.456	404.633	10.851	25.317	54.620	31.508		(162.043)
CAETANO UK LIMITED		4.840								
CAETANO BUS - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.	8.767.062	237.476	3.118.623	241.275	81.109		177.350	223.071	74.310	2.630.753
CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	2.175	687.035	194	17.287			18.603	2.231.825	2.400	237
CARPLUS - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	340.450	1.443	236.578	30.557		22.532		(557)		31.710
CHOICE CAR, S.A.										693
CIBERGUJA - INTERNET MARKETING, S.A.	9.954									
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, S.A.	30.584	37.851	(11.854)		843.032		(5.679)	301.996		18.765
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN		172.913			157.358			11.722		
DICUORE - DECORAÇÃO, S.A.	57				17.014		427	1.745		
ENP - ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	1.829	21.728	8		129		5.317	24.645	824	6.586

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa Relacionadas	Dividas comerciais		Produtos		Activos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, S.A.	74.613	268.470	354.311	829.757	3.533		243.355	1.181.089	40.232	2.175
FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	937.499									
GILLCAR NORTE - COM. IND. MÁQUINAS E TINTAS, S.A.		6.173	(751)	40.533	2.823		(320)	25.554		
GRUPO SALVADOR CAETANO, S.G.P.S., S.A.		226					183			
GUERIN RENT A CAR, S.L.									100.382	
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS), LDA.	49.899	155.233	14.718	22.358			12.000	184.593	140	302.280
HIDICUORE DESIGN, LDA.							2.602			
IBERICAR AUTO NIPON, S.L.	16.300		219.372	28.992				143	1.268	
IBERICAR GALICIA AUTO, S.L.										
IBERICAR KELDENICH, S.L.										
IBERICAR MOTORS AVILA, S.L.		262						262		
IS.L.AND RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.	116									1.288
LAVORAUTO-ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS, S.A.		155.206						26.222		
LIDERA SOLUCIONES, S.L.								100.000		
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, S.A.	226.413	303.729	244.408	198.273	3.680		3.096	363.987	750	42.132
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES, S.A.	411		457	1.040			(1.914)	1.472		1.191
MDS AUTO- MEDIAÇÃO DE SEGUROS, S.A.	3.188	64.934	1.362	(7)				801.424		157.264
NOVEF - S.G.P.S.	19.500									
OESTE MAR, LDA	111									1.148
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, S.A.	17.806									
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.	308.208	1.872	220.884				(6.433)	19.430		62.414
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, S.A.		26.755			130.466			126.240		251
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, S.A.	71.577	817.806	3.845	19.655	41.171		140.804	3.573.474		306.691
ROBERT HUDSON, LTD.	17.489									16.117
SALVADOR CAETANO AUTO AFRICA, S.G.P.S., S.A.									18	
SALVADOR CAETANO EQUIPAMENTOS, S.A.	4									3
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, S.A.	551									70
SOL GREEN WATT, S.L.			15				6			
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.		681								
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	149									729
VAS AFRICA (S.G.P.S.), S.A.	891									3.962
	12.535.558	4.641.651	9.236.530	7.291.056	3.464.602	1.706.584	870.191	9.995.998	383.309	4.664.231

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	DEZ' 13	DEZ' 12
Por Créditos Abertos	73.194	243.175
Por Fianças Prestadas	4.000.000	13.578.088
	4.073.194	13.821.263

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2012, relativos a "Fianças Prestadas", o montante de 8.080.910 Euros refere-se à caução prestada à Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação, que não existe a 31 de dezembro de 2013.

Na sequência de financiamentos contratados em 2012, no valor de 29,9 milhões de Euros, dos quais foram utilizados cerca de 19,5 milhões de Euros, encontrando-se, a esta data, por amortizar cerca de 9,7 milhões de Euros (ver detalhe nota 18), o Grupo concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contração dos referidos financiamentos, em cerca de 37,8 milhões de Euros.

Liquidações de impostos**Toyota Caetano Portugal, S.A.**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram recuperados cerca de 934.446 Euros, reconhecidos na rubrica de "Imposto sobre o Rendimento e operações continuadas", referentes a decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial relativos às liquidações adicionais em sede de IRC dos períodos de 1995 (570.591 Euros) e 1997, 1998 e 1999 (363.855 Euros). Aos referidos montantes enunciados, acresceram juros indemnizatórios igualmente recebidos no valor de 352.203 Euros.

Relativamente à fiscalização efetuada aos exercícios de 2003 e 2004, foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações. Deste montante, foram recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cerca de 218.000 Euros por via de reclamação graciosa.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efetuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como gasto, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica “Outros gastos operacionais” em exercícios anteriores.

Processos judiciais em curso

Reclamação de indemnização por cessação de contrato de agência

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que a argumentação apresentada por um anterior agente, que reclama uma indemnização pela cessação do contrato de agência, não está de acordo com a legislação aplicável, pelo que não resultarão assim perdas para a empresa, não tendo sido registada qualquer provisão nas demonstrações financeiras. De referir que a cessação do contrato em questão ficou a dever-se a incumprimentos de pagamento por parte do Agente.

Em janeiro de 2011, concluiu-se o julgamento com decisão favorável à Toyota Caetano Portugal, tendo no entanto, o referido Agente apresentado recurso em setembro de 2011, aguardando-se nova decisão. Durante o exercício de 2012 foram apresentadas alegações e contra-alegações de recurso para o supremo Tribunal de Justiça.

Em 2013, a empresa notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça tendo a pagar uma indemnização por danos indiretos e não patrimoniais. A esta indemnização serão deduzidos os valores a receber e respetivos juros relativos a um processo instaurado pela empresa contra o agente.

É convicção da Administração de que não resultarão responsabilidades para a empresa decorrentes do desfecho deste processo.

Impugnação Judicial de despedimento coletivo

O Conselho de Administração e os seus consultores legais entendem que o processo de despedimento coletivo ocorrido em 2012 se encontra sustentado em motivos de mercado, estruturais e tecnológicos, razão pela qual não se espera que advenham quaisquer responsabilidades para o Grupo decorrentes do desfecho deste processo.

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2013.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram como se segue:

Órgãos Sociais	DEZ' 13	DEZ' 12
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	550.505	550.505
Remuneração variável		

04 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda. no exercício de 2013 foi como segue:

	DEZ' 13
Honorários totais referentes revisão legal de contas	85.370
Honorários referentes apoio verificação doc. Projetos Investimento	1.500
	86.870

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2013 e até à presente data, não se observaram quaisquer factos relevantes suscetíveis de serem mencionados.

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de abril de 2014.

O TÉCNICO DE CONTAS

Alexandra Maria Pacheco Gama Junqueira

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis Da Silva Ramos – Presidente

Takishi Numa

Daniele Schillaci

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Miguel Pedro Caetano Ramos

Rui Manuel Machado De Noronha Mendes

The background of the page features a light blue gradient with several thick, dark blue wavy lines that sweep across the frame. Overlaid on this is a fine, light blue grid pattern that covers the entire area.

05

PARECERES

05 PARECERES

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2013 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respetivos registos.
3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
4. Analisamos a Certificação Legal das Contas Individuais e a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.
6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º - A do Código dos Valores Mobiliários.
7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:
 - a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
 - b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 3 de abril de 2014

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
Alberto Luís Lema Mandim - Vogal
Akito Takami - Vogal
Maria Livia Fernandes Alves - Suplente
Takao Gonno - Suplente

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 3 de abril de 2014

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente
Alberto Luís Lema Mandim - Vogal
Akito Takami - Vogal
Maria Livia Fernandes Alves - Suplente
Takao Gonno - Suplente

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 186.937.008 Euros e um total de capital próprio de 129.039.918 Euros, incluindo um resultado líquido de 219.893 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

05 PARECERES

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

3 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 202.146.564 Euros e um total de capital próprio de 129.395.997 Euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.646.250 Euros e um resultado líquido de 60.656 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

05 PARECERES

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

3 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações da sociedade Toyota Caetano Portugal, S.A. vem declarar o seguinte:

a. Cumprimento da Política de Remunerações definida para o Exercício de 2013:

Analisados todos os elementos contabilísticos e demais registos da Toyota Caetano Portugal, foi por esta Comissão constatado que não ocorreu qualquer alteração remuneratória dos elementos dos órgãos sociais durante o exercício de 2013, tendo assim sido cumpridas a proposta desta Comissão aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2013.

b. Política de Remuneração a aplicar durante o Exercício de 2014:

Face à conjuntura económica atual e atendendo às previsões de atividade e resultados para o exercício de 2014, fornecidas pela Administração da Sociedade, é entendimento desta Comissão que devem ser mantidos os valores remuneratórios de natureza fixa para todos os elementos dos Órgãos Sociais até ao terminus do presente mandato e caso estes mantenham funções executivas.

Contudo, esta Comissão admite a possibilidade de rever a política agora definida, como medida estratégica de adaptação à evolução da conjuntura económica e dos seus impactos no setor automóvel.

Para os elementos não executivos é parecer desta Comissão que os mesmos não devem auferir qualquer remuneração, a exemplo, aliás, da prática até agora seguida.

Quanto à remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração, esta tem vindo a ser atribuída em função dos resultados obtidos pela Sociedade, conjugando-se com a política de distribuição de dividendos aos Acionistas e de gratificações a pagar aos Colaboradores.

Em 2013, esta componente de remuneração não ultrapassou os 2% dos resultados distribuíveis, conforme proposta desta Comissão.

Assim sendo e reportando-se à alínea b) do número 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, vem esta Comissão de Remunerações propor a manutenção do critério estipulado para 2014, ou seja, que a remuneração variável dos membros Executivos do Conselho de Administração não exceda os 2% dos resultados distribuíveis apurados no exercício.

A decisão de atribuição de Remuneração Variável em função dos resultados obtidos tem implícita a verificação do alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses da Sociedade, sendo, portanto, um dos mecanismos a ser enquadrado na alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e, simultaneamente, dando resposta à alínea e) do mesmo artigo, garantindo a limitação da remuneração variável no caso dos resultados apurados serem de natureza negativa.

Tendo em vista a informação relativa à alínea c) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, cumpre-nos atestar a não existência de qualquer plano de atribuição de ações ou opção de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização, sendo proposta desta Comissão a manutenção deste critério. A prática da empresa nos timings de pagamentos anuais deve, segundo nossa opinião, manter-se, sendo portanto de excluir a possibilidade elencada na alínea d) do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009."

A Comissão de Remunerações
Alberto Luís Lema Mandim
Maria Conceição Monteiro da Silva
Francelim Costa da Silva Graça

The background features a light blue gradient with several thick, dark blue wavy lines that sweep across the frame. A fine, light blue grid pattern is overlaid on the entire background, creating a subtle texture.

06

GOVERNO
DAS SOCIEDADES

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIEDADES

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura do capital

1. Estrutura do capital

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 ações ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada, sendo que todas as ações estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações

A Sociedade não adota quaisquer restrições à transmissibilidade das ações ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Não aplicável.

4. Acordos significativos com cláusulas de mudança de controlo

Não aplicável.

5. Renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista

Não aplicável.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Esta sociedade tem conhecimento de um acordo parassocial instituído paralelamente ao contrato de distribuição com a Toyota Motor Europe NV/SA, o qual garante à empresa-mãe Toyota Motor Corporation que a empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A. (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar. Tal acordo tem a natureza de mero “compromisso de honra” pois do mesmo não constam cláusulas penalizantes em caso de incumprimento.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

II. Participações sociais e obrigações detidas

7. Titulares de participações qualificadas, percentagem de capital e de votos imputável, fonte e causas de imputação

Participações qualificadas no capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

Acionista	Nº de Ações	% Capital Social com Direito de Voto
Salvador Fernandes Caetano (Herdeiros) diretamente	1.399.255	3,998%
Maria Angelina Caetanos Ramos e Salvador Acácio Martins Caetano através da		
Grupo Salvador Caetano (S.G.PS), S.A.	21.288.281	60,824%
Cociga	290	0,001%
José Reis da Silva Ramos através da		
Fundação Salvador Caetano	138.832	0,397%
Maria Angelina Caetanos Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos através da		
COVIM	393.252	1,124%
	21.820.655	62,346%
Toyota Motor Europe NV/SA diretamente	9.450.000	27,000%
Millenium BCP - Gestão de Fundos de Investimento, S.A. diretamente	1.226.935	3,510%

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 17 e 31 da Parte I.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Dentro das competências do Conselho de Administração descrita no ponto 21 da Parte I, não se encontra prevista de forma explícita nenhuma concessão de poder específico no que respeita a deliberações de aumento do capital.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Durante o exercício de 2013 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

B. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A sociedade coloca à disposição dos membros da mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos e apoio adequados às suas necessidades, através do departamento legal da sociedade. Este colabora ativamente na preparação das Assembleias Gerais, garantindo a publicação das respetivas convocatórias, receção e controlo de todas as comunicações de acionistas e intermediários financeiros, trabalhando em estreita colaboração e garantindo, igualmente, toda a logística das Assembleias Gerais.

11. Identificação, cargo e mandato (início e fim) dos membros da mesa da assembleia geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por 4 membros conforme a seguir indicado:

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente
Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente
António Manuel de Oliveira Saramago – Secretário
Maria Olívia Almeida Madureira – Secretário

A atual mesa da Assembleia Geral, foi eleita em 28 abril de 2011 por um período de 4 anos e cessa o seu mandato em 31 dezembro de 2014.

A informação infra abrange os pontos 12 a 14 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

Exercício do direito de voto

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, artigo 4º n.º 6, a cada grupo de cem ações corresponde um voto.

Os acionistas que pretendam estar presentes devem ter as suas ações averbadas em seu nome no Livro de Registo de Ações da Sociedade ou fazer prova do respetivo depósito em intermediário financeiro, através de fax ou correio eletrónico, até cinco dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral.

Não se encontram consideradas nos Estatutos da empresa regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Têm direito de estar presentes na Assembleia Geral, e aí discutir e votar, os acionistas que sejam titulares legítimos de ações com direito a, pelo menos, um voto. Porém, os acionistas que não possuam número mínimo de cem ações podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Nos termos dos Estatutos da empresa não se encontra contemplado o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Não existem medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem regras estatutárias definidas para o exercício do direito de voto exceto no que respeita ao quórum mínimo de 75% necessário à aprovação das seguintes deliberações:

- a) Alteração do contrato da Sociedade;
- b) Incorporação de fundos de reservas no capital social, nomeada e especificamente reservas de reavaliação;
- c) Transmissão, locação ou cessão de exploração de toda ou de uma parte importante da atividade da sociedade, e sucessão ou aceitação da atividade de uma terceira entidade;
- d) Redução ou aumento de capital;
- e) Divisão de lucros e fixação de percentagem de dividendos, bem como a eventual distribuição de fundos de Reservas Livres;
- f) Emissão de obrigações;
- g) Eleição ou destituição de todos ou de alguns dos membros dos órgãos sociais;
- h) Eleição ou destituição dos membros da Comissão de Remunerações;
- i) Fusão, cisão ou dissolução da Sociedade, bem como a nomeação de liquidatários;
- j) Aquisição, alienação, transmissão, locação e cessão de bens do ativo fixo tangível com valor de transação superior a dois milhões e quinhentos mil Euros.

Se, para deliberar sobre os assuntos referidos no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

Os Senhores Acionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das ações e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos;

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:

- a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respetiva ordem de trabalhos a que respeita;
- a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta a declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações;
- a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o acionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

e) Entende-se que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

A Toyota Caetano Portugal disponibiliza na página da internet da Empresa (www.toyotacaetano.pt) um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Conforme descrição a declaração de voto têm de ser rececionada pela empresa até cinco dias antes da realização da Assembleia Geral.

Cumpre-nos informar que de acordo com os atuais Estatutos da Sociedade não se encontra prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

II. Administração e supervisão

COMPOSIÇÃO

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas. Da avaliação efetuada pelo Conselho de Administração conclui-se que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do conselho de administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo período de quatro anos, renovável, a quem compete praticar todos os atos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objeto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, acionistas e trabalhadores. A Assembleia Geral poderá igualmente eleger dois administradores suplentes.

De acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. a designação e substituição dos membros do órgão de administração seguem as seguintes regras:

- a) Pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) Não havendo suplentes, por cooptação, a efetuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

- c) Não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;
- d) Por eleição de novo administrador.

A designação de administradores não executivos está de acordo com o artigo 17º dos Estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A. seguindo as seguintes regras:

Substituição de membro cessante,

- a) pela chamada de suplentes efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração, observando a ordem por que figurem na lista que foi submetida à Assembleia Geral;
- b) não havendo suplentes, por cooptação, a efectuar dentro de sessenta dias a contar da falta definitiva, salvo se os administradores em exercício de funções não forem em número suficiente para o Conselho de Administração poder funcionar;
- c) não tendo havido cooptação, o substituto será designado pelo Conselho Fiscal;

Novo membro,

- d) por proposta e correspondente eleição em Assembleia Geral.

A nomeação de novos administradores não executivos é efetuada por eleição em Assembleia Geral

17. Composição, consoante aplicável, do conselho de administração

Conselho de Administração eleito em 2011 por um período de 4 anos, cessando o seu mandato em 2014, é composto, de acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, S.A., por 7 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

Titular	Função		Independência	Nº Ações	Data Primeira Designação
José Reis da Silva Ramos	Presidente	Executivo	Não	0	29/1/10
Daniel schillaci	Vogal	Não Executivo	Não	0	6/2/12
Takeshi Numa	Vogal	Não Executivo	Não	0	30/8/12
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	0	30/3/89
Salvador Acácio Martins Caetano	Vogal	Executivo	Não	0	30/3/89
Miguel Pedro Caetano Ramos	Vogal	Executivo	Não	0	23/4/10
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	Vogal	Executivo	Não	0	23/4/10
Yoicho Sato	Vogal	Não Executivo	Não	0	23/1/14

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do conselho de administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

No ponto 17 da Parte I, encontram-se discriminados os administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que são considerados independentes.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles, fazem parte do Conselho de Administração da empresa Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S), S.A., empresa detentora de cerca de 61% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A., e que sobre ela exerce uma influência dominante. Os membros não executivos não exercem qualquer outra função em sociedades residentes não existindo qualquer incompatibilidade no exercício das suas funções, não podendo, no entanto, também ser considerados independentes em virtude de representarem a Toyota Motor Europe, empresa detentora de 27% do capital social da Toyota Caetano Portugal, S.A.

A avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração realizada pelo órgão de administração tem por base o art.º 414º nº5 do Código das Sociedades Comerciais.

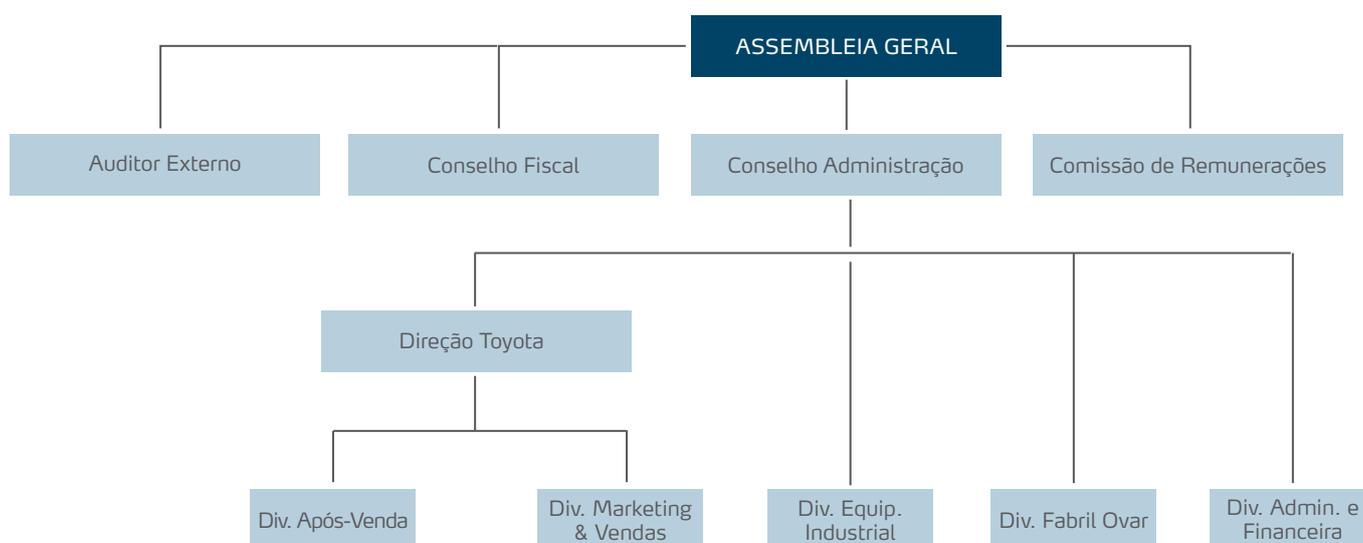
19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do conselho de administração

Encontra-se divulgado em anexo (Anexo I) as qualificações profissionais dos membros executivos do Conselho de Administração.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do conselho de administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Atualmente nenhum membro do Conselho de Administração detém ações da Empresa. Todavia, refira-se que o processo de partilha de património do Sr. Salvador Fernandes Caetano encontra-se ainda em curso.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade



06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

FUNIONAMENTO

Conselho de Administração

O Conselho de Administração delega competências num diretor responsável por cada uma das divisões identificadas no organigrama acima, nomeadamente de gestão corrente e com os quais se reúne periodicamente para análise e acompanhamento da atividade desenvolvida. Refira-se que é elaborado um orçamento anual o qual é, no decurso do exercício, sujeito a controlo periódico levado a cabo pelo Conselho de Administração e pela direção operacional da empresa.

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes, representando a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, assim como praticar todos os atos tendentes à realização do objeto social e, em especial:

- a) Sem necessidade de deliberação dos acionistas, o Conselho de Administração pode criar sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação, quer em Portugal quer no estrangeiro;
- b) Instalar ou adquirir, manter, transferir ou encerrar estabelecimentos, fábricas, laboratórios, oficinas, depósitos ou armazéns;
- c) Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações e obrigações próprias, conforme deliberado em Assembleia Geral, adquirir bens imóveis e, com o parecer prévio do Conselho Fiscal, aliená-los;
- d) Negociar com quaisquer instituições de crédito, nomeadamente bancos, todas e quaisquer operações que entenda necessárias, designadamente contraindo empréstimos, nos termos, condições e forma que reputar conveniente;
- e) Movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, sacar, aceitar e endossar letras, livranças, cheques, extratos de faturas e outros quaisquer títulos de crédito;
- f) Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações;
- g) Constituir mandatários da Sociedade;
- h) Desempenhar as demais funções previstas nos estatutos ou na lei;
- i) Assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Os membros executivos do Conselho de Administração disponibilizam a todos os Órgãos Sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Mesa da Assembleia Geral, informações por estes requeridas, nomeadamente convocatórias e atas das reuniões do Conselho, em tempo útil e de forma adequada ao requerido.

Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal, composto por 3 membros efetivos e um suplente, a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

É também da sua competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento.

22. Regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do conselho de administração

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

A Empresa está a desenvolver esforços no sentido da criação e divulgação na página da Internet da Empresa dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do conselho de administração

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros.

Durante o ano de 2013 o Conselho de Administração reuniu duas vezes, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho de Administração tendo estado presente todos os seus membros.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Assembleia Geral delegou na Comissão de Remunerações a definição das políticas remuneratórias a aplicar bem assim como a avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração e informar a Assembleia Geral sobre as políticas propostas e o seu cumprimento.

A política de remunerações dos Órgãos de Administração é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto, todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

Em relação às políticas a serem seguidas relativamente à remuneração variável do Órgão de Administração, esta têm dependido exclusivamente dos resultados anuais líquidos obtidos pela empresa, seguindo de alguma forma a política de distribuição de dividendos e de gratificação a colaboradores que tem sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas e que, em termos históricos e considerando o agregado total do Conselho de Administração, tem correspondido a cerca de 3% dos Resultados líquidos anuais, admitindo-se contudo alguma flexibilidade no intervalo de atribuição, o qual poderá descer aos 1,5% no seu limite inferior e nunca exceder os 4% no seu limite superior.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

26. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho de administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros executivos do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

Nome	Sociedade	Função
Eng.º José Reis da Silva Ramos Presidente do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Rentig, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Portianga - Comercio Internacional e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Indústria (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente
Crustacil - Comércio de Marisco, Lda.	Gerente	

Nome	Sociedade	Função
Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Atlântica - Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Poal - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Empreendigaia, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Turispaiva – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Covim - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Novef, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Rarcon - Arquitectura e Consultadoria, s.a	Presidente do Cons. Adm.
	Saltano – Invest. e Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Crustacil – Comércio de Marisco, Lda.	Vogal do Cons. Adm.
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Nome	Sociedade	Função
<p>Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.</p>	Caetano-Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano - Auto, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Tovicar - Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vice-Presidente do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Saltano - Invest. E Gestão, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Empreendigaia, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Com. Int. e participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Cociga - Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Turispava - Soc. Turística Paivense, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Simoga - Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Lavorauto - Administração Imb. E Cons. de Empresas, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardinha, Lda.	Gerente
	Maqtin - Comércio e Indústria de Máq. Ferramentas e Tintas, Lda.	Gerente

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Nome	Sociedade	Função
Eng ^o Miguel Pedro Caetano Ramos Vogal do Conselho de Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Salvador Caetano Capital (S.G.P.S.), S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Globalwatt, S.G.P.S., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	VAS, Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Caetanolyrsa, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Automocion Peninsular Inmebles, S.A.	Vice-Presidente Cons. Adm.
	Ibericar, Sociedad Iberica del Automóvil, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano - Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Tovicar - Sociedade de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Retail, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Auto Partner - Imobiliária, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Island Rent, Aluguer de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Guérin-Rent-a-Car, S.L.U.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Ibericar Galicia Auto, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	Dicuore - Decoração, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	HDICUORE Design, Lda.	Gerente
	Guerin-Rent-a-Car (Dois), Lda.	Gerente
	Ibericar Holding Andaluçia, S.L.U.	Gerente
Ibericar Centro Auto, S.L.	Gerente	
Tardes Solarengas - Energias Renováveis, Lda.	Gerente	
Ibéricar Cataluña Auto, S.L.	Gerente	
Lidera Soluciones, S.L.	Gerente	
Sol Green Watt, S.L.	Gerente	

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Nome	Sociedade	Função
Dr. Rui Manuel Machado de Noronha Mendes Vogal do Cons. Adm. TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.	Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Aeronautic, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Renting, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Spain, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Indústria (S.G.P.S.), S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Vas África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Auto CV, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Caetano Fórmula East África, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	Gerente
	Caetano One CV, Lda.	Gerente
	Cabo Verde Rent-A-Car, Lda.	Gerente

Os membros não executivos não têm quaisquer funções de administração noutras empresas, desenvolvendo a sua atividade profissional na Toyota Motor Europe.

COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A informação prevista nos pontos 27 a 29 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

III. Fiscalização

COMPOSIÇÃO

30. Identificação do órgão de fiscalização

O órgão de fiscalização adotado de acordo com o modelo latino de governação da sociedade foi o Conselho Fiscal.

31. Composição, consoante aplicável, do conselho fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes.

O atual Conselho Fiscal foi eleito em 2011 por um período de 4 anos cessando o seu mandato em 2014, suas funções, independência e data da primeira designação detalha-se como segue:

Titular	Função	Independência	Nº Ações	Data Primeira Designação
José Domingos da Silva Fernandes	Presidente	Sim	0	2011/04/28
Alberto Luís Lema Mandim	Vogal	Sim	0	2012/04/27
Akito Takami	Vogal	Sim	0	2013/04/24
Maria Livia Fernandes Alves	Suplente	Sim	0	2012/04/27
Yoicho Sato	Suplente	Sim	0	2013/04/24

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

32. Identificação dos membros do conselho fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC

O Presidente do Conselho Fiscal e Vogais cumprem com as regras de incompatibilidade e independência previstas no n.º1 do art.º 414 - A e n.º 5 do art.º 414, respetivamente, do Código das Sociedades Comerciais sendo que adicionalmente o Conselho fiscal procede a respetiva autoavaliação.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do conselho fiscal

Os membros do Conselho de Fiscal possuem competências adequadas ao exercício das respetivas funções e o Presidente está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal (Anexo I).

FUNCIONAMENTO

34. Regulamento de funcionamento do conselho fiscal

Os regulamentos de funcionamento dos órgãos de fiscalização não se encontram divulgados no sítio na Internet da sociedade.

Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas

Nos termos dos artigos 420.º, número 1, alíneas c), d), e) e f) e 446.º, número 3 do Código das Sociedades Comerciais, ao Revisor Oficial de Contas compete verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, e ainda a exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto também o Revisor Oficial de Contas passou a dever atestar se o relatório de governo da Sociedade divulgado anualmente inclui os elementos exigidos nos termos legais, designadamente, no que respeita às participações qualificadas no capital social da Sociedade, à identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição de tais direitos, a eventuais restrições em matéria de direito de voto, às regras aplicáveis à nomeação e substituição de administradores e à alteração dos Estatutos da Sociedade, aos poderes e deliberações do Órgão de Administração, e aos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do conselho fiscal

O Conselho Fiscal reuniu duas vezes durante o ano 2013, estando as correspondentes atas registadas no livro de atas do Conselho Fiscal. Tendo estado presente todos os seus membros.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

36. Disponibilidade de cada um dos membros do conselho fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daquele órgão

Os membros do Conselho de Fiscal vêm desempenhando nos últimos cinco anos outras funções nas seguintes empresas:

José Domingos da Silva Fernandes

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades:

Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)

L.P.F.P. – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Revisor Oficial de Contas nas sociedades

Multiponto, S.A.

Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, S.A.

Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.

Turispaiiva – Sociedade Turística Paivense, S.A.

Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.

Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.

BDS, S.G.P.S., S.A.

Poliedro, S.G.P.S., S.A.

CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

Alberto Luís Lema Mandim

Vice-presidente do Conselho de Administração da sociedade:

Salvador Caetano Capital, S.G.P.S., S.A.

Vogal do Conselho de Administração da sociedade

Caetsu Publicidade, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal nas sociedades

Caetano Auto, S.A.

Fundação Salvador Caetano

Maria Livia Fernandes Alves: não exerce qualquer cargo noutras sociedades.

Akito Takami: não exerce qualquer cargo noutras sociedades

Takao Gonno: não exerce qualquer cargo noutras sociedades

COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES

37. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É competência indicar, representar a sociedade junto de e supervisionar a atividade e a independência do Auditor Externo, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e normas de funcionamento, sendo o 1º destinatário do Relatório do Auditor externo e o interlocutor da Empresa na relação com o último.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal é responsável por propor o prestador de serviços de auditoria externa a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. Por fim, o Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor Externo propondo à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

38. Outras funções do órgão de fiscalização

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 da Parte I.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES**IV. Revisor oficial de contas****39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa**

Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda. - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. 9077 n.º de registo CMVM.

40. Número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

O atual Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

41. Outros serviços prestados pelo revisor oficial de contas à sociedade

Os outros serviços prestados pelo revisor oficial compreendem a verificação de documentação de suporte do projecto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN.

O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

V. Auditor externo**42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

A Empresa PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda. é o auditor externo da sociedade e o sócio Revisor Oficial de Contas na pessoa de José Pereira Alves em representação da - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. 9077 n.º de registo CMVM.

43. Número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O auditor externo exerce funções consecutivamente junto da Sociedade desde 2010.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

Não se encontra definida internamente qualquer política de rotação obrigatória do Auditor Externo, para além da legalmente aplicável às entidades de interesse público, sendo o período de rotação obrigatória do sócio revisor oficial de contas que representa o Auditor Externo no cumprimento dessas funções o decorrente da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (7 anos).

45. Órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, garantindo que o disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

A rubrica de outros serviços compreende a verificação de documentação de suporte do projeto de investimento enquadrado no Sistema de incentivos à Investigação & Desenvolvimento do Programa Operacional do QREN. O Conselho de Administração na solicitação dos projetos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respetiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de maio de 2002 possam por em causa a sua independência.

47. Montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviço

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas coletivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo ascendem a 86.870 Euros, distribuídas da seguinte forma:

	€	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	29.500	34%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	1.500	2%
Por Entidades que Integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	55.870	64%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNAS

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

A alteração de estatutos da sociedade só é possível mediante aprovação em Assembleia Geral por maioria de 75% do capital social.

Se, para deliberar sobre o assunto referido no número anterior, em primeira convocatória não se encontrar presente a maioria aí exigida, a Assembleia Geral, para deliberar sobre os mesmos assuntos, funcionará quinze dias após, em segunda convocatória, e exigindo-se que a respetiva decisão seja votada por uma maioria de setenta e cinco por cento dos votos dos acionistas presentes ou representados.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A comunicação de irregularidades deverá ser feita através de entrega de documento escrito ou por e-mail interno dirigido ao representante das relações com o mercado (Ponto 57 Partel). Este por sua vez despoletará todas as medidas de análise e verificação de factos comunicados, mantendo, se requerido, a confidencialidade da informação inicial e reportando em primeiro lugar as conclusões obtidas ao Conselho de Administração, o qual por sua vez ponderará a comunicação ao mercado, dentro dos parâmetros legalmente estabelecidos, caso seja entendida a necessidade da sua divulgação.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Essas comunicações são arquivadas durante um período mínimo de cinco anos e, se solicitadas, encontram-se à disposição dos Auditores.

III. Controlo interno e gestão de riscos

A informação infra abrange os pontos 50 a 55 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

Na Toyota Caetano Portugal, S.A., o controlo dos riscos inerentes à atividade é efetuado diretamente pelo Conselho de Administração e avaliado anualmente pelo Conselho Fiscal.

O principal risco financeiro que a Toyota Caetano enfrenta, prende-se com o risco de crédito sobre clientes, isto é, o risco de um cliente pagar mais tarde ou não pagar os bens adquiridos essencialmente por falta de liquidez. De forma a mitigar este risco, a Toyota Caetano implementou procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito e possui seguros de crédito sempre que necessário.

Os riscos económicos em que a Toyota Caetano incorre são: risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de liquidez.

O risco da taxa de juro advém da proporção relevante de dívida a taxa variável incluída na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e dos consequentes *cash flows* de pagamento de juros. A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiária a operar em Cabo Verde. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação. De referir que o Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco cambial inerente a transações futuras em moeda estrangeira.

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no curto prazo.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos;

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

(iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor/minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Refira-se adicionalmente que a gestão dos riscos anteriormente enunciados contempla:

- análises de sensibilidade (mensuração de impactos potenciais em função da probabilidade de ocorrência de cada risco);
- alinhamento estratégico da sociedade em função dos riscos efetivamente incorridos;
- mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia;
- mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema de alerta de risco.

IV. Apoio ao investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

57. Representante para as relações com o mercado

Rui Manuel Machado de Noronha Mendes
Telefone: 227 867 203
E-mail: rmendes@toyotacaetano.pt

58. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

O representante para as relações com o mercado recebe chamadas diariamente, com várias questões, incluindo esclarecimentos sobre os dividendos, assembleias gerais e outros, geralmente respondidas de imediato, quando a informação é pública.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

V. Sitio de internet

A informação infra abrange os pontos 59 a 65 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

- Na página da Internet da Empresa, www.toyotacaetano.pt, encontra-se disponível a seguinte informação em português e inglês:
- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Os Estatutos;
- A identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- Durante cinco anos, os documentos de prestação de contas relativos a cada exercício, semestre e trimestre;
- O calendário de eventos societários, que inclui, entre outra informação, as reuniões da Assembleia Geral e divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- As convocatórias das Assembleias Gerais e, bem assim, as propostas apresentadas para discussão e votação pelos acionistas, com uma antecedência mínima de 21 dias face à data da reunião;
- O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, relativamente aos três anos precedentes;
- Em geral, informação que permite um conhecimento atual sobre a evolução e realidade da Empresa em termos económicos, financeiros e de governo societário.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Comissão de Remunerações é composta pelos seguintes membros:

- Alberto Luís Lema Mandim
- Maria Conceição Monteiro Silva
- Francelim Costa da Silva Graça

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência profissional dos membros da Comissão de Remunerações permite-lhes exercer as suas responsabilidades de forma eficaz, salvaguardando o interesse da Empresa. Refira-se a este propósito a antiguidade dos membros da Comissão no exercício das suas funções.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A política de remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações independente, tendo por base os critérios que vão de encontro à capacidade de criação de valor acionista. Na definição do critério acima enunciado são tidos em consideração diversos fatores entre os quais dados comparativos de mercado e dados macroeconómicos.

A política de remunerações dos diretores responsáveis por cada uma das divisões identificadas no organigrama funcional da Empresa apresentado neste relatório está estruturada num equilíbrio entre o nível de responsabilidade, na parte fixa, e o desempenho em relação aos objetivos traçados quer ao nível do acompanhamento orçamental, quer pelo resultado de projetos pré-acordados, na parte variável.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

Conforme declaração anexa da Comissão de remunerações, existem mecanismos instituídos na Empresa que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os interesses da sociedade.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Conforme aprovado pela Comissão de Remunerações a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está diretamente dependente da evolução da cotação das ações da Sociedade nem dos resultados obtidos.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não houve diferimento do pagamento da componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

Não há atribuição de remuneração variável em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

Não há atribuição de remuneração variável em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como "Gratificação de Balanço" ou bónus anual, correspondente a um prémio de desempenho anual determinado tendo em consideração a avaliação realizada pela Comissão de Remunerações no âmbito das suas funções.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (em conjunto com outras associadas) constituiu um fundo de pensões por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988. Este Fundo de Pensões constituído previa, inicialmente, enquanto a Toyota Caetano mantivesse a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores pudessem vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica a 1 de janeiro de 2008 procedeu-se a alterações nas condições do Fundo de Pensões Salvador Caetano as quais passaram resumidamente pelas seguintes alterações:

- manutenção de um regime de Benefício Definido (20% do salário pensionável da Segurança Social à data de reforma (65 anos)) para os atuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os atuais trabalhadores dos associados do Grupo Salvador Caetano e que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço;
- um Plano de Contribuição Definida para o restante universo de trabalhadores.

Os membros do Conselho de Administração beneficiam do Fundo Pensões Salvador Caetano desde que cumprindo todos os requisitos exigidos para qualquer outro colaborador de uma das empresas do universo constante do Fundo de Pensões.

Atualmente, o Fundo de Pensões abrange membros do Conselho de Administração que se encontrem nas condições acima referidas, tendo a referida inclusão sido aprovada em Assembleia Geral.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

IV. Divulgação das remunerações

A informação infra abrange os pontos 77 a 81 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A. durante o exercício de 2013, no exercício das suas funções na Empresa e em Empresas do Grupo foram como segue:

Remunerações	Parte Fixa		Parte Variável		Total
	Empresa	Empresas Grupo Toyota	Empresa	Empresas Grupo Toyota	
Conselho de Administração					
José Reis da Silva Ramos	152.618	0	0	0	152.618
Maria Angelina Martins Caetano Ramos	112.175	285.712	0	0	397.887
Salvador Acácio Martins Caetano	0	0	0	0	0
Rui Manuel Machado Noronha Mendes	82.390	0	0	0	82.390
Miguel Pedro Caetano Ramos	0	0	0	0	0
Daniel Schillaci	0	0	0	0	0
Takeshi Numa	0	0	0	0	0
Yoicho Sato	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal					
José Domingos da Silva Fernandes	4.900	0	0	0	4.900
Alberto Luís Lema Mandim	2.500	0	0	0	2.500
Maria Livia Fernandes Alves	1.000	0	0	0	1.000
Akito Takami	0	0	0	0	0
Takao Gonno	0	0	0	0	0
Total	355.583	285.712	0	0	641.295

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do Presidente e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral é constituída por um montante fixo, correspondente à presença efetiva nas reuniões ocorridas durante 2013. Em 2013 o Presidente e o Vice-Presidente da Assembleia Geral não auferiram quaisquer remunerações.

V. Acordos com implicações remuneratórias

A informação prevista nos pontos 83 e 84 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações

A informação prevista nos pontos 85 a 87 do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013 não é aplicável à Sociedade, uma vez que a Sociedade não adotou quaisquer planos de atribuição de ações nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

E. TRANSAÇÕES COM PARTE RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

A informação infra abrange os pontos 89 a 91 da Parte I do modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 4/2013.

Durante o exercício de 2013 não foram realizados negócios e operações entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, de acordo com os pontos anteriores, não procedeu a avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 36 às demonstrações financeiras consolidadas do Relatório e Contas 2013.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O Relatório foi elaborado no cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 4/2013 de 18 julho.

O Relatório encontra-se disponível no sítio da Empresa em www.toyotacaetano.pt, bem como no domínio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em www.cmvm.pt.

2. Análise do cumprimento do Código de governo das sociedades adotado

Recomendação da CMVM	Cumprimento	Relatório
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Sim	Ponto 12
I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Não	Ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	Ponto 12
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não	Ponto 12
I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Ponto 12
II.1. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ponto 21
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: (i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; (ii) definir a estrutura empresarial do grupo; (iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Ponto 21

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

<p>II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	Sim	Ponto 50
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	Não	Ponto 17
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo <i>free float</i>. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Não	Ponto 18
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	Sim	Ponto 21

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

<p>II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Não	Ponto 18
II.2. FISCALIZAÇÃO		
<p>II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	Sim	Ponto 32
<p>II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Sim	Ponto 45
<p>II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.</p>	Sim	Ponto 21
<p>II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.</p>	Sim	Ponto 37
II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
<p>II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	Sim	Ponto 68
<p>II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Sim	Ponto 68
<p>II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	Não	Ponto 69

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Sim	Ponto 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	Ponto 70
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	Ponto 77
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não	Ponto 69
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não	Ponto 72
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Não aplicável	
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não aplicável	
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	Ponto 45
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	Ponto 47

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	Ponto 44
---	-----	----------

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	Ponto 89
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	Ponto 89

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	Ponto 59 a 65
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	Ponto 56

Relativamente às recomendações que não são cumpridas cumpre-nos informar o seguinte:

- I.2 Embora não estando fixado um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, encontram-se definidas nos Estatutos da Empresa um conjunto de deliberações, conforme o transcrito nos pontos 12 a 14 do Relatório, as quais obrigam a um quórum mínimo de 75% do capital social da Empresa, superior ao previsto na lei.
- I.4 Como referido nos pontos 12 a 14 a cada grupo de cem ações corresponde um voto, não estando contemplado nos estatutos da Empresa o dever de sujeitar de cinco em cinco anos à alteração da norma estatutária em Assembleia Geral.
- II.1.6. O Conselho de Administração é constituído por um total de sete membros, dos quais dois são não executivos (ver ponto 17 do Relatório para mais detalhe relativo à composição do Conselho), representando, o número de não executivos, 29% do total dos administradores.
- II.1.7. Os membros não executivos do Conselho de Administração (2 num total de 7 membros), nomeados pela Toyota Motor Europe, não podem ser considerados independentes.
- II.1.10. O presidente do conselho de administração exerce funções executivas e como referido no ponto 18 nenhum membro não executivo é independente.
- II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização efetuada pela comissão de remunerações tal como descrita no ponto 69 não contempla deliberações sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.
- III.3. Não estão fixados limites máximos para as componentes fixa e variável da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.
- III.4. Conforme descrito no Ponto 72 a remuneração variável não depende de uma política de médio e longo prazo de maximização dos resultados da Empresa.
- V.2. O Conselho Fiscal no âmbito das suas competências não procedeu à avaliação prévia dos negócios realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma vez que considera que os mesmos foram realizados em condições normais de mercado.

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

ANEXO I

CURRICULUM VITAE

Nome: José Reis da Silva Ramos

Data e Local de Nascimento: 15 de agosto de 1946, em Vila Nova de Gaia

Estado Civil: Casado

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia Metalúrgica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Data e Local de Nascimento: 18 de agosto de 1949, em Vila Nova de Gaia

Estado Civil: Casada

Residência: Alameda Senhor da Pedra, 262, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciada em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Salvador Acácio Martins Caetano

Data e Local de Nascimento: 30 de janeiro de 1955, em Vila Nova de Gaia

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Moreira Lobo, 80, Miramar Arcozelo, Vila Nova de Gaia

Habilitações: Licenciado em Engenharia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Nome: Miguel Pedro Caetano Ramos

Data e Local de Nascimento: 26 de setembro de 1971, em Vila Nova de Gaia

Estado Civil: Casado

Residência: C Carnicero Edif. Puerto Chico, 5 Po4 B, Torremolinos, Malaga, Espanha

Habilitações: Licenciado em Engenharia Mecânica

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: Rui Manuel Machado Noronha Mendes

Data e Local de Nascimento: 8 de agosto de 1954, em Leça da Palmeira, Matosinhos.

Estado Civil: Casado

Residência: Rua Dr. Manuel Rodrigues de Sousa, 64 – 6º Esq., Matosinhos

Habilitações: Licenciado em Economia

Atividade Profissional: Administrador de Sociedades

Nome: José Domingos Silva Fernandes

Data e Local de Nascimento: 28 de março de 1951, em Cedofeita, Porto

Estado Civil: Casado

Domicílio Profissional: Rua Cunha Júnior, 41, B, 1º Sala 4, 4250-186, Porto

Habilitações:

- 1970 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1975 Licenciatura em Economia, Universidade do Porto

Experiência Profissional:

- 1975 – 1993 Técnico da Inspeção-Geral de Finanças
- 1987 – 2011 Docente no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
- Desde 1982 inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo exercido essas funções em diversas entidades.
- 2001 – 2005 Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Atualmente:

1) Exerce as funções de Presidente do Conselho Fiscal, noutras entidades:

- Caetano – Baviera – Comércio de Automóveis, S.A. (Grupo Salvador Caetano)
- Lpfp – Liga Portuguesa de Futebol Profissional

06 GOVERNO DAS SOCIEDADES

2) Exerce as Funções de Revisor Oficial de Contas, nas seguintes entidades:

- Multiponto, S.A.
- Imomonteiro's – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Poal – Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.
- Turispaiva – Sociedade Turística Paivense, S.A.
- Summertime – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Convemaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
- BDS, S.G.P.S., S.A.
- Poliedro, S.G.P.S., S.A.
- CEIIA – Centro de Excelência e Inovação para a Indústria Automóvel

Nome: Maria Lúvia Fernandes Alves

Data e Local de Nascimento: 31 de janeiro de 1945, em Nine, Vila Nova de Famalicão

estado Civil: Divorciada

Residência: Rua Amorim Girão, 161, 1º Dtº, 4460-209, Senhora da Hora

Habilitações: Curso Geral de Comércio

Nome: Alberto Luís Lema Mandim

Data e Local de Nascimento: 5 de Julho de 1939, em Ermesinde, Valongo

Estado Civil: Casado

Residência: Rua da Boavista, 53, 4445-349, Ermesinde

Habilitações:

- 1964 Curso de Contabilista, do Ex-Instituto Comercial do Porto
- 1966 Técnico Oficial de Contas; Membro Nº 3927 da OTOC
- 1968 Programação em Fortran (EDP)
- 1981 Programação em Rpg (IBM)
- 1990 Análise de Sistemas Informação (IBM)
- 2008 Avaliação de Empresas (CTOC)

Experiência Profissional:

- 1961 – 1964 Empregado Bancário Banco Espírito Santo
- 1964 – 1966 Responsável pela Contabilidade e Pessoal Moto Meca RI
- 1966 – 1979 Dir. Administ. e Financeiro Soc. Construções Soares da Costa, S.A.
- 1979 – 1999 Diretor da Divisão Administrativa e Adjunto da Administração Toyota Caetano Portugal, S.A.
- 2000 – 2005 Adjunto da Administração e Administrador Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.
- 2005 – 2007 Administrador Inforauto - Consultoria e Informática de Gestão, S.A.
- 2003 – 2012 Vice-Presidente Conselho de Administração Salvador Caetano Capital S,G.P.S.,S.A.
- 2005 – 2011 Vogal Conselho de Administração Caetsu Publicidade S.A.
- 2006 Presidente do Conselho Fiscal Caetano Auto, S.A.
- 2010 Presidente do Conselho Fiscal Fundação Salvador Caetano.



Toyota Caetano Portugal, S.A.